

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS

Solei Rejane Lenz

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR - IMPACTOS NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Santa Maria, RS
2020

Solei Rejane Lenz

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
- IMPACTOS NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof^{ta}. Dr^a. Kelmara Mendes Vieira

Santa Maria, RS
2020

Lenz, Solei Rejane
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR - IMPACTOS NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS / Solei
Rejane Lenz.- 2020.
156 p.; 30 cm

Orientador: Kelmara Mendes Vieira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2020

1. Pronaf 2. Agricultura familiar 3. Política pública
4. Qualidade de vida 5. Bem-estar financeiro I. Vieira,
Kelmara Mendes II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

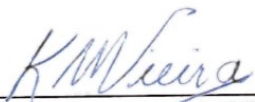
Declaro, SOLEI REJANE LENZ, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Solei Rejane Lenz

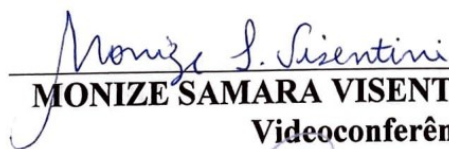
**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR - IMPACTOS NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

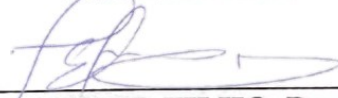
Aprovada em 29 de Junho de 2020.



**KELMARA MENDES VIEIRA, Dra. (UFSM) -
Videoconferência
Presidente/Orientadora**



**MONIZE SAMARA VISENTINI, Dra. (UFFS) -
Videoconferência**



**REISOLI BENDER FILHO, Dr. (UFSM) -
Videoconferência**

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força superior que guia nossas vidas.

À minha família, por todo amor e apoio recebido, em especial aos meus pais, Oli e Maria, por seus valores e exemplos de vida, mostrando a importância do trabalho e da dedicação para o alcance dos objetivos.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Kelmara Mendes Vieira, pela oportunidade que me proporcionou, por sua compreensão e por todos os ensinamentos. Minha grande e sincera admiração pelo trabalho que realiza.

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, pelos ensinamentos compartilhados. Aos colegas do curso, pela amizade e pelas experiências vividas. Foi muito bom conhecer cada um de vocês.

De maneira muito especial, agradeço a cada pessoa que aceitou participar desta pesquisa, compartilhando um pouco de suas vidas, dedicando seu tempo, paciência e atenção. Aos que me receberam em seus lares, ou que abriram suas casas para cada pessoa que me auxiliou na coleta dos dados. A todos aqueles que contribuíram para que tivesse acesso aos agricultores da região, indicando nomes e lugares, me acompanhando nas visitas, ou intermediando a aplicação de cada questionário. Assim, agradeço a todos que auxiliaram na aplicação dos questionários e às pessoas que se disponibilizaram a respondê-los. A realização da pesquisa só foi possível graças à contribuição de cada um de vocês.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, pela oportunidade e estrutura de ensino oferecida.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, pela flexibilização dos horários de trabalho, que tornou possível a conclusão do curso de mestrado.

Enfim, minha gratidão a todos que, de alguma forma, participaram da realização deste sonho. Muito obrigada!

RESUMO

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - IMPACTOS NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

AUTORA: Solei Rejane Lenz
ORIENTADORA: Kelmara Mendes Vieira

A agricultura familiar cumpre importante função econômica e social, com a produção de alimentos para a população e como instrumento de geração de emprego e renda no meio rural. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda. Nesse contexto, o estudo objetivou identificar a percepção quanto ao gerenciamento e ao bem-estar financeiro, bem como à qualidade de vida de beneficiários do Pronaf residentes na região de abrangência do COREDE Missões/RS. Os dados utilizados são oriundos da aplicação de questionários com 263 beneficiários do programa, distribuídos em 25 municípios do estado do Rio Grande do Sul. A análise dos dados ocorreu por meio da estatística descritiva e da análise de *cluster*. Como principais resultados, aponta-se a contribuição do programa para o aumento da capacidade produtiva, com os investimentos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e do acesso às novas tecnologias. Quanto à qualidade de vida, há percepções muito satisfatórias nas dimensões saúde, habitação e relações pessoais, com alguns aspectos do domínio ambiental que necessitam ser melhorados. O nível de bem-estar financeiro da maioria das famílias é considerado intermediário. Dos três *clusters* formados, o que possui os integrantes com as melhores percepções de qualidade de vida tem percentual superior de integrantes com maiores níveis de renda, de educação e satisfação com a situação financeira, ao passo que o *cluster* que possui os componentes com as piores percepções de qualidade de vida e de bem-estar financeiro é composto por aqueles que gastam igual ou mais do que ganham, possuem menor nível educacional e de renda. Conclui-se que o Pronaf cumpre com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuindo para geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Porém, na região estudada, ainda há desafios relativos à percepção financeira.

Palavras-chave: Pronaf. Agricultura familiar. Política pública. Qualidade de vida. Bem-estar financeiro.

ABSTRACT

NATIONAL PROGRAM FOR THE STRENGTHENING OF FAMILY AGRICULTURE - IMPACTS IN THE COREDE REGION MISSIONS / RS: AN ANALYSIS FROM THE PERCEPTION OF BENEFICIARIES

AUTHOR: Solei Rejane Lenz
ADVISOR: Kelmara Mendes Vieira

The family farming plays an important economic and social role, with the production of food for the population, and as an instrument for generating employment and income in rural areas. The National Program for Strengthening Family Agriculture aims to promote the sustainable development of the rural segment made up of family farmers, in order to provide them with an increase in productive capacity, job creation and income improvement. In this context, the study aimed to identify how family farmers in the region covered by COREDE Missões/RS manage Pronaf resources, what are the productive impacts, and what is the perception of financial well-being and improvement of the beneficiaries' quality of life. The data used comes from the application of questionnaires with 263 beneficiaries of the Program distributed in 25 municipalities in the state of Rio Grande do Sul. The analysis of the data occurred through descriptive statistics and *cluster* analysis. As main results, the Program's contribution to the increase of the productive capacity is pointed out, through investments for the acquisition of inputs, machines and equipment and access to new technologies. As for the quality of life, there are very satisfactory perceptions in the dimensions of health, housing and personal relationships, with some aspects of the environmental domain that need to be improved. In addition, the level of financial well-being of most families is intermediate. Of the three formed, the one with the fewest beneficiaries is composed of those with the worst perceptions clusters of quality of life and financial well-being, and they spend the same or more than they earn, have a low educational level and a lower degree income. Whereas, in the *cluster* with better quality of life, there is a higher percentage of members with higher levels of income, education, more access to credit cards and greater satisfaction with the financial situation. It is concluded that Pronaf fulfills the objective of promoting the development of family farming, however, there are still some difficulties in the region regarding the distancing of producers from the large food marketing networks.

Keywords: Pronaf. Family farming. Public policy. Quality of life. Financial well-being.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da população total e hierarquia urbana no COREDE Missões	63
Figura 2 – Histograma do Bem-Estar Financeiro	104
Figura 3 – Histogramas dos domínios da escala de qualidade de vida	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Histórico com as condições de financiamento para agricultura familiar.....	37
Quadro 2 – Subprogramas Pronaf e suas características.....	39
Quadro 3 – Principais elementos do bem-estar financeiro, no presente e futuro	49
Quadro 4 – Pontos indicativos de qualidade de vida	53
Quadro 5 – Domínios e Facetas do <i>WHOQOL-Bref</i>	56
Quadro 6 – Resumo do instrumento de Coleta de Dados	69
Quadro 7 – Resumo das técnicas de análise de dados e finalidade de aplicação	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE 2016 – COREDE Missões.....	61
Tabela 2 – População – Beneficiários Pronaf 2017 – COREDE Missões	64
Tabela 3 – Beneficiários Pronaf 2017 – COREDE Missões e Amostra para Pesquisa.....	66
Tabela 4 – Perfil segundo as variáveis: gênero, idade, estado civil, ocupação, escolaridade e renda.....	78
Tabela 5 – Perfil: Características do Grupo Familiar.....	82
Tabela 6 – Perfil: Características da Propriedade	84
Tabela 7 – Características e Linhas de Crédito, Períodos de contratação Pronaf utilizadas	87
Tabela 8 – Principais formas de utilização do Crédito Pronaf nos últimos 15 anos.....	88
Tabela 9 – Percepção das melhorias proporcionadas pelo Crédito Pronaf	89
Tabela 10 – Percepção dos beneficiários em relação aos Impactos no Sistema Produtivo após acesso ao Pronaf	90
Tabela 11 – Gestão financeira, as práticas e experiências, alocação dos recursos Pronaf	92
Tabela 12 – Gestão financeira, as práticas e experiências, percepção sobre resultados após acesso ao Pronaf	96
Tabela 13 – Recursos de práticas e experiências financeiras	98
Tabela 14 – Percepção dos beneficiários com relação ao Bem-estar Financeiro	102
Tabela 15 – Estatística descritiva dos Domínios da escala de Qualidade de Vida	108
Tabela 16 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Geral	109
Tabela 17 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Físico	110
Tabela 18 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Psicológico.....	111
Tabela 19 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Relações Sociais.....	112
Tabela 20 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Meio Ambiente.....	112
Tabela 21 – Características da alimentação, condições de moradia, saneamento, acesso à saúde, tecnologias, transporte	114
Tabela 22 – Média, desvio padrão, e anova dos <i>clusters</i> formados pelo método de Ward....	118
Tabela 23 – Qui quadrado e V de Cramer para a associação entre os <i>clusters</i> e as demais variáveis	119

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BCB	Banco Central do Brasil
BES	Bem-Estar Subjetivo
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CFPB	<i>Consumer Financial Protection Bureau</i>
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OECD	<i>Organisation for Economic Co-Operation and Development</i>
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QVS	Qualidade de Vida Subjetiva
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISNEP	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
SPSS	<i>Software Packages Social Science</i>
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
WHOQOL	World Health Organization Quality of Life

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	23
1.2	OBJETIVOS	25
1.2.1	Objetivo geral	25
1.2.2	Objetivos específicos	25
1.3	JUSTIFICATIVA.....	26
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	29
2	REVISÃO DA LITERATURA	30
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	31
2.2	PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	33
2.2.1	Beneficiários Pronaf	35
2.2.2	Finalidades dos Créditos	38
2.2.3	Subprogramas Pronaf	39
2.2.4	Principais estudos com abordagem sobre o Pronaf	41
2.3	GERENCIAMENTO FINANCEIRO	44
2.4	BEM-ESTAR FINANCEIRO.....	46
2.5	QUALIDADE DE VIDA	50
2.5.1	Avaliação da qualidade de vida por meio do WHOQOL - <i>World Health Organization Quality of Life</i>	56
3	MÉTODO	59
3.1	ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO	59
3.2	CENÁRIO DA PESQUISA.....	60
3.2.1	Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões	60
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	64
3.4	ASPECTOS ÉTICOS	67
3.5	INSTRUMENTO DE COLETA.....	68
3.5.1	Características do Programa, Tipos de Financiamento, Alocação dos Recursos, Gestão Financeira, Ferramentas de gestão e Impactos Produtivos	69
3.5.2	Bem-estar Financeiro	70
3.5.3	Qualidade de vida	71
3.5.4	Perfil dos respondentes	72
3.6	FORMA DE COLETA DOS DADOS	72
3.7	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	73
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	77
4.1	PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	77
4.2	CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA	86
4.3	GERENCIAMENTO FINANCEIRO	91
4.4	BEM-ESTAR FINANCEIRO.....	101
4.5.1	Avaliação da Qualidade de Vida	106
4.5.2	Características Qualidade de Vida	113
4.6	ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i>	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	141
	APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, PRIVACIDADE E SEGURANÇA DOS DADOS	142
	APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	143

APÊNDICE D – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA ESCALA DE QUALIDADE DE VIDA E DE BEM-ESTAR FINANCEIRO	154
---	------------

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história do Brasil, a agricultura e a pecuária sempre tiveram um papel relevante. O agronegócio representa um setor com grande contribuição para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), devido ao aumento das exportações e da demanda dos mercados nacional e internacional. Em valores correntes, o valor do PIB em 2017 atingiu R\$ 6,6 trilhões, sendo que contribuíram para o resultado as altas de 13% na agropecuária e de 0,3% nos serviços, além da estabilidade nas indústrias (IBGE, 2017). O resultado da agropecuária foi o melhor em toda a série desse indicador, iniciado em 1996. Além disso, o agronegócio é o principal responsável pelo saldo positivo da balança comercial desde 2007, devido à sua forte participação nas exportações brasileiras, representando mais de 40% do total (BELIK, 2015).

Durante muitos anos, a grande representatividade da agropecuária sempre esteve atrelada à ideia de modernização da agricultura, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Entretanto, mesmo com a conquista de bons resultados em termos de aumento da produtividade agrícola, não houve alteração na estrutura fundiária, nem na distribuição de renda, o que contribuiu para o aumento da pobreza no meio rural na maioria das regiões do país (PALMEIRA; LEITE, 1997). Nesse sistema, foi dado enfoque para as propriedades com maiores áreas de terras e de demais recursos produtivos, na exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e no incentivo ao uso de tecnologias que degradaram o meio ambiente. Os recursos eram direcionados para os grandes proprietários de terras. Assim, sem recursos para investimentos, os pequenos agricultores produziam apenas para a própria subsistência e a venda dos eventuais excedentes. Além da pobreza das populações do campo, esses fatores resultaram no seu esvaziamento social, por meio do êxodo rural, pois os agricultores e suas famílias eram privados do acesso aos serviços essenciais, não tendo melhora na qualidade de vida (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Pode-se afirmar que houve pouca presença da agricultura familiar no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo da história do país. Houve, sim, forte concentração de incentivos governamentais para as grandes propriedades rurais, com foco na melhoria dos saldos da balança comercial a partir do aumento da produção voltada para o mercado internacional. Ademais, as políticas públicas destinadas à agricultura familiar não eram incentivadas e não recebiam alocação de recursos (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

No entanto, com a Constituição Federal de 1988, a partir das reivindicações de movimentos sociais ligados ao campo, surgiu a expressão “agricultura familiar”. Essa expressão se consolidou no País, com a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar – Pronaf, que proporciona aos agricultores familiares o acesso ao crédito agrícola e ao apoio institucional para o exercício de suas atividades (SCHNEIDER, 2003).

Ao longo dos anos, o Pronaf se tornou uma das principais políticas públicas de desenvolvimento agrícola para pequenas propriedades rurais em todo o país, tendo como objetivo maior a utilização dos recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, atuando em diversas linhas de financiamento. O programa financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, oferecendo taxas de juros mais baixas que as praticadas pelo mercado para financiamentos rurais (MDA, 2017).

No Rio Grande do Sul, o volume significativo dos recursos do Pronaf e também o grande número de estabelecimentos da agricultura familiar demonstram a representatividade do programa para a economia do estado e dos seus municípios. Em 2017, os agricultores familiares gaúchos obtiveram 5,2 bilhões em recursos do crédito Pronaf. Na região das Missões, os valores de custeio e investimento somaram 325,5 milhões de reais em 2017 (BCB, 2017). No mesmo período, segundo dados do IBGE, o PIB brasileiro foi de R\$ 6,5 trilhões, e o do Rio Grande do Sul foi de R\$ 423,1 bilhões, o que evidencia a importância do investimento dos recursos do Pronaf para a economia dos municípios.

Sendo seus recursos oriundos do Governo Federal, cresce a necessidade da avaliação dos resultados obtidos pelo programa, para a verificação do alcance dos objetivos propostos e também para a implementação de possíveis melhorias. Algumas pesquisas com enfoque predominantemente teórico procuram definir quem são os agricultores familiares e quais as políticas públicas que podem contribuir para a produção de alimentos de qualidade para toda a população, bem como fomentar o desenvolvimento local (GRISA, 2012; ABRAM OVAY; MORELLO, 2010). Já os estudos com enfoque predominantemente empírico apontam que o programa contribuiu para o desenvolvimento rural sustentável ao elevar a renda, fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar e estimular a manutenção local da atividade agrícola de pequena escala (MIRANDA; GOMES, 2016). Em termos de indicadores, observou-se, em média, melhorias nos índices do nível de qualidade de vida, enquanto, para os indicadores saúde e educação, não houve diferença significativa (CASTRO; CAMPOS, 2010).

Todavia, há poucos estudos com o objetivo de verificar como os beneficiários gerem os recursos do Pronaf. Tendo em vista as constantes alterações que ocorrem, tanto na política quanto na economia do país, e sabendo-se que o beneficiário tem a liberdade de decisão sobre a alocação dos recursos provenientes do Pronaf, os resultados efetivos da concessão dependem, em grande parte, da forma de utilização desses recursos. Nesse contexto, implementar

programas de formação para os agricultores e incentivar a educação gerencial de forma a favorecer o desenvolvimento da capacidade de gestão e de avaliação dos resultados da alocação de recursos (TOMEI; SOUZA, 2014) são ações que podem contribuir para a melhoria na utilização final dos recursos e, conseqüentemente, aumentar a eficiência da política pública.

Assim, apenas se houver um adequado gerenciamento financeiro, os recursos oriundos do programa permitirão a superação de necessidades e a realização de objetivos, contribuindo para aumentar o bem-estar financeiro, o grau de satisfação e a qualidade de vida dos indivíduos. Entende-se que a correta decisão e aplicação dos recursos provenientes do programa pode ampliar a sensação de bem-estar financeiro do beneficiário, pois esse é o sentimento de estar financeiramente saudável, sem preocupações monetárias, com base na percepção de sua situação financeira (JOO, 2008). Ainda vale ressaltar que o grau de preocupação da pessoa com a sua situação financeira interfere na percepção de satisfação com a vida, pois a disponibilidade de recursos permite a realização de metas e sonhos (HAGERTY; VEENHOVEN, 2003; NORVILITIS; SZABLICKI; WILSON, 2003). Diante disso, entende-se que a adequada utilização dos recursos também poderá contribuir para a satisfação com a vida e o bem-estar geral.

Pessoas satisfeitas financeiramente acabam sendo mais felizes nos demais aspectos da vida (PLAGNOL, 2011). A satisfação com a vida pode ser definida como o sentimento positivo percebido pelos indivíduos ao pensarem sobre sua vida de modo geral, englobando aspectos como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais e outros (DIENER; LUCAS; OISHI, 2002). Dessa forma, constrói-se o interesse nos temas a serem investigados, especialmente pela avaliação do destino dos recursos das políticas públicas, e se estes estão atingindo o objetivo proposto. Para que isso ocorra, o conhecimento e a gestão financeira são fatores fundamentais, pois contribuem para um maior bem-estar financeiro e uma melhor qualidade de vida.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agricultura familiar, além de ser grande fornecedora de alimentos, é apontada, em estudos que comprovam a sua relevância, como principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (GUANZIROLI et al., 2001; KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013). Mesmo com o potencial da agricultura no Brasil, a realidade de muitas propriedades ainda é de escassez de recursos e baixa produtividade, sem agregação de valor à sua produção. Esses fatores provocam a descapitalização dos agricultores e o êxodo rural, uma

vez que os leva a vender seu imóvel e migrar para as cidades em busca de outras atividades e melhores condições de vida (BREITENBACH, 2014).

Diante dessa realidade, é fundamental analisar as potencialidades da agricultura familiar para o desenvolvimento rural das diversas regiões do país e do mundo. Isso porque se entende que os agricultores familiares terão um papel central a cumprir no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lançados em 2015 pela Organização das Nações Unidas. Diferentes estudos destacam que a agricultura de pequeno porte poderá ser estratégica no desenvolvimento sustentável da agricultura que seja capaz de manter e de aumentar a produtividade do trabalho, gerando excedentes alimentares sem comprometer a sustentabilidade (WIGGINS, 2009).

Deve-se observar também que o Pronaf, como parte de uma política pública para o desenvolvimento rural, é responsável por grandes mudanças na agricultura nacional e, assim, necessita da avaliação de seus resultados como forma de garantir seu papel no cumprimento dos objetivos de incentivar e proteger a parcela da população rural que tem forte participação na economia do país. Há diversas razões que justificam a pesquisa sobre o tema, entre as quais a relevância da agricultura familiar na área econômica e social, pois representa uma grande parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e é responsável pela absorção de mão de obra no meio rural.

Ainda se destaca a relevância do Pronaf como fonte de recursos de crédito subsidiado aos agricultores, numa época de elevado custo de produção (GUANZIROLI, 2007). O Programa não só ampliou o montante financiado e estimulou outros programas, como também assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura dos agricultores e dos municípios abrangidos (BIANCHINI, 2015). Nos 22 anos desde sua criação, o Programa esteve presente em todos os municípios rurais do território brasileiro e disponibilizou mais de R\$150 bilhões para mais de 2 milhões de famílias.

Daí o mérito dos trabalhos que avaliam as políticas públicas do ponto de vista do beneficiário, visto que são capazes de analisar os efeitos diretamente, a partir da visão do usuário final. Em especial, no caso do Pronaf, é possível identificar os fatores que impactam na melhoria da qualidade de vida. Portanto, verificar a percepção do próprio beneficiário sobre essa questão é a maneira mais direta de identificar o resultado da política pública. Além disso, importa recordar a inexistência de estudos com esse público-alvo que tratem de questões relacionadas ao comportamento e ao gerenciamento financeiro.

Com isso, as políticas públicas que concedem os recursos financeiros diretamente para o beneficiário, sendo este responsável pela decisão de como utilizar o recurso, ficam sujeitas à

sua capacidade de gerenciamento financeiro. Por conseguinte, entender como os beneficiários planejam, executam e controlam seus recursos é fundamental para conhecer e avaliar sua aplicação, segundo os objetivos do programa, o que poderá influenciar na melhoria ou não do bem-estar financeiro dessas famílias e impactar diretamente sua qualidade de vida.

Portanto, percebe-se que o modo como é gerido o dinheiro, os fatores comportamentais, como a satisfação com o Pronaf, o bem-estar financeiro e a qualidade de vida acarretam diversos impactos no dia a dia dessas famílias. Diante disso, torna-se relevante investigar esses fatores. Assim, este trabalho baliza a seguinte questão de pesquisa: *Como os beneficiários do Pronaf residentes na região de abrangência do COREDE Missões/RS percebem os resultados do programa nas dimensões financeiras e de qualidade de vida?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo objetivou identificar a percepção quanto ao gerenciamento, ao bem-estar financeiro e à qualidade de vida de beneficiários do Pronaf residentes na região do COREDE Missões/RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com relação aos agricultores familiares beneficiados pelo Pronaf na região de abrangência do COREDE Missões, objetivou-se:

- a) analisar as características e as formas do gerenciamento financeiro realizado pelos agricultores familiares relativo aos recursos do Pronaf;
- b) identificar as possíveis alterações ocorridas nos resultados produtivos após o acesso ao crédito do Pronaf;
- c) verificar a percepção dos beneficiários quanto ao bem-estar financeiro e à qualidade de vida;
- d) propor ações que contribuam para o avanço das políticas públicas que promovem o bem-estar financeiro e a qualidade de vida dos agricultores familiares.

1.3 JUSTIFICATIVA

A busca do bem-estar social, a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento têm ocupado a pauta das políticas públicas no Brasil e no mundo, motivando a elaboração de projetos e programas que visam fortalecer os segmentos mais vulneráveis da população. A agricultura sempre teve papel fundamental para o desenvolvimento do país, sendo o agronegócio o setor que mais contribuiu para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em função das exportações e da demanda no mercado (MDA, 2017).

No decorrer da história do Brasil, basicamente, a política agrícola brasileira priorizava primeiramente os grandes e médios produtores, especialmente localizados nas regiões Sul e Sudeste e com produções destinadas à exportação. A partir da década de 1990, ocorre a modificação parcial das preferências de atuação dos mecanismos de análise das políticas públicas de investimento voltadas ao meio rural. Uma referência dessa transformação foi a implementação do Pronaf, que, ao direcionar suas linhas de crédito a um público marcado pela renegação das políticas públicas, confirmou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Nesse sentido, a agricultura familiar tem papel relevante como principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (GUANZIROLI et al., 2001; KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, no Brasil estão vinculadas à agricultura familiar 10,1 milhões de pessoas, o que representa 67% do pessoal ocupado, enquanto os estabelecimentos não familiares abrangem 5 milhões de pessoas, correspondendo a 33% da mão de obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários. De 2006 para 2017, o número de pessoas ocupadas pela agricultura familiar caiu de 12,3 milhões para 10,1 milhões de pessoas (-18%). Ainda cabe ressaltar que a agricultura familiar está presente em 3,9 milhões de estabelecimentos, representando 77% do total. A área ocupada é de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019). Esses dados reforçam a relevância desse segmento para a geração de emprego e renda no setor agropecuário, pois, mesmo ocupando apenas 23% da área, a agricultura familiar responde por 67% da mão de obra do campo, contribuindo para a contenção do êxodo rural.

No Rio Grande do Sul, os 365.052 estabelecimentos agropecuários que existem ocupam uma área de 21,7 milhões de hectares. Desses estabelecimentos, mais de 60% possuem menos de 20 hectares, ocupando uma área de apenas 8,6% do total da agropecuária no estado. Esse

fator revela uma estrutura fundiária muito diversificada de uma região para outra, ou dentro de uma mesma região. Os dados do censo demonstram também um aumento dessa concentração fundiária, com a redução 19,4% do número de estabelecimentos com menos de 50 hectares. No estado, as propriedades que possuem mais de 1.000 hectares ocupam um terço da área e representam apenas 1% do total de estabelecimentos agropecuários (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019).

Na região COREDE Missões, conforme dados do censo agropecuário, a área total ocupada por 20.482 estabelecimentos agropecuários é de 1,1 milhões de hectares. A agricultura familiar representa 16.728 estabelecimentos que ocupam 291.824 hectares (com tamanho médio de 17 hectares), ou seja, 82% dos estabelecimentos agropecuários em 27% da área total. Já a agricultura não familiar ocupa 802.961 hectares (73% do total), com 3.754 estabelecimentos, o que representa 18% do total (IBGE, 2019). A estrutura fundiária da região está baseada em parte na agricultura familiar, com pequenas propriedades, e também na agropecuária extensiva, voltada para a pecuária de corte e para a produção de grãos, com propriedades médias e grandes. Na agricultura familiar, predomina a diversificação de culturas, e os estabelecimentos concentram-se mais nas áreas situadas na região centro, leste e norte do COREDE Missões, enquanto a concentração de atividades agropecuárias extensivas ocorre no sul e no sudoeste da região.

Diante da importância do papel da agricultura familiar para o agronegócio brasileiro, o Pronaf é o principal programa entre as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e à promoção de seu desenvolvimento. Isso se comprova na medida em que facilita a inserção dos agricultores familiares no mercado do agronegócio, aumenta a geração de renda e agrega valor ao produto e à propriedade por meio da modernização dos sistemas produtivos e da profissionalização desses produtores (BATAGLIN, 2012; BIANCHINI, 2015; MATTEI, 2005).

Em estudo referente à representatividade de cada COREDE na captação de recursos e de contratos Pronaf no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2013 a 2016, Dalcin et al concluíram que nove dos 28 COREDEs foram responsáveis por cerca de 60% do volume total de recursos captados no estado. O COREDE Missões foi um dos nove COREDEs com captação superior a 1 bilhão de reais no período. No outro extremo, há regiões que apresentam médias de menos de 100 milhões em recursos captados no período. Na análise socioeconômica dos municípios que compõem cada região, aqueles com maior número de contratos e recursos captados via Pronaf situam-se em regiões predominantemente agropecuárias, enquanto nas regiões com perfil econômico direcionado às atividades industriais ocorre contratação em número menor de contratos e recursos (DALCIN et al., 2017).

Vale ressaltar também que, para uma eficaz alocação dos recursos do Programa, é fundamental a gestão financeira adequada, pois esta pode fornecer subsídios para um maior equilíbrio entre receitas e despesas e evitar gastos supérfluos, enfatizando as prioridades da família. A ausência de gestão e planejamento maximiza os hábitos de consumo impulsivos, práticas orçamentárias disfuncionais ou ruins e consequências financeiras e pessoais graves, tais como o endividamento, os problemas de saúde e o estresse emocional (CUI; I–JUN; YAN, 2012). Esses aspectos estão ligados ao conceito de bem-estar financeiro, incluindo a satisfação com a situação financeira pessoal, a percepção ou avaliação subjetiva dos recursos financeiros, a estabilidade, bem como o valor objetivo dos bens (DELAFFROOZ; PAIM, 2011). Ou seja, o bem-estar financeiro representa o sentimento dos beneficiários em relação às suas condições financeiras presentes e futuras.

Com relação à literatura sobre os temas propostos, há diversos trabalhos que abordam os impactos do Pronaf na agricultura. Alguns são específicos para cada região e linha de crédito do Programa, como Pereira e Nascimento (2014); outros, a exemplo de Mattei (2005), analisam os aspectos em todo o território nacional e em todas as linhas de crédito. Alguns estudos abordam temas em áreas relacionadas, mas se aplicam a apenas alguns municípios isoladamente, ou não abordam o tema, especialmente na região a ser estudada. Toledo (2009) avalia as formas de utilização dos recursos do Programa no município de Salvador das Missões. Estudos mais abrangentes analisam a captação de recursos e contratos do Pronaf em todos os COREDEs do estado do Rio Grande do Sul (DALCIN et al., 2017) e o desenvolvimento econômico, social e a distribuição de renda dos municípios integrantes do COREDE Missões (BOTH et al, 2017). Já Anes, Deponti e Arend (2018) verificam como a produção das Agroindústrias Familiares da Região das Missões é influenciada pela lógica industrial do Arranjo Produtivo Local.

Diante disso, a inexistência de trabalhos que tratem de fatores comportamentais, e também do gerenciamento financeiro dos beneficiários de programas de políticas públicas na região do COREDE Missões configura-se um fator de inovação deste trabalho, o qual consiste em propor uma análise desses fatores com interferências em diversos aspectos da vida das pessoas que são ainda pouco explorados nas pesquisas acadêmicas sobre o Pronaf. A avaliação das políticas públicas para agricultura familiar merece atenção especial na região das Missões, por se tratar de uma região com predomínio da agricultura familiar e que sofre com o êxodo das populações rurais. Muitas vezes esse êxodo ocorre devido às poucas perspectivas de melhorias nos locais em que vivem, o que amplia a magnitude do estudo para o entendimento do papel do programa para a manutenção da população no campo.

Por fim, justifica-se a escolha do COREDE Missões pelo fato de possuir uma base econômica mais voltada à agropecuária em relação à média estadual, tendo uma representatividade muito forte da agricultura familiar, com pouca participação da Indústria. Além disso, o Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro com menor taxa de crescimento populacional (0,49% ao ano) no período entre 2000-2010, sendo que algumas regiões apresentaram diminuição do número de habitantes. Essas regiões do território gaúcho, como as fronteiras Norte, Noroeste e parte do Sul, caracterizam-se pelo esvaziamento populacional, principalmente nas áreas rurais. O COREDE Missões, situado nessa região de perda populacional, apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento demográfico de -0,57% ao ano, constituindo o COREDE com maior taxa de perda populacional no período (FEE, 2015).

Assim, diante da importância da agricultura familiar e das políticas públicas para o desenvolvimento no contexto nacional, do estado e da região, ao propor uma análise a partir da percepção dos beneficiários do Pronaf sobre os aspectos financeiros e da qualidade de vida, o estudo pode contribuir com a apresentação de dados complementares sobre as características dos agricultores da região, tendo em vista que o conhecimento é um dos meios para propor melhorias. Para a gestão pública, esses dados podem contribuir para implementação de alterações que colaborem para o aperfeiçoamento das políticas públicas, bem como para a execução de ações ou programas de melhoria do bem-estar econômico e da qualidade de vida dos cidadãos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o objetivo de alcançar os objetivos propostos, este trabalho está dividido em cinco capítulos. Na primeira parte, foi desenvolvida uma breve introdução, com a apresentação dos objetivos da pesquisa e da justificativa. No segundo capítulo, elaborou-se a revisão da literatura, subdividida nas seguintes etapas: Políticas públicas; Previsão legal do Programa; e Definição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, partindo de sua consolidação, seus beneficiários, seus subprogramas e de trabalhos com a abordagem do tema. Nas etapas seguintes, foram abordados o gerenciamento financeiro familiar, o bem-estar financeiro e a qualidade de vida. Na terceira parte, é descrita a metodologia e a base de dados utilizada no trabalho. No quarto capítulo, realizou-se a análise dos resultados da pesquisa e, por fim, na última parte, foram apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Com a finalidade de embasar o conhecimento empírico que proporcione a análise dos resultados, é necessário compreender melhor os temas de interesse desse estudo. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar os principais conceitos, autores e trabalhos que abordam os temas em estudo e, com isso, contribuir para uma melhor compreensão e aprofundamento das análises. Desse modo, torna-se possível fazer comparações com os resultados encontrados no decorrer do estudo. O capítulo está dividido em cinco blocos, o primeiro caracteriza as políticas públicas, e o segundo aborda as principais características do Pronaf, sendo este um programa dentro de uma política pública para desenvolvimento da agricultura, também compreende sua legislação e estruturação. No terceiro bloco, ocorre a abordagem do tópico Gerenciamento Financeiro, já no quarto busca-se elencar algumas considerações acerca do bem-estar financeiro, e, por fim, no último bloco a qualidade de vida.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser definidas, resumidamente, como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, de forma direta ou indireta, com a participação de entes públicos ou privados, com o objetivo de assegurar direitos, de forma generalizada ou para determinado grupo. Quando se aborda o tema políticas públicas, não há apenas uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública (SOUZA, 2007). Na definição de Mead (1995), é um campo dentro do estudo da Política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Lynn (1980), é um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. De acordo com Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que podem agir diretamente ou através de delegação, e que influenciam na vida de todos os cidadãos. Dye (1984) resume o conceito de política pública como sendo, o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

A definição mais conhecida é a de Laswell (1958), pela qual as decisões e análises sobre política pública consistem em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Assim, em resumo, política pública pode ser conceituada como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessa ação. Não são as únicas formas de ação estatal, mas constituem a forma que melhor reflete a natureza do Estado. Na formulação das políticas públicas, os governos democráticos traduzem suas propostas e plataformas

eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2007).

A política pública abrange várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. É um ramo da ciência política, mas pode ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a econometria, que influencia na subárea da avaliação da política pública. A análise da política constitui um conjunto de elementos que possibilita um olhar explicativo normativo sobre o processo de elaboração de políticas públicas, que, após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SERAFIM; DIAS, 2012).

A análise das políticas permite compreender a conformação das políticas públicas em geral, e a complexidade que a ela é apropriada. Além disso, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, a análise procura avaliar o porquê e para quem aquela política foi elaborada, e não apenas olhar o conteúdo da política pública em si.

Independente da definição de política pública, é necessário verificar se estas quando implementadas conseguem atender os objetivos para os quais foram criadas. A avaliação não deve ser apenas uma atividade isolada e autossuficiente, pois é parte de um processo de planejamento da política social, que possibilita a seleção entre os projetos de acordo com sua eficácia e eficiência. A avaliação permite também, analisar os resultados obtidos por meio dos projetos, fornecendo condições de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim demandado (COHEN; FRANCO, 2007). Cunha (2018) contribui com essa visão ao afirmar que os formuladores, gestores e implementadores podem tomar suas decisões com maior conhecimento a partir das avaliações de políticas e programas, e, com isso, maximizar o resultado do gasto público, identificar êxitos e corrigir pontos de inconformidades.

Diversos estudos analisam a avaliação de políticas públicas. Quando direcionadas à agricultura familiar, Nascimento, Johann e Basso (2018), desenvolveram um Modelo de Avaliação de Satisfação dos agricultores familiares quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para verificar o grau de satisfação em relação à política pública PAA e à gestão das cooperativas ou associações. O modelo criado pretende contribuir na coleta padronizada de percepções sobre o PAA, podendo ser aplicado em qualquer região do país, permitindo ajustes pelos órgãos públicos e cooperativas. Com isso, torna mais eficiente a política pública e os processos organizacionais das cooperativas, beneficiando toda sociedade com a adequada aplicação dos recursos estatais.

Em estudo sobre a avaliação dos impactos das políticas públicas, D’Ascenzi e Lima (2019) investigaram os limites e as possibilidades de uma agência reguladora na promoção do desenvolvimento local, utilizaram o delineamento de um modelo analítico próprio para avaliação dos impactos produzidos. O modelo de análise proposto, aplicado ao caso de uma agência reguladora, indicou limites institucionais, organizacionais e estruturais, referente à geração de impactos na promoção do desenvolvimento multidimensional na região analisada.

A avaliação das políticas públicas torna-se imprescindível devido à crescente demanda por serviços públicos de qualidade, compostos por eficácia e eficiência, sendo uma ferramenta essencial para a melhoria e o desenvolvimento da gestão de políticas públicas. Os resultados demonstram o fortalecimento de estudos de avaliação, objetivando alcançar as melhores práticas e teorias, auxiliando na criação de hábitos avaliativos capazes de englobar a complexidade e as especificidades de cada política (OLIVEIRA; PASSADOR, 2019). Já Couto, Carrieri e Ckagnazaroff (2019) avaliam o uso de metodologia que visa o diálogo e a participação dos atores envolvidos sobre uma determinada política.

2.2 PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O setor agropecuário sempre teve destaque na economia brasileira, sendo a concessão de crédito uma das ferramentas fundamentais para o processo de modernização da agropecuária, devido ao seu papel no financiamento da produção. Nesse sentido, a falta de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar dificultava o desenvolvimento desse segmento tão representativo para o setor produtivo do país. Até 1996, o pequeno agricultor precisava disputar as linhas de crédito rural oficiais com os grandes produtores, que tinham mais acesso aos instrumentos de financiamento rural.

Após décadas de debates e conflitos entre a sociedade civil e o poder público, o governo federal elaborou, em 1995, um programa com o objetivo de atender as demandas dos agricultores familiares. A inserção desse programa dentro de uma política pública de valorização da agricultura foi resultado da pressão desse segmento da sociedade sobre o governo federal (CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014). O Pronaf foi criado pela Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil, com foco na concessão de crédito de custeio e investimento para a atividade produtiva familiar. No ano seguinte, o Pronaf foi oficializado através do Decreto da Presidência da República nº 1946, de 28 de junho de 1996, com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído

pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p. 1).

Entretanto, até julho de 2006 ainda não havia sido normatizada a legislação para estabelecer as orientações para a definição de uma política nacional para a agricultura familiar. Essa falha foi corrigida com a promulgação da Lei 11.326, em 24 de julho de 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu seus princípios e instrumentos de atuação (BRASIL, 2006). De acordo com essa lei, a agricultura familiar é observada nas unidades produtivas que reúnem as seguintes características:

- A área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais;
- A mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família;
- A renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e
- O estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

Segundo o MDA (2017), o Pronaf visa o financiamento, por meio de taxas de juros reduzidas aos produtores rurais, o que também diminui as taxas de inadimplência. Esse programa destina-se para o custeio da safra ou para o financiamento de um novo investimento, e a decisão de como aplicar esses recursos compete exclusivamente à família produtora.

O Pronaf constituiu um avanço na ampliação do acesso e da inclusão de agricultores familiares no crédito rural formal, que se direcionava principalmente a agricultores de maior porte. Nos anos iniciais de implantação do Pronaf, observou-se forte concentração de recursos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e nos agricultores familiares mais integrados ao mercado. Recentemente, ocorreram algumas mudanças que, teoricamente, estariam alterando o perfil do programa no sentido de direcionar recursos a um número maior de agricultores mais carentes.

A finalidade do Pronaf é financiar a implantação, a ampliação ou a modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e disponibilização de serviços nos estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando estimular a geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar. Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas.

2.2.1 Beneficiários Pronaf

De acordo com a definição do Banco Central do Brasil, o Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiários do Pronaf, os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural, e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, em um dos seguintes grupos:

I. Grupo “A”

Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

II. Grupo “B”

Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

III. Grupo “A/C”

Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que:

- a. Tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
- b. Não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio grupo A/C.

Agricultores familiares que:

1. Explorem a parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;
2. Residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
3. Não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
4. Obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária, e não agropecuária, do estabelecimento;
5. Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade

agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

6. tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

São também beneficiários do Pronaf, as pessoas que, mediante apresentação de DAP válida, atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico "Agricultores familiares", e que sejam:

1. Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
2. Agricultores que se dediquem ao cultivo de organismos, que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida, e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água;
3. Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas, e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.

Se enquadrem nas alíneas "1", "2", "4", "5" e "6" do tópico "Agricultores familiares" e que sejam:

- Extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
- Integrantes de comunidades quilombolas rurais;
- Povos indígenas;
- Demais povos e comunidades tradicionais.

O agricultor que tenha intenção de financiar pelo Pronaf deve estar com o CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado e sem dívidas. As condições para acessar o Crédito Pronaf, as formas de pagamento e as taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas anualmente, pelo Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (BRASIL, [s.d.]). O Pronaf passou por diversas fases no decorrer de sua história, e uma das características mais visíveis nessas fases é a tentativa de organizar os agricultores familiares em grupos

distintos (A, AC, B, C, D e E), objetivando a criação de linhas de financiamentos e taxas de juros adequadas a cada grupo. Com isso, o programa atende as diferentes situações socioeconômicas e as necessidades produtivas de cada conjunto de agricultores.

No Quadro 1 é apresentado o histórico, desde a criação do programa até a safra 2016/2017, com os tipos e condições de financiamento para cada grupo da agricultura familiar.

Quadro 1 – Histórico com as condições de financiamento para agricultura familiar

SAFRA	RENDAPOR GRUPO				CUSTEIO		INVESTIMENTO		LINHAS ESPECIAIS
	B	C	D	E	LIMITE	JUROS	LIMITE	JUROS	
1994/1995	PROVAPE				Só custeio, até 5 há, valor pelo VBC, encargos = equivalência-produto				
1995/1996	Critérios do Provape				5 mil	16% a.a.	10 mil	16% a.a.	
1996/1997					5 mil	9% a.a.	15 mil		
1997/1998	8.000				5 mil	5,75% a.a.	15 mil	(TJLP+6%)/ 2	Agroindústria com limite - 600 mil
1998/1999									
1999/2000	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	5,75% a.a.	15 mil	1% aa até (TJLP+6%)/ 2	Criação dos grupos Abertura do MCR 10 Agregar - 600 mil
2000/2001	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	5,75% a.a.	15 mil	1% aa até (TJLP+6%)/ 2	
2001/2002	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	4% a.a.	15 mil	1 a 3% aa	
2002/2003	1.500	10.000	30.000	-	5 mil	4% a.a.	15 mil	1 a 3% aa	Floresta
2003/2004	2.000	14.000	40.000	-	6 mil	2 a 4% a.a.	27 mil	1 a 3% aa	Semiárido
2004/2005	2.000	14.000	40.000	60.000	28 mil	2 a 4% a.a.	54 mil	1 a 7,25%	Agroecologia, Cota- Parte, Mulher, Custeio Agroindústria, Jovem
2005/2006	2.000	14.000	40.000	60.000	28 mil	2 a 4% a.a.	54 mil	1 a 7,25%	
2006/2007	3.000	16.000	45.000	80.000	28 mil	2 a 4% a.a.	54 mil	1 a 7,25%	
2007/2008	4.000	18.000	60.000	110.000	28 mil	1,5 a 3%	54 mil	1 a 6,25%	Eco, PGPAF
2008/2009	5.000	110.000			30 mil	1,5 - 5,5%	100 mil	0,5 a 5%	Mais Alimentos, Recuperação dívidas com Coop. Crédito, Recuperação por catástrofe (SC)
2009/2010	6.000	110.000			40 mil	1,5 - 5,5%	100 mil	0,5 a 2%	
2010/2011	6.000	110.000			50 mil	1,5 - 4,5%	130 mil	0,5 a 2%	
2011/2012	6.000	110.000			50 mil	1,5 a 4,5%	130 mil	0,5 a 2%	
2012/2013	10.000	160.000			80 mil	1,5 a 4,0%	130 mil	0,5 a 2%	
2013/2014	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	1,5 a 4,0%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 2%	
2014/2015	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	1,5 a 4,0%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 2%	Pronaf Produtivo Orientado
2015/2016	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	2,0 a 5,5%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 5,5%	
2016/2017	20.000	360.000 (Sem os rebates)			250 mil	2,5 a 5,5%	165 mil (330 mil para avicultura, suinocultura, aquicultura, carnicicultura e fruticultura)	0,5 a 5,5%	

Fonte: Dados MDA (2017).

Os grupos restantes dividem-se de acordo com a renda bruta anual e da participação da mão de obra familiar nas atividades. Dos demais grupos, o grupo B é constituído por

agricultores familiares com renda muito baixa (renda bruta familiar anual menor que R\$ 6 mil), e o grupo da agricultura familiar, por agricultores com renda comparativamente mais elevada (renda bruta familiar anual entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil). O grupo “agricultores familiares” surgiu em 2008, a partir da união dos grupos C, D, E, que eram separados anteriormente.

2.2.2 Finalidades dos Créditos

A definição da finalidade dos créditos de custeio está relacionada às atividades ligadas à produção em todas as suas fases, à entressafra e à agregação de valor, armazenamento e comercialização de produtos agropecuários produzidos em unidades de produção familiar. Já os créditos de investimentos, são destinados às operações com o objetivo de ampliar e modernizar o processamento da unidade de produção familiar. Há também o incentivo a atividades relacionadas à comercialização da produção, ao turismo, à preservação do meio ambiente, ao extrativismo, e à melhoria da infraestrutura geral (PIRES, 2013). De acordo com o MDA (2018), os créditos podem ser:

1. Os créditos podem ser destinados para custeio, investimento, industrialização ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária.
2. Os créditos de custeio destinam-se a financiar atividades agropecuárias e não-agropecuárias de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento;
3. Os créditos de investimento destinam-se a financiar atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos;
4. Os créditos para integralização de cotas-partes destinam-se a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf;
5. Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo;
6. Os créditos de industrialização destinam-se a financiar atividades agropecuárias, da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.

2.2.3 Subprogramas Pronaf

O Pronaf possui além das formas convencionais de financiamento, que variam de acordo com o limite financiado e a taxa de juros praticada, algumas linhas específicas de crédito. Esses subprogramas do Pronaf apresentam características próprias, de acordo com o que pode ser financiado, para quem se destina e as especificidades do agricultor familiar, conforme detalhamento no Quadro 2.

Quadro 2 – Subprogramas Pronaf e suas características

(continua)

Subprogramas	Características
Pronaf Custeio	Crédito para financiamento das atividades agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização e comercialização da produção.
Pronaf Investimento	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Pronaf Agroindústria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais, e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
Pronaf Agroecologia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Florestal	Crédito para investir em sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.

Quadro 2 – Subprogramas Pronaf e suas características

(continuação)

Subprogramas	Características
Pronaf ECO	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando à sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva. Crédito para implantar, utilizar, recuperar ou adotar tecnologias de energia renovável. Pronaf ECO Silvicultura, Dendê e Seringueira -Crédito para implantação de viveiros florestais e das culturas do dendê ou da seringueira.
PRONAF Semiárido	Crédito de investimento em projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, agropecuárias e não-agropecuárias, na região do semiárido.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
Pronaf Jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos, entre outros requisitos.
Pronaf Microcrédito (Grupo "B")	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam à solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Pronaf Cotas- Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; aplicação, pela cooperativa, em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Quadro 2 – Subprogramas Pronaf e suas características

(conclusão)

Subprogramas	Características
Pronaf Crédito Fundiário	Crédito para aquisição de terras e implantação inicial da atividade agropecuária.
PROAGRO	Proteção quando da ocorrência de sinistro na lavoura agrícola. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) tem por objetivos exonerar o beneficiário do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio, no caso de perdas das receitas, e indenizar os recursos próprios do beneficiário, utilizados em custeio rural, inclusive em empreendimento não financiado, no caso de perdas das receitas em consequência de sinistro na lavoura.
Seguro Vida AF	Cobertura para quitar ou amortizar financiamentos rurais em caso de morte natural ou acidental.

Fonte: Elaborada a partir de dados do MDA (2018).

O programa financia projetos individuais ou coletivos, atividades agropecuárias e não agropecuárias, com diversas modalidades, desde o custeio da produção até os projetos de investimento que visam agregar renda à produção rural. Os subprogramas são diferentes tipos de crédito, voltados para as diversas necessidades do trabalho rural, e buscam fomentar a geração de renda por meio de agroindústria, turismo rural, biocombustíveis, cadeia produtiva, seguros agrícolas, entre outros. Além disso, visam oferecer crédito para mulheres agricultoras, promover a modernização e melhorias na infraestrutura, a agroecologia e a produção orgânica, com o financiamento para a aplicação de técnicas que causem menor impacto ambiental e desenvolvam a sustentabilidade.

2.2.4 Principais estudos com abordagem sobre o Pronaf

Devido ao destaque do Pronaf como programa de incentivo à agricultura familiar, dentro de uma política pública de desenvolvimento do setor agropecuário, há uma vasta literatura que aborda esse tema. As abordagens são diversas, variando a região ou a cidade de aplicação, o público-alvo ou a ênfase em algum subprograma específico do Pronaf, mas vale destacar os trabalhos que estudam os impactos, a aplicação e a distribuição do crédito por regiões (MATTEI

et al., 2007; SILVA; ALVES FILHO, 2009; SILVA, 2011; GUANZIROLI et al., 2012; BATISTA; NEDER, 2014; CASTRO et al., 2014; SANTOS et al., 2014; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014; TROIAN; MACHADO, 2020).

Os resultados do programa também variam de acordo com as peculiaridades de cada estudo ou região analisada. Uma pesquisa para avaliar os indicadores de qualidade de vida de beneficiários do Pronaf, em assentamentos de reforma agrária na região Nordeste, concluiu que ocorreu melhora após a implementação do programa, em especial no que se refere ao acesso a bens de consumo duráveis e às condições de moradia. Ocorreu também a melhora na geração de emprego e renda (ALEIXO et al., 2007).

Silva (2011) analisou os impactos dos recursos do Pronaf, sobre os indicadores de produção agregada de geração de trabalho e renda, e sobre a geração de impostos para a região rural do Médio Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, dessa forma, apresentou resultados positivos para o período analisado, de 2000 a 2007. Moreira, Silveira e Motter (2014) avaliaram o impacto do Pronaf B na satisfação dos beneficiários das regiões de Jequitinhonha e Norte, do Estado de Minas Gerais, quanto à produção, à renda familiar e à qualidade de vida. A conclusão apontou um impacto baixo na satisfação com a produção, médio em relação à renda, e inexistente quanto à qualidade de vida nas regiões analisadas.

A avaliação dos impactos do Pronaf nas cinco regiões brasileiras, a nível municipal, microrregional e mesorregional, foi analisada por Castro et al. (2014), para o período 2000-2010. Os autores apontaram impactos positivos do programa sobre o PIB per capita e o PIB agropecuário nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e nas regiões Norte e Centro-Oeste não houve impacto do programa.

Pereira e Nascimento (2014) avaliaram a capacidade do Pronaf de contribuir para a redução do hiato entre o potencial produtivo e o efetivo, da agropecuária no estado do Tocantins. Os autores analisaram os dados do período de 2002 a 2009. Encontraram evidências positivas do programa sobre indicadores de produção agrícola de origem familiar, capaz de estimular a produção vegetal e animal dos municípios, além de contribuir no processo de redução da desigualdade no estado. Os resultados apontaram a percepção da dimensão do setor agrícola para a economia tocantinense, e a grande participação da agricultura familiar na produção total do setor.

A agricultura familiar, além de ser uma grande fornecedora de alimentos, é considerada também a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (GUANZIROLI et al., 2001; KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013). Dados do Censo Agropecuário de 2006 registram 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura

familiar, o que corresponde a 74,4% do pessoal ocupado, enquanto os estabelecimentos não-familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, equivalente a 25,6% da mão de obra.

Azevedo e Rodrigues (2015) analisaram os desafios e o potencial do turismo rural em município do Rio Grande do Norte, considerando as conexões entre a agricultura familiar e o turismo, e a contribuição dos programas públicos de fortalecimento dessas áreas. O resultado aponta que Pronaf tem contribuído para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população rural, em especial para os assentados da Reforma Agrária. Já os programas de políticas públicas direcionados ao desenvolvimento do turismo, não apresentaram o um plano para o desenvolvimento deste setor no município, nem ações integradas a outros municípios da região. Observaram também, a importância da mobilização das instituições da sociedade civil organizada, que pode contribuir positivamente para os projetos conjuntos entre agricultura familiar e as políticas de turismo.

Entre as principais críticas ao Pronaf, pode-se citar o fato de o mesmo não respeitar o ideal de distribuição dos recursos, a níveis regionais e sociais. Como o objetivo do programa é promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, composto pelos agricultores familiares, não houve muito êxito no fator de desconcentração dos recursos. De acordo com Grisa, Wesz Júnior e Buchweitz (2014), mesmo após 20 anos da implantação do programa, a maior parte dos recursos ainda são concentrados nas *commodities*, principalmente soja, milho e café, com maior aplicação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Nordeste possui maior número de agricultores familiares, mesmo assim houve liberação de volume de recursos menor, se comparado com as regiões Sul e Sudeste.

Enquanto isso, os estudos sobre as avaliações das políticas públicas e os impactos do Pronaf na qualidade de vida dos beneficiários, apontam que o programa contribuiu para o desenvolvimento rural sustentável ao elevar a renda, fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar e estimular a manutenção local da atividade agrícola de pequena escala (MIRANDA; GOMES, 2016). Ao investigar beneficiários do Pronaf do estado de Minas Gerais, Fortini, Silveria e Moreira (2017) concluíram que o resultado importante do programa para os agricultores familiares foi a sensação de viver melhor, com a elevação do bem-estar das famílias, o que pode ser considerado um fator de melhoria da qualidade de vida.

A diferença na estrutura e no modelo produtivo é uma característica muito marcante na agricultura brasileira, e em especial entre os agricultores familiares. Tal relato fica claro na estratificação dos grupos de beneficiários do Pronaf. Ao observar e especificar essas características, Soares Junior et al. (2019) compararam as peculiaridades de duas regiões no Estado do Paraná, com históricos de ocupação muito distintos e indicadores de

desenvolvimento contrastantes. Entre as diferenças mais relevantes percebidas entre regiões e os tipos de agricultores foram citadas variáveis como o uso ou não de assistência técnica e o grau de associativismo. Entre as semelhanças percebidas, está o tipo de Pronaf contratado por grupos de agricultores de idade mais avançada, reforçando a preocupação com a sucessão na agricultura familiar.

2.3 GERENCIAMENTO FINANCEIRO

O gerenciamento financeiro é um fator determinante para consolidação de uma estrutura forte das condições monetárias. Portanto, para gerir os recursos monetários eficientemente, deve haver equidade entre receitas e despesas, sendo necessária a análise exata por parte das famílias, sobre quais as suas fontes de renda e quais as necessidades prioritárias, evitando que os gastos supérfluos prejudiquem o pagamento das despesas com necessidades básicas (CAMPARA, 2016).

Devido à sua dimensão e por ser essencial para maior parte das atividades e compras das pessoas, o dinheiro representa um item fundamental nos relacionamentos familiares e na vida dos indivíduos (SANTOS, 2010). Em decorrência da escassez de recursos, são fundamentais as habilidades referentes ao planejamento e gestão financeira, pois podem ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações de curto e longo prazo, e potencializar o seu bem-estar.

Na abordagem do gerenciamento da renda familiar, ressalta-se que os reajustes nos preços de produtos e serviços, muitas vezes ocorrem em nível superior ao reajuste salarial, o que dificulta o controle financeiro. O aumento da renda não acompanha os aumentos de preços, e, com isso, o poder de compra do indivíduo diminui. A dificuldade dos indivíduos em cortar gastos supérfluos, é outro fator que interfere na gestão eficiente dos recursos financeiros. Há um entendimento da maioria das pessoas de que os gastos de valor pequeno não interferem no orçamento, porém, ao somar todos esses valores, contribuem significativamente nas despesas mensais (SILVA et al., 2014).

Em virtude das facilidades de acesso ao crédito e da diversidade cada vez maior de opções de consumo, é necessário que os indivíduos tenham um conhecimento financeiro adequado, e com isso, possam gerir seus recursos de forma a cumprir com seus compromissos (COLLINS et al., 2009). Para evitar o descontrole orçamentário, cita-se a conveniência da gestão de caixa, com o uso da ferramenta do fluxo de caixa, que possibilita o controle das entradas e saídas de dinheiro, facilitando a visualização das reais condições financeiras, estimulando os indivíduos a administrar seus recursos de forma eficiente e eficaz (LEAL;

NASCIMENTO, 2012).

Ao analisar o uso do cartão de crédito no comportamento de compra impulsiva de jovens universitários, e o gerenciamento inadequado do cartão de crédito, os resultados apontaram a associação entre o materialismo e a desconsideração das ações futuras com a tendência ao uso do cartão de crédito. Este uso do cartão, se não for bem administrado, pode causar consequências pessoais e financeiras, como por exemplo, o endividamento precoce dos jovens (BIELINSKI; OLIVEIRA; FLORES, 2017).

Dessa forma, ao conseguir fazer a gestão de caixa, os indivíduos conseguem controlar seus gastos, evitar o endividamento, poupar, estabelecer prioridades, definir metas para o futuro e melhorar suas condições de vida. Braido (2014) destaca que os controles financeiros são grandes aliados para uma gestão eficaz dos recursos próprios, em especial na definição da forma de utilizá-los, objetivando a indicação do melhor momento para poupar, investir ou acumular recursos monetários. O conhecimento relativo à gestão financeira e a aplicação de seus conceitos, viabilizam o gerenciamento dos recursos e permitem que o indivíduo se mantenha financeiramente saudável (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2016).

Com relação ao gerenciamento financeiro dos recursos do Pronaf, há poucos estudos específicos sobre esse tema na literatura. Há alguns trabalhos com abordagens que evidenciam a relevância da gestão adequada dos recursos, para o sucesso dos empreendimentos dos agricultores.

Gazolla e Schneider (2013) citam a pressão gerada sobre as famílias pela questão do pagamento do financiamento junto aos bancos. De acordo com o estudo, há uma contradição no programa, visto que, os agricultores não podem investir nas produções diversificadas, pois ao gastar os recursos nas pequenas atividades, que não geram uma sobra monetária líquida, há riscos de não haver recursos para pagar o financiamento. O financiamento é direcionado para produção e venda no mercado consumidor, possibilitando o pagamento do financiamento, e não para a sua subsistência. Essa produção priorizando o mercado torna o pequeno agricultor ainda mais vulnerável, aumentando a utilidade da adequada gestão dos recursos do programa. Isso se explica pelo fato de que, ao contratar o financiamento, o agricultor não sabe se terá condições de liquidá-lo posteriormente, pois depende de diversos fatores. Como exemplo, tem-se os fatores climáticos, que podem interferir diretamente na quantidade produzida, ou as oscilações da economia, que influenciam na oferta e procura dos produtos, alterando o seu valor. Deixando evidente a existência de um conjunto de fatores que pode impossibilitar a liquidação dos empréstimos futuros.

Sena et al. (2011) analisaram a utilização de ferramentas de planejamento e controle na

gestão dos recursos advindos do Pronaf, por parte dos agricultores familiares das Associações Comunitárias do Vale do Bananal, no município Salinas - MG. Devido ao volume de recursos financeiros oriundos do programa, existe a obrigação de planejar e controlar as atividades, por parte dos destinatários desses recursos. Foi observado que, tanto os associados quanto a maioria dos presidentes das associações entrevistados, realizam algum tipo de planejamento e controle. Porém, estes são realizados de forma experimental e descontínua, sem seguir normas técnicas, e sem contar com um acompanhamento por parte das associações em relação aos gastos feitos pelos associados. Evidencia-se a necessidade de qualificação dos beneficiários do Pronaf com relação às funções de planejamento e controle, objetivando a melhoria da gestão dos recursos recebidos.

Entre as características da agricultura atual, podem-se citar os investimentos e custos variáveis elevados, além das receitas decorrentes da colheita que implicam em grande movimentação financeira. Promover o controle dessa movimentação de recursos é fundamental para obter a dimensão real da saúde financeira, e também para definir o planejamento de curto e longo prazo do empreendimento rural (COLLETA et al., 2013). Destaca-se a importância da gestão financeira-administrativa, com o planejamento, organização e o controle, pois contribuem para a análise econômica e financeira das atividades na agricultura familiar.

Além dos estudos citados, ressalta-se a carência relacionada ao tema da gestão financeira dos recursos do Pronaf. Necessitam-se estudos que permitam melhorar a análise para a avaliação da política pública, tais como: entender a forma que os recursos oriundos do programa compõem a renda das famílias, como elas priorizam os gastos, quais os principais itens consumidos e os impactos na renda mensal, como é realizado o controle dos custos e o pagamento da dívida, por fim, se há o entendimento sobre como os resultados monetários com a atividade produtiva financiada pelo programa, são importantes para um maior entendimento do resultado final.

2.4 BEM-ESTAR FINANCEIRO

O bem-estar financeiro pode ser descrito como um estado em que uma pessoa consegue cumprir adequadamente as obrigações financeiras atuais e em andamento, com o sentimento de segurança em relação ao seu futuro e com a capacidade de fazer escolhas que proporcionem uma vida com tranquilidade (CFPB, 2015). Na definição de Joo (2008), o bem-estar financeiro pode ser conceituado como o sentimento do indivíduo de estar com boa saúde financeira e isento de preocupações, com base em suas avaliações subjetivas ou percepções de sua situação

financeira.

De acordo com CFPB (2015), a definição de bem-estar financeiro aponta para as seguintes características dos indivíduos:

- a) Ter controle sobre as finanças, com a capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos, sem dívidas incompatíveis com o orçamento, com o pagamento dentro dos prazos estipulados;
- b) Ter capacidade para absorver choques financeiros, ou seja, possuir reservas monetárias para despesas imprevistas. Possuir fontes de recursos, podendo ser créditos de familiares ou amigos, ou cadastro favorável em instituições de crédito, capazes de suprir as necessidades de recursos financeiros;
- c) Ter atitude financeira na poupança, com capacidade e foco nos objetivos de guardar recursos mensalmente, para garantir a tranquilidade futura no caminho certo para atingir seus objetivos financeiros;
- d) Ter a capacidade financeira para fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida, usufruir das vantagens da boa gestão financeira, e de fatores essenciais para o bem-estar financeiro, como viajar, estudar e trabalhar em horários que proporcionem momentos de lazer com a família e amigos.

O conceito de bem-estar financeiro engloba as preocupações com o presente, o futuro e o passado. As experiências passadas e atuais, assim como as expectativas e projeções financeiras, são fundamentais para o pleno entendimento do bem-estar financeiro (MALONE et al., 2010; CHAN; CHAN; CHAU, 2012). Nessa linha de definição, é possível relacionar o bem-estar financeiro principalmente com a situação financeira atual e futura. A visão atual envolve os rendimentos mensais, como forma de atender necessidades imediatas, e a situação futura representa as perspectivas e interesses de cada indivíduo para períodos posteriores (NORVILITIS; SZABLICKI; WILSON, 2003).

A definição de Arber, Fenn e Meadows (2014) aponta para a classificação obtida por cada indivíduo em relação ao ajuste de sua renda para satisfação de suas necessidades. Boas condições financeiras, tanto no presente quanto no futuro (incluída a segurança monetária), maximizam o bem-estar financeiro e proporcionam melhor qualidade de vida. Esse pressuposto é confirmado por Binder e Coad (2014), os quais esclarecem que a estabilidade financeira, a garantia empregatícia e a adequada gestão financeira, são fatores determinantes para a satisfação do indivíduo com a vida de modo geral. A partir deste ponto, surge a indispensabilidade de o indivíduo buscar o equilíbrio financeiro por meio de alternativas de correta gestão dos recursos, e atenção aos fatores que influenciam o resultado monetário de suas

atividades, e por consequência, proporcionam bem-estar financeiro e qualidade de vida.

Em relação às formas de avaliar o nível de bem-estar financeiro, nos anos 1990 ainda eram levados em consideração aspectos mais objetivos, relacionados à renda familiar. Consideravam-se os itens materiais (alimentação, vestuário, habitação e transporte), os recursos financeiros disponíveis para atender emergências, o patrimônio líquido (diferença entre o ativo e todas as dívidas), o montante da dívida e o nível de poupança e dinheiro para necessidades futuras (SUMARWAN; 1990; LOWN; JU, 1992). Contudo, com o passar dos anos, a conjuntura unicamente objetiva acerca do bem-estar financeiro, deu espaço a aspectos subjetivos, sendo está uma grande evolução para a literatura.

Tal questão passa a ser analisada com base em indicadores objetivos e subjetivos, sendo que, a subjetividade da análise está intimamente relacionada com as características pessoais de cada indivíduo. Algumas dessas são os valores, as experiências, as expectativas, as metas e a disposição, que refletem de forma significativa no sentido ou na sensação global de bem-estar financeiro. Deslumbrando-se as escalas internacionais existentes e já utilizadas em estudos de bem-estar financeiro, que utilizam indicadores subjetivos para a sua mensuração, tem-se a desenvolvida por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003). Outra escala é proposta por Prawitz et al. (2006), denominada *Pessoal Financial Wellness Scale*™ (*PFW Scale*™), e recentemente, em 2015, foi divulgada uma nova escala pelo *Consumer Financial Protection Bureau*.

A escala desenvolvida por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) foi uma medida de percepção de bem-estar financeiro, criada para o estudo denominado “*Factors Influencing Levels of Credit-Card Debt in College Students*”. É composta por oito itens destinados a medir os sentimentos de confiança e segurança financeira, pontuados em uma escala de 5 pontos que varia de 1 (concordo plenamente) a 5 (discordo plenamente). A consistência interna foi aceitável e a escala consiste em dois fatores principais, sendo esses a preocupação financeira atual e as expectativas quanto ao futuro. Já a *Pessoal Financial Wellness Scale*™ é composta por oito questões, as quais medem como as pessoas se declaram sobre reações e situações financeiras, através de uma escala likert de 10 pontos, indo de sentimentos negativos para sentimentos positivos (PRAWITZ et al., 2006).

A escala desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB, 2015) foi projetada para permitir que profissionais e pesquisadores possam quantificar com precisão e consistência o bem-estar financeiro. E assim, observar algo que não é diretamente observável, além de poder ser utilizada como parte de relatórios sobre a eficácia de Programas de educação e capacidade financeira. A medida baseia-se em *insights* de consumidores e especialistas e foi desenvolvida utilizando técnicas como entrevistas e testes psicométricos, para garantir a

compreensão exata das perguntas. A escala conta com dez itens, que incorporam os quatro elementos do bem-estar financeiro descritos no Quadro 3:

Quadro 3 – Principais elementos do bem-estar financeiro, no presente e futuro

Elementos	Presente	Futuro
Segurança	Controle sobre as finanças do dia-a-dia.	Capacidade de lidar com um contratempo financeiro.
Liberdade de escolha	Liberdade na escolha financeira para aproveitar a vida.	Estar no caminho certo para atingir seus objetivos financeiros.

Fonte: Adaptado de CFPB (2015).

Ainda são poucos os estudos que tentaram aplicar essas escalas no Brasil, sendo que, os três que aplicaram a escala de Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) acabaram por excluir da análise a maioria das questões. Campara (2016), a fim de mensurar o bem-estar financeiro de indivíduos de baixa renda, utilizou oito questões propostas inicialmente por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003). Contudo, na análise fatorial confirmatória, as estimativas iniciais do construto mostraram um grande número de variáveis, com coeficientes muito baixos ou não significativos, e o modelo final ficou composto por apenas três questões das oito iniciais.

As questões remanescentes foram: (1) sinto-me desconfortável com a quantia que devo, (2) preocupo-me constantemente com o pagamento das minhas dívidas e, (3) penso muito em minhas dívidas. Kunkel, Vieira e Potrich (2015), com uma amostra de 1831 indivíduos de três estados brasileiros, mantiveram no modelo final as mesmas três questões do estudo de Campara (2016). Santos et al. (2016), em um estudo comparativo entre estudantes brasileiros e americanos, também obtiveram uma medida de bem-estar financeiro com apenas três das dez questões originais.

A escala da CFPB (2015) também já foi aplicada no Brasil. Fraga (2017) realizou um estudo analisando diferentes aspectos das finanças, dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Dentre os fatores estudados, tem-se o bem-estar financeiro. Entretanto, o estudo apenas aplicou a escala, sem desenvolver qualquer procedimento de avaliação, não permitindo qualquer tipo de avaliação de estabilidade e de adequação da escala ao contexto brasileiro.

Extensões dessa escala já foram desenvolvidas, sendo uma delas apresentada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-Operation and Development* [OECD] 2018). O instrumento inclui questões de bem-estar

financeiro, incorporadas da breve pesquisa desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau* nos Estados Unidos sobre o tema e perguntas que refletem aspectos identificados através do trabalho da OCDE sobre bem-estar financeiro.

O componente de alfabetização financeira reflete a definição da OCDE/INFE como sendo uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, a partir disso, alcançar bem-estar financeiro. A maior parte das perguntas foram extraídas de pesquisas existentes. O questionário utilizado busca informações relativas ao comportamento financeiro, atitudes e conhecimentos que contribuem para a promoção do bem-estar financeiro (OECD, 2018). Até o momento, não se tem conhecimento da aplicação de nenhuma dessas duas escalas no contexto de avaliação dos beneficiários do Pronaf, garantindo ineditismo a esta investigação.

Em relação aos estudos com o objetivo de compreender as características da aplicação dos recursos e do bem-estar financeiro dos beneficiários do Programa, Mello, Silveira e Silva (2017) avaliaram os efeitos do Pronaf na vida das mulheres do estado de Minas Gerais. A maioria delas associou o crédito a um aumento da renda própria e à oportunidade de ampliar as atividades de sua propriedade. Essa autonomia e a capacidade para fazer escolhas promovem o empoderamento feminino e demonstram que, quando podem administrar seus próprios recursos, as mulheres contribuem de forma mais eficaz para o bem-estar da família.

Observa-se que, quando ocorre o uso adequado dos recursos do Pronaf, alguns agricultores conseguem obter êxito em suas atividades e, com isso, reformar ou construir a sua casa própria, além de melhorar o acesso à saúde e à educação (Silva, 2016; Barbe; Viana, 2019).

2.5 QUALIDADE DE VIDA

A busca pela melhoria da qualidade de vida é uma das características distintivas e específicas do ser humano. Pode ser entendida como a de se querer viver bem, de superar os obstáculos e procurar perceber novas condições que permitam a melhoria do dia a dia. A percepção de qualidade de vida está ligada a vários aspectos que são intrínsecos à individualidade de cada ser humano, tais como sua condição social, sua envolvimento familiar, suas ambições e seus desejos e necessidades.

Definir a qualidade de vida e suas diversas perspectivas engloba a análise de diversos fatores. Um conceito de qualidade de vida foi enfatizado pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964, ao declarar que: “os objetivos não podem ser medidos por meio do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos a partir da qualidade de vida que proporcionam

às pessoas”. Nessa definição, o presidente americano referiu-se à qualidade de vida em termos econômicos (LEAL, 2008).

A qualidade de vida é um termo muito abrangente, e não possui um conceito pré-estabelecido. Pode ser associada tanto a fatores individuais como também aos socioambientais, com a percepção do indivíduo inserido em um contexto sociocultural. A avaliação da qualidade de vida das pessoas pode ocorrer através de uma percepção subjetiva, não se atendo apenas aos aspectos de saúde ou doença, mas sim, às condições de vida, de saúde e de bem-estar (MEIRELLES et al., 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou a ser usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1960, para avaliar as condições de vida da população dos países membros da organização. Foi criado um *ranking* em três áreas: educação, renda e expectativa de vida. Este é um conceito de qualidade de vida muito utilizado na área da economia, pois analisa o tema como uma relação entre a disponibilidade de capital e de serviços públicos e privados de qualidade (SILVEIRA NETO; MENEZES, 2008).

Em um estudo sobre o tema, Minayo, Hartz e Buzz (2000) observaram que, quando se analisa somente os indicadores econômicos ou sociodemográficos, a compreensão da realidade, do bem-estar ou da qualidade de vida de um grupo pode estar limitada, pois se utiliza apenas a renda *per capita* como um meio de medir o bem-estar de uma população. Dessa forma, podem ser considerados também os aspectos objetivos (como idade, tipo de moradia, sexo, renda e lazer) e os aspectos subjetivos (as oportunidades de lazer, disponibilidade de tratamento médico hospitalar e oferta de emprego), para a compreensão da qualidade de vida como um sistema interligado de diversos fatores.

De acordo com essas definições, a qualidade de vida deve ser considerada por meio de uma visão mais ampla. O conceito deve ser incluído em um contexto multidimensional, em que o ser humano é tido como um ser biopsicossocial, que se fundamenta em três dimensões: a biológica, que trata de características físicas herdadas ou adquiridas; a dimensão psicológica, relacionada aos processos formadores da personalidade de cada indivíduo, seu modo de perceber e de se relacionar com os outros, e ao seu sistema cognitivo e de apreensão de suas vivências; e a dimensão social, que evidencia a cultura, as crenças, os valores socioeconômicos, os sistemas de representação e a organização da comunidade na qual se insere. Dessa forma, reforça-se que a saúde não se dá apenas como a ausência de doença, mas também, pelo completo bem-estar biológico, psicológico e social (LIMONGI-FRANÇA, 2010).

Com relação à dimensão psicológica, a qualidade de vida está associada às emoções, à autoestima, à capacidade de aprendizagem e de concentração, e aos sentimentos positivos ou

negativos. No âmbito social da qualidade de vida, é dada ênfase para as relações pessoais, às condições ambientais, de trabalho, econômicas, financeiras, de segurança, de acesso a sistemas de transportes e serviços de saúde e lazer (CARNEIRO; EUSÉBIO, 2011).

Nesse contexto, pode-se afirmar que qualidade de vida é um conceito relativamente recente, relacionado à posse e ao uso de bens, ao lazer, à saúde, à educação e a boas condições de moradia. O conceito varia de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, e pode se modificar com o decorrer do tempo, pois está diretamente relacionado com a percepção que cada um tem de si e dos outros. Assim, a qualidade de vida pode ser entendida como o resultado da interação entre o ambiente físico, social, cultural, espiritual e econômico, no qual o indivíduo se insere. Além disso, refere-se ao estilo de vida adotado, às ações e as reflexões sobre si mesmo, sobre os outros, sobre o ambiente, e à incorporação de expectativas positivas em relação ao futuro (LEAL, 2008).

O economista indiano Amartya Sen, enfatiza que a qualidade de vida deve ser avaliada como a capacitação que uma pessoa tem para alcançar as funcionalidades elementares (alimentação, saúde, moradia), e as finalidades referentes ao autorrespeito e à vida em comunidade. A capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas sim, pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem a seu favor. A qualidade de vida não deve ser entendida apenas como um conjunto de bens, confortos e serviços, mas por meio destes disponibilizar oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para as realizações coletivas (SEN; KLIKSBURG, 2011).

Com relação aos indicadores de desenvolvimento, o PIB – Produto Interno Bruto, é um dos mais utilizados mundialmente na medição do crescimento produtivo. No entanto, há o entendimento de desenvolver indicadores capazes de ampliar a mensuração do crescimento da produção, incluindo a dimensão ambiental e de qualidade de vida. Nesse sentido, até mesmo o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano necessitaria ampliar suas variáveis indicadoras. Para uma completa percepção dos níveis de qualidade de vida, haveria de incorporar a dimensão ambiental aos indicadores de desenvolvimento humano. Sendo assim, não basta o indivíduo possuir boa escolaridade, maior expectativa de vida, acesso às riquezas, se for morar ou trabalhar em locais poluídos, sujeitos a riscos, em ambientes insalubres. Herculano (2000) propõe que qualidade de vida passe a ser entendida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas, coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que esses possam realizar suas potencialidades.

Para que o IDH possa realmente definir a qualidade de vida de determinada população, a questão ambiental precisa ser incluída aos demais itens mensurados. O Quadro 4 sugere

alguns pontos indicativos de qualidade de vida, a serem agregados na formulação de indicadores de desenvolvimento (HERCULANO, 2000).

Quadro 4 – Pontos indicativos de qualidade de vida

(continua)

Qualidade Habitacional	Média de pessoas por m ² domiciliar; percentual de domicílios ligados às redes de abastecimento de água, de eletricidade, de esgotos, de telefonia; extensão dessas redes e das vias urbanas calçadas.
Qualidade Educacional	Matrículas escolares/população em idade escolar; nível médio de escolaridade; nível médio de escolaridade feminina; número de professores secundários/população em idade escolar; número de jornais e de livros vendidos; número de livrarias disponíveis; número de centros culturais/população.
Qualidade da Saúde	Expectativa de vida; mortalidade infantil; morbidade materna; número de leitos e de médicos à disposição da população; relação de mortes por pacientes hospitalares; quantidade de proteína animal distribuída à população de menos de 15 anos, pela rede pública de ensino e pelas creches.
Condições de Trabalho	Quantidade de acidentes de trabalho/população trabalhadora industrial e agrícola; extensão das jornadas; níveis salariais médios por setor; presença de mão de obra infantil/total da população trabalhadora; o grau de diferença entre as rendas mais altas e mais baixas advindas do trabalho assalariado.
Diversidade e Horizontalização na Comunicação Social	Número de aparelhos de rádios e televisões; número de estações emissoras; número e tiragens de jornais impressos; quantidade de salas para cinema e teatros; número de horas semanais de programas educativos de rádio e TV educativos; comunicação comunitária; quantidade de bibliotecas por cidade e bairro; relação de emissoras, jornais e revistas por

Quadro 4 – Pontos indicativos de qualidade de vida

(continuação)

	proprietário; número de computadores ligados à Internet.
Qualidade no Transporte Coletivo	Assentos/hora disponíveis, sobre trilhos, para a população urbana e interurbana; assentos/hora por veículo coletivo; tempo médio de deslocamento entre a moradia e o local de trabalho.
Qualidade Ambiental Urbana	Área verde e/ou áreas amenas urbanas per capita; distância média das moradias a essas áreas; níveis de emissão de CFC (cloro fluorcarbono), de dióxido de carbono e de outros dejetos químicos; volume e qualidade da água potável disponível; destino dado ao lixo; valor de equipamentos antipoluição existentes/valor da produção.
Qualidade Ambiental Não Urbana	Níveis de acidificação e de contaminação tóxica dos solos; evolução da área de desertificação em relação à área total agrícola e de florestas; taxas de desflorestamento x taxas de reflorestamento; distância da área destinada a rejeitos radioativos em relação à área de vida das populações.
Qualidade, Pluralidade e Horizontalidade nos Canais de Decisão Coletiva	Recursos financeiros de pessoal destinados à gestão – governamental e não governamental – dos itens acima; velocidade na tramitação processual administrativa e judicial; existência de conselhos democráticos deliberativos, plurais, paritários; acessibilidade à candidatura a cargos eletivos.

Fonte: Herculano (2000, p. 23-24).

O autor salienta que não pretende, com isso, concluir uma proposta final de indicadores de qualidade de vida, mas, ao apresentar esses pontos indicativos, objetiva demonstrar que é possível encontrar uma equação que avalie indicadores humanos e ambientais. Percebe-se que não há um conceito padrão para a qualidade de vida, podendo ser classificada como um tema abstrato, sobre o qual cada pessoa possui um ponto de vista, o que reflete diretamente na sua definição. Pode estar relacionada à saúde, bem-estar, estilo de vida, felicidade e tantos outros aspectos, e cada um deve ser analisado de forma individual para um melhor entendimento (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Na definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida é a percepção do indivíduo com relação à sua posição na existência, no contexto da cultura, dos

valores em que vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações individuais. Esse conceito é influenciado pela saúde física, pelo estado psicológico, pelas crenças pessoais, pelos relacionamentos sociais e por características do ambiente em que se vive. Assim, a percepção da qualidade de vida pelos indivíduos é dependente de diversos fatores, que englobam aspectos culturais, socioeconômicos, políticas públicas, relacionamento com o trabalho, educação do indivíduo em relação aos seus valores, expectativas e preocupações. Dessa forma, o conceito é variável de uma pessoa para outra (WHOQOL GROUP, 1994).

Devido à complexidade da definição da qualidade de vida, foram desenvolvidos diversos instrumentos com o objetivo de mensurá-la. O uso desses instrumentos contribui para conhecer as necessidades dos indivíduos nos seus diversos contextos de vida (KLUTHCOVSKY, A.; KLUTHCOVSKY, F., 2009). Para o desenvolvimento dos instrumentos de mensuração de indicadores, podem ser utilizados questionários, os questionários de qualidade de vida podem ser genéricos ou específicos. Os questionários específicos são usados para avaliar as particularidades de uma doença, de forma a quantificar o impacto do tratamento e os ganhos de saúde obtidos. Já os questionários genéricos, objetivam avaliar de maneira geral os aspectos de vida e de saúde dos indivíduos (LANDEIRO et al., 2011). A utilização de questionários genéricos permite comparar a qualidade de vida de indivíduos submetidos a diferentes condições, e esses são de fácil validação psicométrica, pois reúnem maior número de itens mensuráveis (KLUTHCOVSKY, A.; KLUTHCOVSKY, F., 2009).

Há diversos questionários genéricos utilizados em pesquisas e pode-se destacar o *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL), este é o resultado de um projeto colaborativo multicêntrico de iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi criado por 15 centros distintos no mundo e em 20 idiomas que possibilitou a construção de um instrumento aplicável a várias populações, com diferentes realidades socioculturais. O primeiro a ser criado foi o WHOQOL 100, posteriormente, surgiu a versão abreviada ou WHOQOL-*Bref* (GOMES; HAMANN; GUTIERREZ, 2014). A versão em português foi desenvolvida no Centro WHOQOL da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Diante da necessidade de implantação de novas políticas, ou até mesmo na avaliação das políticas públicas já existentes, é importante analisar os efeitos e as mudanças que podem vir a ocorrer na qualidade de vida das pessoas atingidas. Nesse sentido, o WHOQOL é um dos instrumentos que permitem acompanhar e avaliar essas mudanças (WHO, 1997).

2.5.1 Avaliação da qualidade de vida por meio do WHOQOL - *World Health Organization Quality of Life*

A qualidade de vida pode ser definida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto de sua cultura e no sistema de valores em que vive em relação a expectativas, padrões e preocupações, de acordo com *World Health Organization Quality of Life Group* (WHOQOL Group). Este conceito baseia-se na definição de saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde, interpretada como a percepção individual de completo bem-estar, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença. Porém, o tema qualidade de vida pode ser abordado nas mais diversas formas, tanto na escolha do instrumento de avaliação, como também no público a ser avaliado.

O módulo WHOQOL-*Bref* é constituído de 26 perguntas. As respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida). As perguntas de número 1 e 2 abordam sobre a qualidade de vida geral. Além dessas duas questões, o instrumento tem 24 facetas que compõem 4 domínios, que são: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Domínios e Facetas do WHOQOL-*Bref*

(continua)

Domínios	Facetas
Geral	1. Percepção da qualidade de vida 2. Satisfação com a saúde
1 - Domínio físico	3. Dor e desconforto 4. Energia e fadiga 10. Sono e repouso 15. Mobilidade 16. Atividades da vida cotidiana 17. Dependência de medicação ou de tratamentos 18. Capacidade de trabalho
2 - Domínio psicológico	5. Sentimentos positivos 6. Pensar, aprender, memória e concentração 7. Auto-estima 11. Imagem corporal e aparência 19. Sentimentos negativos 26. Espiritualidade/religião/crenças pessoais
3 - Relações sociais	20. Relações pessoais 21. Suporte (apoio) social 22. Atividade sexual

Quadro 5 – Domínios e Facetas do WHOQOL-*Bref*

(continuação)

<p>4 - Meio ambiente</p>	<p>8. Segurança física e proteção 9. Ambiente no lar 12. Recursos financeiros 13. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade 14. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades 23. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer 24. Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) 25. Transporte.</p>
---------------------------------	---

Fonte: Elaborado a partir de WHOQOL – Abreviado (FLECK et al., 2000).

O WHOQOL-*Bref* possui cinco escalas de respostas tipo *Likert*, sendo elas: “de muito ruim a muito bom” (escala de avaliação), “de muito insatisfeito a muito satisfeito” (escala de avaliação), “de nada a extremamente” (escala de intensidade), “de nada a completamente” (escala de capacidade) e “de nunca a sempre” (escala de frequência). Cada domínio é composto por questões cujas pontuações das respostas variam de um a cinco. O escore médio em cada domínio indica a percepção do indivíduo quanto à sua satisfação em cada aspecto em sua vida, relacionando-se com sua qualidade de vida. Quanto maior a pontuação, melhor essa percepção.

Mesmo que o WHOQOL-*Bref* seja um instrumento elaborado recentemente, observa-se que há muitos trabalhos publicados em diversos países do mundo utilizando esse instrumento de mensuração da qualidade de vida. Em pesquisa com finalidade de revisão bibliográfica sobre estudos que utilizaram o WHOQOL-*Bref* como instrumento para coleta de dados em avaliações da qualidade de vida, os autores selecionaram 169 resumos de artigos publicados sobre o tema. O resultado da análise do material concluiu que a maior parte das publicações ocorrem nas áreas da saúde, em especial nas áreas da psiquiatria, psicologia e saúde mental. Brasil (14,2%), Taiwan (13%) e Alemanha (8,2%) foram os países que mais publicaram esses estudos. Como vantagem desse instrumento, pode-se citar o fato de este ter caráter transcultural, que permite sua utilização em um local em particular e também o desenvolvimento de pesquisas colaborativas em diversos lugares, com culturas diferentes, e, após isso, comparar os resultados das diferentes populações (KLUTHCOVSKY, A.; KLUTHCOVSKY, F., 2009).

Nos casos de publicações no Brasil, não diretamente ligadas à área da saúde, pode-se citar um estudo de caso na cidade de Curitiba/PR, através do método de qualidade de vida WHOQOL-*Bref*. Os resultados apontaram que a qualidade de vida da cidade de Curitiba teve como média geral 3,62, o que representa uma classificação entre “regular” e “bom”. A partir

desses dados quantitativos, foi possível identificar as regiões mais críticas com relação à qualidade de vida. Além disso, por meio da coleta de opinião da população, foi possível identificar quais são as mudanças prioritárias em cada local, desde melhorias no transporte, na criação de parques, até a despoluição de rios (FERENTZ, 2017).

Com relação ao Pronaf, o método WHOQOL-*Bref* foi utilizado em uma pesquisa sobre a avaliação dos impactos do programa, na qualidade de vida dos jovens agricultores familiares paraibanos. O objetivo era verificar os impactos na Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e Bem-Estar Subjetivo (BES) dos jovens beneficiários. Os resultados apontaram índices satisfatórios de QVS e BES entre os beneficiários, porém não há impacto significativo no Pronaf sobre esses modelos (GOUVEIA, 2010).

Em pesquisa com a análise da qualidade de vida de agricultores familiares orgânicos do município de Lagoa Seca, na Paraíba, Pessoa e Alchieri (2014) reforçam a importância de estudos na área e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento desse setor. O instrumento WHOQOL-100 foi utilizado para subsidiar a elaboração do questionário utilizado, sendo escolhido por constituir um instrumento de referência mundial para avaliação de qualidade de vida. Com relação à qualidade de vida, a pesquisa concluiu que o domínio psicológico teve contribuição positiva, e o domínio ambiente contribuiu negativamente para a qualidade de vida, sendo que os agricultores possuem dificuldades relativas à baixa renda. No geral, os trabalhadores têm uma percepção positiva relativa à sua qualidade de vida, havendo significativa presença do trabalho coletivo nas atividades. Os autores concluem que a agricultura familiar orgânica deve ser analisada como uma estratégia de promoção da qualidade de vida e dos valores sociais do meio rural, pois contribui para a sustentabilidade socioambiental e a preservação da diversidade sociocultural (PESSOA; ALCHIERI, 2014).

3 MÉTODO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para atingir os objetivos propostos. Assim, são elencados o delineamento do estudo; a estratégia e o método de pesquisa; a população e a seleção da amostra, os aspectos éticos, contemplando os riscos e benefícios; o instrumento de coleta de dados, a coleta e a análise dos resultados.

3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, adotou-se uma pesquisa de caráter descritivo, baseada em uma abordagem quantitativa, a qual tem como propósito obter informações precisas sobre uma população específica, bem como mensurar um evento (HAIR JUNIOR et al., 2010). Do mesmo modo, permite descrever situações específicas por meio da pesquisa descritiva, com o uso de estatísticas descritivas que englobam contagens de frequência (quantidade), medidas de tendência central como a média ou moda, ou uma medida de variação, como o desvio padrão. Com relação à abordagem, as pesquisas quantitativas permitem uma interrogação direta aos indivíduos, com o objetivo de compreender seu comportamento e minimizar a heterogeneidade dos dados, e devido ao estabelecimento de uma estrutura pré-definida, conferem maior confiabilidade aos resultados (GIL, 2010).

A coleta de dados foi feita por meio de uma pesquisa *survey*, que de acordo com Hair Júnior et al. (2010), é indicada em estudos envolvendo uma grande quantidade de indivíduos, pois possibilita compreender melhor o comportamento das pessoas e abranger um grande número de pesquisados. A utilização de uma *survey* como estratégia de pesquisa permite perceber fatos novos e determinar atitudes e opiniões, contribuindo para entender comportamentos. Na definição de Malhotra (2011), esse método tem por base o interrogatório dos participantes por meio de um questionário estruturado, com o objetivo de provocar informações específicas dos entrevistados.

O uso deste tipo de questionário tem a finalidade de descobrir fatos, atitudes, e compreender melhor certos comportamentos, mediante avaliação, descrição e análise de uma população com base em dados de uma amostra (BAKER, 2001). Na definição de Fonseca (2002), a pesquisa *survey* sugere a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de um determinado grupo de indivíduos, indicado como representante de uma população-alvo, com a utilização de um questionário como instrumento de pesquisa. A partir de um instrumento de coleta de dados predefinido, obtêm-se as descrições quantitativas de um

grupo ou população.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A população alvo do estudo compreendeu os beneficiários do Pronaf, na região de abrangência do COREDE Missões. Para definir a população relacionada à coleta de informações, entre os agricultores da região COREDE Missões, observou-se as bases de dados do governo federal, como a Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, considerando o número total de financiamentos Pronaf (Custeio e Investimento) no período de 2017.

3.2.1 Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões

De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul, o COREDE Missões foi criado em 1991 e integra a Região Funcional 71. É composto por vinte e cinco municípios, são eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

O COREDE Missões está localizado na fronteira do Brasil com a Argentina. Embora possua proximidade física em relação ao território vizinho, não apresenta uma economia integrada com a região de fronteira argentina, um dos principais motivos é a falta de infraestrutura rodoviária de ligação na área separada pelo Rio Uruguai. No período 2000-2010, foi o COREDE com menor taxa de crescimento populacional no Estado, perdendo população, tal fato parece estar relacionado à falta de dinamismo econômico da Região.

O COREDE possui uma base econômica mais voltada à agropecuária em relação à média estadual, com pouca participação da indústria. Na agropecuária, destacam-se a criação de bovinos e suínos, além do cultivo do milho, do trigo e da mandioca. A indústria, pouco significativa, está ligada ao beneficiamento de produtos primários. Outro ativo a ser destacado na região é o turismo histórico e cultural.

Observa-se também, a predominância do cultivo de grãos nos maiores municípios, principalmente ao sul do COREDE, que possuem maior concentração fundiária. Os municípios ao norte, com menores propriedades, apresentam uma produção agrícola mais diversificada. A

criação de bovinos de corte e de leite tem prestígio em todos os municípios da região. As características de migração deste COREDE podem estar ligadas à expansão de culturas mecanizadas e empresariais, como a soja, o milho e o trigo, deslocando os pequenos produtores rurais.

Como indicador para medir o desenvolvimento da região, pode ser utilizado o IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), este índice mede o grau de desenvolvimento dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a classificação, o índice pode ser considerado alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499). O IDESE considera um conjunto de 12 indicadores dividido em três blocos: Educação, Renda e Saúde (FEE, 2016). O IDESE do ano de 2016 é apresentado na Tabela 1, com os indicadores de todos os municípios do COREDE Missões.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE 2016 – COREDE Missões

Municípios	Idese	Educação	Renda	Saúde
Bossoroca	0,751	0,739	0,703	0,812
Caibaté	0,740	0,708	0,663	0,849
Cerro Largo	0,784	0,762	0,723	0,868
Dezesseis de Novembro	0,671	0,744	0,469	0,801
Entre-íjuis	0,722	0,667	0,693	0,805
Eugênio de Castro	0,744	0,613	0,800	0,819
Garruchos	0,730	0,754	0,615	0,820
Giruá	0,736	0,719	0,703	0,787
Guarani das Missões	0,727	0,722	0,670	0,788
Mato Queimado	0,747	0,725	0,639	0,876
Pirapó	0,713	0,765	0,549	0,823
Porto Xavier	0,680	0,742	0,520	0,777
Rolador	0,775	0,776	0,709	0,841
Roque Gonzales	0,782	0,674	0,837	0,835
Salvador das Missões	0,771	0,737	0,703	0,873
Santo Ângelo	0,743	0,732	0,697	0,800
Santo Antônio das Missões	0,713	0,705	0,632	0,802
São Luiz Gonzaga	0,727	0,717	0,667	0,798
São Miguel das Missões	0,735	0,645	0,775	0,784
São Nicolau	0,681	0,639	0,575	0,828
São Paulo das Missões	0,748	0,790	0,613	0,842
São Pedro do Butiá	0,796	0,794	0,727	0,866
Sete de Setembro	0,700	0,569	0,649	0,881
Ubiretama	0,746	0,709	0,711	0,819
Vitória das Missões	0,719	0,766	0,579	0,812
COREDE Missões	0,742	0,723	0,691	0,811
Rio Grande do Sul	0,754	0,710	0,732	0,819

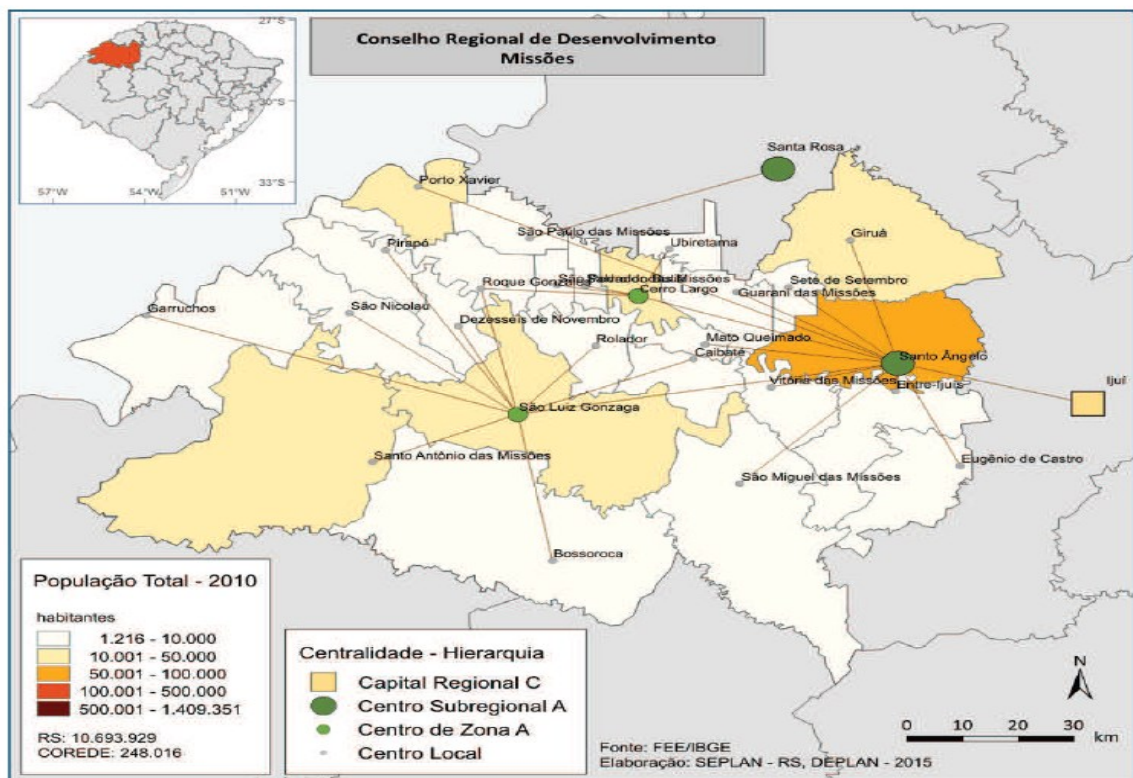
Fonte: Elaborada pela autora, com base dados FEE 2016, 2020.

Conforme visualizado na Tabela 1, o desempenho do COREDE Missões possui um

índice médio regional de 0,742, e apresentou desempenho inferior ao IDESE estadual, que em 2016 atingiu o patamar de 0,754 (ocupa o 17º lugar entre os 28 COREDEs do Rio Grande do Sul). Na análise geral dos indicadores, verifica-se que no Bloco Educação o COREDE apresenta um indicador superior (0,723) ao da média estadual de 0,710. O indicador com média mais alta na região é o relativo à Saúde (0,811), sendo que, o indicador estadual é de 0,819. O Bloco Renda é o que apresenta o pior desempenho, com indicador de 0,691, contudo, a média estadual é de 0,732. No indicador de Renda, observa-se também maior desigualdade entre os municípios da região, sendo que o menor indicador é de 0,469 (Dezesseis de Novembro) e o maior com média 0,837 (Roque Gonzales).

Com relação às características demográficas e indicadores sociais, o COREDE Missões possuía em 2010, uma população de 248.016 habitantes, com uma proporção de 71% de moradores em áreas urbanas e 29% em áreas rurais. O principal centro urbano do COREDE era Santo Ângelo, com uma população de 76.275 habitantes. Em segundo plano, apresentava-se São Luiz Gonzaga, com 34.556 habitantes. As cidades de Giruá, Cerro Largo, Santo Antônio das Missões e Porto Xavier detinham populações entre 10 e 20 mil habitantes. Os demais municípios são de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possui um Centro Sub-Regional (Santo Ângelo), dois Centros de Zona (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo) e os demais municípios como Centros Locais. Na Figura 1, apresenta-se o mapa da população total e das cidades de acordo com o número de habitantes.

Figura 1 – Mapa da população total e hierarquia urbana no COREDE Missões



Fonte: FEE/IBGE (2015).

De acordo com estudos da Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - SEPLAN (2015), o estado do Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro cuja população obteve o menor crescimento nos últimos anos, sendo que, em algumas regiões, houve diminuição da população. Observou-se um esvaziamento populacional nas áreas que ocupam as regiões fronteira Norte, Noroeste e parte do Sul. Ocorre também uma concentração populacional no Leste do Estado. O COREDE Missões, situado em uma dessas regiões com redução no número de habitantes, principalmente nas áreas rurais, é a região com a maior taxa de perda populacional do estado (-0,57 ao ano).

Nesse contexto, a pesquisa realizada nesta região é relevante devido a importância da avaliação das políticas públicas, e se estas cumprem seu papel contribuindo para amenizar as dificuldades dos cidadãos que ali vivem, e promovendo o desenvolvimento regional. Além disso, ao investigar o público desta localização específica, identifica-se uma lacuna na literatura, pois os principais estudos que envolviam a temática dos beneficiários do Pronaf foram desenvolvidos em apenas uma cidade. Em alguns casos, abordavam-se outros assuntos não relacionados aos impactos da política pública na percepção dos beneficiários.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para identificar a população a ser investigada, entre os agricultores da região de abrangência do COREDE Missões, utilizaram-se os dados disponíveis na base de dados do Banco Central do Brasil - BCB (com o número de beneficiários em 2017). Os dados apontam que há 13.560 beneficiários do Pronaf na região, divididos entre contratos com a finalidade de Custeio e Investimento (Tabela 2).

Tabela 2 – População – Beneficiários Pronaf 2017 – COREDE Missões

Município	Finalidade				Total	
	Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Quantidade	Valor
Bossoroca	207	4.750.387,79	48	1.516.300,09	255	6.266.687,88
Caibaté	300	8.317.659,80	60	2.912.415,73	360	11.230.075,53
Cerro Largo	726	12.020.168,45	92	4.751.859,53	818	16.772.027,98
Dezesseis de Novembro	83	1.825.508,59	31	946.793,63	114	2.772.302,22
Entre-Ijuís	788	18.128.970,04	85	3.767.807,82	873	21.896.777,86
Eugênio de Castro	355	10.160.867,20	29	1.531.304,10	384	11.692.171,30
Garruchos	103	3.540.428,91	25	1.184.560,00	128	4.724.988,91
Giruá	1.258	31.752.719,54	167	7.024.279,88	1.425	38.776.999,42
Guarani das Missões	966	18.009.888,38	119	4.215.829,15	1.085	22.225.717,53
Mato Queimado	345	6.835.652,45	33	1.641.878,93	378	8.477.531,38
Pirapó	160	3.672.776,22	46	1.822.350,28	206	5.495.126,50
Porto Xavier	452	5.332.184,29	137	4.161.440,21	589	9.493.624,50
Rolador	267	6.711.239,30	36	2.279.759,00	303	8.990.998,30
Roque Gonzales	659	11.073.162,98	142	4.468.024,85	801	15.541.187,83
Salvador das Missões	394	7.222.995,27	69	4.270.666,51	463	11.493.661,78
Santo Ângelo	1.120	26.485.064,93	137	6.085.974,16	1.257	32.571.039,09
Santo Antônio das Missões	226	8.294.082,27	60	2.630.122,26	286	10.924.204,53
São Luiz Gonzaga	284	9.015.050,76	39	1.750.468,00	323	10.765.518,76
São Miguel das Missões	314	8.841.238,59	68	2.535.594,80	382	11.376.833,39
São Nicolau	162	4.606.278,35	33	1.372.235,28	195	5.978.513,63
São Paulo das Missões	800	11.560.130,61	174	5.231.985,77	974	16.792.116,38
São Pedro do Butiá	417	7.002.957,03	50	2.816.319,00	467	9.819.276,03
Sete de Setembro	385	7.161.411,01	43	1.851.234,82	428	9.012.645,83
Ubiretama	608	8.303.806,33	69	2.932.268,86	677	11.236.075,19
Vitória das Missões	348	8.810.689,65	41	2.413.444,20	389	11.224.133,85
Total COREDE Missões	11.727	244.684.930,95	1.833	76.114.916,86	13.560	325.550.235,60
Total RS	174.514	3.744.656.006,31	31.972	1.488.543.358,32	206.486	5.233.199.364,63

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil - BCB (2017).

De acordo com os dados da Tabela 2, observa-se que, no ano de 2017, os valores dos contratos de Pronaf Custeio e Investimento da Região COREDE Missões representaram 6,57% do total de contratos e 6,22% do valor contratado via crédito Pronaf no estado do Rio Grande

do Sul. Na região, os três municípios com maior percentual de contratos Pronaf (custeio e investimento) são Giruá (11,91%), Santo Ângelo (10%), e Guarani das Missões (6,83%). Já com menor percentual de contratações, são os municípios de Dezesesseis de Novembro (0,84%), Garruchos (0,94%) e São Nicolau (1,44%). O valor médio dos contratos foi de R\$ 24.008,13.

Na distribuição de contratos de Pronaf, precisa-se levar em consideração as características dos municípios da região no que se refere à distribuição territorial da propriedade da terra. Os municípios localizados no centro-norte e no noroeste da região possuem área territorial média e pequena, com predomínio da agricultura familiar. Os municípios com maiores extensões de terras situam-se no centro-sul, no leste e no sudoeste da região, destacando-se Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, Giruá e Garruchos. Nesses municípios, predomina a agricultura não familiar e, no caso da agricultura familiar, as áreas médias das propriedades são maiores.

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, foi identificada a amostra da população a ser investigada. Considerando-se a amplitude dessa população alvo, busca-se, por meio do processo de amostragem, o qual permite selecionar um número adequado de indivíduos de modo que possam ser feitas generalizações de forma confiável, minimizar o número de entrevistados (MATTAR, 2005). Para este cálculo, utiliza-se o método de Martins (2011) para determinar a amostra, sendo a estimativa apresentada na Equação 1:

$$n = \frac{(Z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N)}{e^2(N - 1) + Z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

Em que:

n = tamanho da amostra;

z_g = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança g;

p = estimativa da proporção p;

q = 1-p;

N = tamanho da população;

e = erro amostral (máxima diferença permitida entre p e p).

Para calcular o processo de amostragem, considerou-se um erro amostral de 6%, com 95% de confiança e uma população finita de 13.560 pessoas que representam o total de beneficiários da região escolhida para o estudo. Sendo assim, a amostra final a ser investigada é de 263 indivíduos beneficiados com o Pronaf, distribuídos proporcionalmente entre as 25

idades. A Tabela 3 apresenta a distribuição dos beneficiários e da amostra a ser coletada por município.

Tabela 3 – Beneficiários Pronaf 2017 – COREDE Missões e Amostra para Pesquisa

Município	Contratos PRONAF 2017	Amostra Pesquisa	Resultado Coleta
Bossoroca	255	5	7
Caibaté	360	7	5
Cerro Largo	818	16	17
Dezesseis de Novembro	114	2	2
Entre-Ijuís	873	17	26
Eugênio de Castro	384	7	8
Garruchos	128	2	2
Giruá	1.425	28	21
Guarani das Missões	1.085	21	7
Mato Queimado	378	7	8
Pirapó	206	4	6
Porto Xavier	589	12	16
Rolador	303	6	4
Roque Gonzales	801	16	19
Salvador das Missões	463	9	10
Santo Ângelo	1.257	24	25
Santo Antônio das Missões	286	6	8
São Luiz Gonzaga	323	6	8
São Miguel das Missões	382	7	10
São Nicolau	195	4	4
São Paulo das Missões	974	19	17
São Pedro do Butiá	467	9	12
Sete de Setembro	428	8	11
Ubiretama	677	13	3
Vitória das Missões	389	8	7
Total COREDE Missões	13.560	263	263

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil - BCB (2017).

O processo para a coleta de dados iniciou-se no mês de junho de 2019, com o contato junto aos órgãos de Assistência Técnica, Sindicatos, Secretarias Municipais e demais órgãos ou entidades intermediárias da aplicação dos questionários, ou capazes de fornecer informações sobre a forma de acesso aos agricultores em cada município. Devido à distância entre os 25

municípios da região, e a dificuldade de acesso aos agricultores beneficiários do Pronaf em alguns municípios, a coleta de dados foi concluída em janeiro de 2020. Ressalta-se que em alguns municípios da região, não se obteve acesso ao número suficiente de agricultores, em conformidade com a amostra prevista. Em outros, houve um retorno superior ao calculado, com o resultado geral para a região sendo adequado.

A aplicação dos questionários ocorreu de diversas formas. Em alguns municípios, foi possível aplicá-los diretamente nos sindicatos ou em eventos coletivos com a presença dos agricultores. Em outros foram, disponibilizadas cópias para que os próprios agricultores pudessem responder, com as orientações repassadas aos responsáveis pelo atendimento a esses agricultores nas entidades sindicais ou de assistência técnica. Porém, na maioria dos municípios, devido ao baixo retorno de questionários respondidos, necessitou-se visitar os agricultores diretamente em suas propriedades. Assim, diante do pouco tempo disponível para as visitas a eles e devido aos recursos humanos e financeiros reduzidos, os quais não permitiam a contratação de pessoas para auxiliar na aplicação dos questionários, para a coleta dos dados contou-se com a ajuda de várias pessoas que trabalham nos sindicatos, nos órgãos de assistência técnica e de prestação de serviços sociais dos municípios da região.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi registrado no Portal de Projetos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após este procedimento, o projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual tem por principal preocupação a proteção dos direitos dos sujeitos submetidos à pesquisa. A submissão ao SISNEP ocorreu via o site Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Após a submissão, o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM. Somente após o cumprimento de todos os trâmites e aprovação do projeto foi dado início ao processo de levantamento dos dados.

Cumprindo as exigências impostas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), entregou-se juntamente com o questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1). Somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordaram de forma livre e esclarecida responder à pesquisa. Conforme a resolução, o Termo de Consentimento garante, entre outras coisas, o esclarecimento antes e durante o curso da pesquisa, sobre: a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; a indenização diante

de eventuais danos decorrentes da pesquisa e o sigilo quanto aos dados divulgados a fim de manter a privacidade do respondente.

A privacidade dos respondentes, e a garantia de utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto, foi assegurada mediante o Termo de Confidencialidade, Privacidade e Segurança dos Dados (Apêndice B), o qual foi assinado pela coordenadora da pesquisa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número (CAAE 10663219.7.0000.5346).

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA

A finalidade principal da pesquisa foi a aplicação de um estudo para analisar a percepção dos beneficiários do Pronaf, residentes na região de abrangência do COREDE Missões, sobre o gerenciamento dos recursos do programa e seu impacto no sistema produtivo, no bem-estar financeiro e na qualidade de vida dos agricultores familiares. A coleta de dados pode ocorrer através de técnicas de interrogação, como os questionários, a entrevista e o formulário (GIL, 2010). Neste estudo utilizou-se um questionário, definido como uma técnica de pesquisa composta por um número mais ou menos expressivo de questões, apresentadas por escrito às pessoas. O questionário visa obter o conhecimento de opiniões, percepções, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas (GIL, 2010).

Além disso, o procedimento de coleta de dados foi desenvolvido por meio de uma pesquisa quantitativa, com a utilização da técnica *survey*. Essa, segundo Lakatos e Marconi (2010), busca a informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas. Tem-se no Quadro 6, a apresentação do resumo das questões abordadas na pesquisa, contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados. O questionário completo está apresentado no Apêndice C.

Quadro 6 – Resumo do instrumento de Coleta de Dados

Tema	Questões	Referências
Características do Programa; Tipo de financiamento; Satisfação e percepção de mudanças a partir do acesso ao programa	Da questão 01 à 06 Da questão 12 à 18	Adaptado de MDA (2017), Oliveira (2015).
Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras	Da questão 07 à 11 Da questão 29 à 37	Oliveira (2015); Fraga (2017), Adaptado de OECD (2018).
Bem-estar financeiro	Da questão 19 à 28	Adaptado de OECD (2018).
Qualidade de vida	Da questão 38 à 64 Da questão 65 à 75	WHOQOL- <i>Bref</i> (1997); Gouveia (2010).
Perfil	14 questões	Elaborado pela autora, adaptado de Oliveira (2015).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para melhor compreensão de cada um dos subitens apresentados no Quadro 6, relativos aos elementos que compõem o questionário, a forma de interpretação adotada e o objetivo de sua utilização, foram elaborados os seguintes tópicos.

3.5.1 Características do Programa, Tipos de Financiamento, Alocação dos Recursos, Gestão Financeira, Ferramentas de gestão e Impactos Produtivos

O primeiro bloco do questionário estruturou-se com 27 variáveis de múltipla escolha, nas quais os entrevistados foram convidados a externalizar suas percepções em relação ao Pronaf, suas experiências e comportamento em relação às Características do Programa, aos Tipos de Financiamento utilizados, à Alocação dos Recursos, à Gestão Financeira, às Ferramentas de gestão e aos Impactos Produtivos percebidos.

As perguntas de 1 a 6 são referentes à percepção dos beneficiários sobre o programa (tipos de financiamento utilizados, ano e tempo de acesso ao programa, e principais melhorias implementadas a partir da utilização do crédito). As questões de 7 a 11 referem-se às práticas de produção e gestão implementadas, principais atividades ou culturas que originam a renda da propriedade, as formas de comercialização da produção, se os pesquisados fazem parte ou não de associação ou cooperativas, e a orientação técnica recebida por estes. As questões 12 e

13 buscaram verificar a percepção dos impactos produtivos na propriedade, ou seja, se os agricultores conseguem identificar aumento na produtividade devido à utilização do programa.

Já as questões de 14 a 18 visam identificar o gerenciamento dos recursos do Pronaf, acesso às informações adequadas sobre seu funcionamento e a percepção do beneficiário sobre o alcance dos objetivos do programa, no sentido de promover a permanência do jovem no campo, com a promoção de bem-estar das famílias atendidas. Os questionamentos de 29 a 37 objetivam identificar a relação dos beneficiários do Pronaf com os recursos financeiros, com a análise da forma de gerenciamento de seus gastos e investimentos. Por meio destas questões pode-se verificar a gestão dos recursos do beneficiário e seus familiares, controle e a forma de controle dos gastos, se possuem dívida, cartão de crédito, carnês de lojas, quem decide como vão ser feitos os gastos da família, qual a atual situação financeira, se controlam os gastos mensalmente, se se sentem financeiramente satisfeitos, se conseguem economizar, e se sim, qual a forma de investimento, se já tiveram ou possuem o nome vinculado à algum cadastro negativo de dívida.

Os questionamentos procuram identificar o nível de responsabilidade do respondente sobre as decisões relativas à destinação do dinheiro, à gestão do orçamento familiar e ao controle dos gastos regulares. Além disso, buscam verificar a abordagem adotada em casos de surgimento de despesas inesperadas, o comportamento financeiro diante da necessidade de realização de empréstimos ou procurar alternativas de crédito. As questões foram estruturadas a partir da adaptação de modelos já aplicados por Oliveira (2015) e OCDE (2018).

3.5.2 Bem-estar Financeiro

O segundo bloco refere-se ao fator bem-estar financeiro, estabelecido com dez questões (da questão 19 a 28) apresentadas no instrumento desenvolvido pela OECD (2018). O questionário incluiu questões de bem-estar financeiro incorporadas da breve pesquisa sobre bem-estar financeiro desenvolvida pelo Consumer Financial Protection Bureau nos EUA, e perguntas que refletem aspectos identificados por meio do trabalho da OCDE sobre bem-estar financeiro.

As perguntas utilizadas no instrumento de pesquisa abordam desde o planejamento e o gerenciamento de finanças até a escolha e o uso de recursos financeiros, dos produtos, do conhecimento financeiro, além de uma série de atitudes e comportamentos que demonstram o nível de alfabetização financeira e impactam no bem-estar financeiro.

As pontuações de bem-estar financeiro são criadas a partir das declarações nas questões

apresentadas. A pontuação é calculada observando os aspectos relacionados à satisfação financeira (questões 19, 20 e 21), às atitudes relativas ao cumprimento de metas, às compras (questões 22 a 25), ao pagamento de contas e ao controle financeiro (questões 26, 27 e 28).

As questões visam identificar o sentimento dos indivíduos em relação à dívida, satisfação com a situação financeira, à preocupação com o cumprimento dos compromissos, e às perspectivas futuras. Para análise descritiva do fator, utilizou-se uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, onde as três primeiras questões possuem alternativas de resposta partindo de: discordo totalmente (1), discordo (2), indiferente (3), Concordo (4), concordo totalmente (5). As questões de 22 a 25 possuem alternativas de resposta que partem de: completamente (1), muito bem (2), um pouco (3), muito pouco (4) a de modo nenhum (5). As três últimas possuem as alternativas: sempre (1), frequentemente (2), às vezes (3) raramente (4) nunca (5).

Como interpretação das respostas, tem-se que, quanto maior for a concordância com as alternativas, maior o bem-estar financeiro. No entanto, ressalta-se que as questões 20 “Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim”, 21 “Neste momento, eu possuo muitas dívidas” e 28 “Eu tenho dinheiro sobrando no fim do mês” são invertidas. Para padronizar as questões, na análise dos resultados estas três questões foram invertidas para o mesmo sentido das demais.

3.5.3 Qualidade de vida

No terceiro bloco de questões, introduz-se a Escala de qualidade de vida proposta pela WHOQOL-*Bref*, e aplicada previamente no contexto do Pronaf por Gouveia (2010), constituída de 26 perguntas (Apêndice C - da questão 39 a 64). Nesta escala, duas perguntas (39 e 40) abordam a qualidade de vida geral e a satisfação com a própria saúde. As demais perguntas compõem os quatro domínios da escala: físico (7 questões), psicológico (6 questões), relações sociais (3 questões) e meio ambiente (8 questões). Foram utilizadas questões de múltiplas escolhas e escalas tipo *Likert* de cinco pontos. As questões (41, 42, 64) “Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa”, “O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária” e “Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau-humor, desespero, ansiedade, depressão” são invertidas. Na análise dos resultados, as três questões foram invertidas para o mesmo sentido das demais, para padronização das questões.

Dessa forma, quanto maior a concordância, maior será o nível de Qualidade de Vida. Além disso, procurou-se avaliar a percepção dos beneficiários sobre outros aspectos

relacionados à qualidade de vida das pessoas (questões 65 a 75), de forma a identificar se os entrevistados estão satisfeitos com esses fatores, como o acesso a itens e serviços básicos (alimentação, saúde, saneamento básico, tecnologias, transporte).

3.5.4 Perfil dos respondentes

No final foram apresentadas as questões referentes ao perfil dos respondentes, o que permite caracterizar as famílias participantes, possibilitando o conhecer melhor os beneficiários do Pronaf da região COREDE Missões. Nesse bloco foram analisadas as variáveis referentes a gênero, idade, estado civil, ocupação, grupo familiar, número de dependentes, nível de escolaridade, renda familiar, número de pessoas que residem na casa, distância da propriedade até a sede do município, forma de aquisição e de trabalho na propriedade.

3.6 FORMA DE COLETA DOS DADOS

Após a definição das escalas e do formato do instrumento de coleta de dados, realizou-se o processo de validação dos questionários para posterior aplicação junto aos beneficiários do Pronaf. Inicialmente, o instrumento de pesquisa passou por duas etapas antes de sua aplicação: a avaliação de especialistas e o pré-teste. A avaliação por especialistas foi realizada por 3 (três) profissionais conhecedores da área de pesquisa. Para ajustar o questionário foram realizados pré-testes com uma pequena amostra de beneficiários do Pronaf. A realização deste processo visa verificar se a semântica e os questionamentos estão coerentes com o contexto social dos participantes da pesquisa, e se as perguntas estão realmente questionando o que se quer investigar. Essa etapa foi realizada no mês de abril de 2019, objetivando identificar possíveis irregularidades no questionário para os devidos ajustes antes da aplicação.

Com os resultados do pré-teste foram realizados alguns ajustes necessários, para posteriormente iniciar a coleta efetiva dos dados. Após a pesquisa na base de dados do MDA, obteve-se a relação de agricultores familiares com DAP ativa por município. A partir desses dados, foi feito o contato com os órgãos de assistência aos agricultores (EMATER, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas), com o objetivo de contatar os beneficiários de contratos ativos de Pronaf. Com a obtenção de informações sobre as formas de contatar os agricultores, iniciou-se o trabalho de aplicação dos questionários. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de junho de 2019 e janeiro de 2020, nos municípios predefinidos na amostra de pesquisa.

3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados foi realizada em duas fases: a estatística descritiva e a análise de *cluster*. O processamento dos dados foi realizado no software SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 21.0) *for Windows*. Inicialmente, com o objetivo de descrever o perfil dos participantes, utilizou-se a estatística descritiva das variáveis relativas ao perfil do entrevistado e das características do Pronaf, que resume e descreve os dados amostrais dos respondentes (FREUND, 2006). Para evidenciar as características principais do grupo pesquisado, foi utilizado o cálculo da frequência. Posteriormente, o cálculo das médias e do desvio-padrão, os quais visam compreender o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos construtos investigados: avaliação do Pronaf, situação financeira dos beneficiários, alocação dos recursos, gestão financeira, ferramentas de gestão, bem-estar financeiro e qualidade de vida. Na sequência, foram obtidas as estatísticas descritivas das escalas de bem-estar financeiro e qualidade de vida.

Para o cômputo dos domínios da escala de qualidade de vida, seguiu-se a metodologia proposta por Harper e Power (2013), conforme detalhado no Apêndice D. Em seguida, com o objetivo de classificar os beneficiários em grupos, visando identificar possíveis diferenças de percepção, aplicou-se a análise de variância (ANOVA).

A ANOVA, como pós-teste (*post hoc*), foi utilizada para avaliar diferenças em mais de dois grupos. Previamente à aplicação da ANOVA, foi analisada a homogeneidade da variância, utilizando o teste de *Levene*. Assim, para realizar o teste, foi feita a verificação da hipótese nula de que as diferenças entre as variâncias é zero ($sig > 0,05$), e a hipótese alternativa de que as variâncias são diferentes ($sig < 0,05$), descumprindo assim a suposição de homocedasticidade (FIELD, 2009).

Com o propósito de agregar os entrevistados com base nas suas características, utilizou-se a análise de *cluster* (HAIR et al., 2010). De acordo com Malhotra (2011), os conglomerados obtidos devem apresentar tanto uma homogeneidade interna (dentro de cada conglomerado), assim como heterogeneidade externa (entre os conglomerados), se diferenciando dos demais. Como método de aglomeração, foi utilizado o *Ward*, também denominado método da variância. O método de *Ward* foi selecionado por ser um dos mais consistentes para escalas intervalares (Hair et al., 2010). Ressalta-se que para este estudo foram utilizados três *clusters*, pois se percebeu que os agrupamentos identificados com esta composição eram mais adequados para explicar o comportamento dos pesquisados.

Depois de descobrir o *cluster* ao qual cada indivíduo pertence, foram calculadas as

estatísticas descritivas dentro de cada *cluster*, visando conhecer o nível de qualidade de vida e bem-estar financeiro pertencente a cada grupo. Com o objetivo de verificar se há diferença significativa entre os grupos, aplicou-se a análise de variância. Além disso, para aprofundar a caracterização dos *clusters*, avaliou-se a associação entre os *clusters* e diversas variáveis relativas ao perfil dos entrevistados, à gestão, às práticas e experiências financeiras, as características produtivas das propriedades investigadas (Tabela 11), e ao programa contratado (Tabela 7).

Nesta etapa, algumas variáveis relativas à gestão, decisões, práticas e experiências financeiras foram reclassificadas visando permitir a estimação adequada do teste de associação: Possuir Cartão de Crédito (não possui cartão de crédito (0), possui cartão de crédito (1)), Gastos (gasta menos ou igual ao que ganha (0), gasta mais que ganha (1)), Satisfação Financeira (Insatisfeito, Indiferente e Satisfeito), Distância da propriedade (até 5km, entre 5 e 10Km, entre 10 e 20km, acima de 20km), Renda Mensal Familiar (até R\$ 2000,00, de R\$ 2000,01 a R\$ 4000,00, acima de R\$ 4000,00) e nível educacional (até Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Superior).

Quadro 7 – Resumo das técnicas de análise de dados e finalidade de aplicação.

Análise de Dados	Técnica de Análise	Finalidade
Estatística Descritiva	Frequência	Analisar as características e compreender o perfil dos respondentes.
	Média Mediana Desvio Padrão	Compreender a percepção dos beneficiários do Pronaf em relação aos construtos pesquisados.
	ANOVA com <i>Post Hoc</i>	Avaliar possíveis diferenças de percepção entre os beneficiários.
Análise Multivariada	Análise de <i>Cluster</i>	Agregar objetos com base nas características que eles possuem, por meio do método de <i>Ward</i> (utilizado para reunir os grupos); com o uso de tabelas cruzadas para caracterizar cada um dos <i>cluster</i> formados.
	Qui-Quadrado de <i>Pearson</i> V de <i>Cramer</i>	Medida de associação; Medir o grau de associação entre as variáveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como medida de associação, utilizou-se o *Qui-Quadrado de Pearson*. A hipótese nula do teste é de que as variáveis são independentes e a hipótese alternativa é de que existe relação entre as variáveis. Se as diferenças entre os valores observados não são estatisticamente diferentes ($sig > 0,05$), as variáveis são independentes, caso contrário, rejeita-se a hipótese nula de independência. Contudo, o teste do *Qui-Quadrado* apenas informa sobre a independência entre as variáveis, mas nada diz sobre o grau de associação existente (PESTANA; GAGEIRO, 2014). Portanto, a fim de medir o grau de associação entre as variáveis foi calculado o *V* de

Cramer, o qual varia entre zero e um, isto é, desde ausência da relação até a relação perfeita entre as variáveis (PESTANA; GAGEIRO, 2014). O Quadro 7 apresenta uma síntese das técnicas e métodos de análise dos dados que foram utilizadas nesse estudo e da finalidade de aplicação de cada uma delas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da coleta de dados realizada junto aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos 25 municípios que fazem parte da região do COREDE Missões/RS. O capítulo é subdividido em cinco seções, com a apresentação do perfil dos respondentes na primeira parte. A segunda seção contempla as características e a percepção dos beneficiários Pronaf em relação aos Impactos no Sistema Produtivo. Na terceira, ocorre a análise do gerenciamento financeiro, das práticas e experiências, e da alocação dos recursos dos beneficiários do programa. Na quarta etapa, é feita a estatística descritiva das variáveis relativas à percepção dos fatores de bem-estar financeiro, sendo a qualidade de vida dos respondentes analisada na quinta parte. Na última seção, foram formados *clusters* e analisadas as associações.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Inicialmente buscou-se identificar as características dos beneficiários do Pronaf no COREDE Missões/RS, com a análise das variáveis de perfil. Com relação ao número de respondentes, foram investigados ao total 263 beneficiários do programa, distribuídos entre os 25 municípios da região. Para participar da pesquisa, o agricultor precisava possuir contrato ativo de Pronaf, podendo o respondente ser o titular ou o segundo titular da DAP (registrada na base de dados da Subsecretaria de Agricultura Familiar - SEAD constitui instrumento hábil de identificação dos agricultores familiares e suas organizações).

A DAP apresenta entre suas características (SEAD, 2018):

I - Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA):

- a) unicidade - a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) deve ter apenas uma única DAP principal ativa;
- b) dupla titularidade - a partir da união estável ou casamento civil, a DAP deve obrigatoriamente identificar cada um dos responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), sem hierarquização nessa titularidade;
- c) validade - 1 (um) ano, a contar da data de emissão;
- d) origem - vinculada ao município do estabelecimento da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA);
- e) identificação com a produção agrária, podendo a atividade agrária ser desenvolvida em ambiente rural ou urbano.

Com base na observação desses itens, para melhor conhecer as características dos participantes, foram elaboradas tabelas com variáveis relativas ao perfil desses agricultores familiares. Na Tabela 4, apresenta-se o perfil relativo às características de gênero, idade, estado civil, ocupação, escolaridade e renda média bruta familiar dos respondentes.

Tabela 4 – Perfil segundo as variáveis: gênero, idade, estado civil, ocupação, escolaridade e renda

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	211	80,2
	Feminino	52	19,8
Idade	Até 30 anos	23	9,4
	De 31 a 40 anos	30	12,3
	De 41 a 50 anos	50	20,5
	De 51 a 60 anos	85	34,8
	Mais de 60 anos	56	23
	Não responderam	19	7,2
Estado civil	Solteiro(a)	28	10,6
	Casado(a)	195	74,1
	Separado(a)/Divorciado(a)	6	2,3
	Viúvo(a)	8	3
	União Estável	24	9,1
	Outros	1	0,4
	Não responderam	1	0,4
Qual a sua ocupação principal? Possui algum outro vínculo? *	Agricultor (a)	261	99,2
	Aposentado (a)	66	25,1
	Autônomo (sem vínculo empregatício)	6	2,3
	Vínculo empregatício	5	1,9
	Servidor público	5	1,9
	Outros	8	3
Nível de Escolaridade	Ens. Fund. – de 1º a 4º série	71	27
	Ens. Fund. – de 5º a 9º série	103	39,2
	Ensino Médio (2º grau)	74	28,1
	Ensino Superior	14	5,3
Qual a renda bruta mensal média da família	Não possui renda	3	1,1
	Até R\$ 1.000,00	21	8
	De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	57	21,7
	De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	53	20,2
	De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	37	14,1
	Acima de R\$ 4.000,00	73	27,8
	Não responderam	19	7,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

* Percentual ultrapassa 100%, pois os entrevistados podem marcar mais de uma alternativa.

Com a finalidade de melhor descrever todos os fatores, a idade foi subdividida em cinco intervalos, ocorrendo maior concentração de respondentes nas faixas etárias acima de 50 anos. Do total, 7,2% dos respondentes não informaram a idade, do percentual válido, 9,4% possuem até 30 anos, 12,3% têm entre 31 a 40 anos, 20,5% estão no intervalo entre 41 a 50 anos, 34,8% possuem idades entre 51 e 60 anos, e 23% têm mais de 60 anos. Com relação ao gênero, dentre os respondentes 19,8% são do sexo feminino e 80,2% são do sexo masculino.

Essas características da região se assemelham aos dados nacionais do Censo Agropecuário de 2017, que teve os dados divulgados em 2019. De acordo com os resultados no Brasil, as mulheres e os idosos aumentaram a participação entre os produtores rurais. Segundo o Censo, 81,3% dos produtores são do sexo masculino e 18,7% do sexo feminino, o que representa um aumento na participação das mulheres, visto que, no Censo Agropecuário de 2006, elas representavam 12,7% do total de produtores. Com relação à idade, no país houve redução na participação dos grupos de menores de 25 anos (de 3,3% para 2%), de 25 a 35 anos (de 13,6% para 9,3%) e de 35 a 45 anos (de 21,9% para 17,9%). Já nos grupos com pessoas mais velhas, a participação aumentou no Brasil, de 45 a 55 anos (de 23,3% para 24,2%), de 55 a 65 anos (de 20,4% para 23,5%) e de 65 anos ou mais, esse percentual foi de 17,5% para 23,2% (IBGE, 2019).

As mulheres desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar. Além da participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, têm uma importante função social na família e nas comunidades em que estão inseridas. Com a evolução da agricultura familiar, para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola, a figura feminina ocupa um espaço efetivo na geração de renda, exercendo atividades paralelas aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados. A mulher ocupa uma posição de destaque porque é a responsável por grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar (MARION; BONA, 2016; RÖHNELT; SALAMONI, 2010).

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes da pesquisa, constatou-se que 66,2% dos respondentes estudaram até a 9ª série (ensino fundamental), 28,1% até o ensino médio e 5,3% até o ensino superior, apenas 0,4% (1 pessoa) se declarou não alfabetizada. Ao comparar os resultados da região com os dados do país, percebe-se que aqueles diferem dos dados nacionais divulgados pelo Censo 2017, pois cerca de 15,5% dos produtores brasileiros disseram nunca ter frequentado escola e 73% frequentaram o ensino fundamental. Além disso, 23,03% dos produtores declararam não saber ler e escrever, e, em 2006, essa taxa de analfabetismo entre agricultores brasileiros era de 24,5% (IBGE, 2019).

O nível educacional dos agricultores na região pode ser explicado pela faixa etária de grande parte dos respondentes. Em décadas anteriores, o acesso às escolas era dificultado pela localização geográfica dos municípios e por fatores culturais e econômicos da época. A educação era vista como um fator secundário, devido à necessidade de mão de obra para as atividades diárias na agricultura.

Ao abordar a educação no campo, Celeste Filho (2019) ressalta que o tema passou a ser mais debatido entre os organismos internacionais e nacionais entre as décadas de 1930 e 1970, na tentativa de equacionar questões ligadas à educação rural em países não industrializados. Havia uma preocupação com o êxodo rural, e, por conta disso, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade, mesmo que a estrutura de cultivo das terras e a agricultura não mecanizada ainda não fossem fatores que favoreciam o êxodo rural. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade desenvolver a agricultura de forma moderna e produtiva, alavancando a solução dos problemas do subdesenvolvimento dos países não industrializados.

No Brasil, o tema passa a ter maior destaque a partir das décadas de 1960 e 1970, porém, a educação rural não era prioritária na visão dos formuladores de políticas educacionais. Entendia-se que o problema das políticas públicas para a educação das populações rurais era apenas a localização geográfica das escolas e a baixa densidade demográfica nas regiões rurais. A necessidade de se percorrer grandes distâncias até as escolas, com o atendimento de um número reduzido de alunos, promovia um gasto elevado para a manutenção do ensino rural. Não havendo muitos recursos disponibilizados para as áreas da educação nos estados e municípios, a solução consensual apontada foi o auxílio federal às administrações municipais para a educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 atribuía aos poderes públicos o compromisso de instituir e amparar os serviços e entidades, para manter na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. A educação dos residentes na área rural passou a depender da forma de gestão dessa área por cada município ou região.

Atualmente, a maioria dos municípios da região analisada conta com escolas de qualidade e com programas voltados ao transporte dos alunos residentes em comunidades do interior. Esses indicadores podem ser percebidos com a análise dos índices do IDESE, em que a média relativa ao bloco Educação dos municípios do COREDE Missões apresenta percentual acima da média estadual (conforme a Tabela 1).

Ainda é importante ressaltar a valorização da criação de programas ou de ações voltadas à ampliação do nível educacional das pessoas, com cursos em diversas áreas de conhecimento.

O aumento do nível de escolaridade propicia maior compreensão dos fatos, contribuindo para melhorar a autoestima dessa parcela da população e, com isso, ampliar a qualidade de vida nas comunidades. Esses fatores podem contribuir para a permanência dos jovens no interior. Como destacado por Breitenbach e Corazza (2017), o trabalho no campo exige pessoas capacitadas para melhor gerenciar os empreendimentos rurais. Os pais incentivam os filhos a estudar, mas optam por não interferir em sua decisão com relação à permanência no campo e à sucessão rural. A construção do processo de sucessão ocorre gradualmente e se deve à participação e à influência dos pais, ao vínculo e à identificação dos filhos com o trabalho e a propriedade como um todo. Essa perspectiva de sucessão nas propriedades, com a profissionalização dos produtores rurais, colabora para o desenvolvimento econômico e social.

Ao analisar a ocupação dos participantes da pesquisa, 99,2% dos respondentes declaram a agricultura como atividade principal, sendo que 25,1% são também aposentados. Alguns possuem atividades secundárias, como autônomos (2,3%), com vínculo empregatício ou servidores públicos (1,9% em cada segmento), e outras atividades com 3%. Nas situações relacionadas como outros vínculos de trabalho, cita-se os casos de contratos de investimento ativos, contratados em períodos anteriores, sendo que, posteriormente à contratação do Pronaf, os titulares passaram a exercer outras atividades como nova fonte de renda. Esses agricultores não estarão aptos à realização de novos contratos Pronaf. Em outros casos, ocorre o vínculo temporário do agricultor em contratos para a prestação de serviços eventuais.

De acordo com os respondentes, a renda mensal média bruta que auferem em suas atividades é de: até R\$ 1000,00 (8%); de R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00 (21,7%); de R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 (20,2%), de R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 (14,1%), e acima de R\$ 4.000,00 (27,8%). Do total, três pessoas informaram que não possuem renda (1,1%), e 19 pessoas não responderam a essa pergunta (7,2%).

No item relativo à renda, muitos incluíram o valor das aposentadorias recebidas pela parcela de agricultores já aposentados. Com a reestruturação, a partir da Constituição de 1988, o sistema público de previdência social beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias rurais com quase nove milhões de benefícios. Para ter o direito a receber um salário mínimo, os agricultores precisam comprovar idade mínima e tempo na atividade agrícola. Para Guedez e Gazella (2018), como complemento da renda dos agricultores, com a diminuição da produção no trabalho após a aposentadoria rural, o agricultor vê a necessidade de arrendamento de suas terras para evitar sua improdutividade.

Além disso, por se tratar de renda bruta, é necessário excluir os custos de produção, que, no caso da agricultura, são bastante elevados dependendo do tipo de atividade. Como destacado

por Fonseca (2018), ao conseguir fazer um correto controle de custos, o processo da tomada de decisão se torna mais fácil, rápido e eficiente para o agricultor familiar. Entre as ferramentas para obter um controle adequado dos custos, é importante fazer relatórios da situação e da movimentação financeira mensal do fluxo de caixa. Esses controles contribuem para evitar ou diminuir perdas econômicas, promovendo resultados positivos do empreendimento e permitindo a melhoria da renda da família. Na sequência, são apresentadas na Tabela 5 as características relativas ao número de dependentes, aos componentes do grupo familiar, à quantidade de moradores da propriedade e aos motivos que levaram a saída de familiares.

Tabela 5 – Perfil: Características do Grupo Familiar

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Possui Dependentes (filhos, enteados, menores, pais, outros)	Não	133	50,6
	Sim	130	49,4
Quantidade de Dependentes	1 dependente	59	46,1
	2 dependentes	58	45,3
	3 dependentes	9	7
	4 dependentes	2	1,6
Quantas pessoas compõem o grupo familiar	1 pessoa	3	1,1
	2 pessoas	52	19,8
	3 pessoas	72	27,4
	4 pessoas	85	32,3
	5 ou mais pessoas	51	19,4
	Outros	45	17,1
Outros Motivos (para não morar na propriedade)	Não responderam	1	0,4
	Casamento	4	1,5
	Estudar e trabalhar	30	11,4
	Falta de terra	1	0,4
	Política de Renda e Preços agrícolas.	8	3
Número de pessoas que moram na propriedade	Pouca renda	2	0,8
	Até 3 pessoas	156	59,3
	De 4 até 5 pessoas	87	33,1
	De 6 até 10 pessoas	18	6,8
Motivo da saída	Mais de 10 pessoas	1	0,4
	Todos moram na propriedade	74	28,1
	Estudar	46	17,5
	Trabalhar	92	35
	Conforto	5	1,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

* Percentual ultrapassa 100%, pois os entrevistados podem marcar mais de uma alternativa.

Com relação aos dependentes, verifica-se uma paridade entre os pesquisados, pois 50,6% não possuem dependentes e 49,4% possuem. Nessa variável, precisa-se considerar a idade dos respondentes, pois, no percentual dos que não possuem dependentes, estão incluídos os casos dos filhos maiores de idade, que já não dependem financeiramente dos pais. Além disso, o número de dependentes evidencia a diminuição do tamanho das famílias, já que, dos participantes que possuem dependentes, 46,1% têm um filho, 45,3% têm dois filhos e 8,6% possuem três ou mais dependentes.

Nesta análise, é importante destacar também o número de moradores nas propriedades rurais da região. A pesquisa aponta que, em 59,3% das casas, o número de moradores é de até três pessoas, em 33,1% há de quatro a cinco residentes, e em 7,2% das propriedades rurais moram seis ou mais indivíduos. No primeiro percentual, quando residem até três pessoas, de acordo com os relatos dos moradores, em muitos casos é apenas o casal que reside na propriedade. Os filhos saem de casa, geralmente para estudar ou trabalhar, e não voltam a morar no interior. Na maioria dos casos, não haverá a sucessão familiar na atividade rural.

Entre os principais motivos para essa saída dos jovens do interior, cita-se as políticas agrícolas vigentes no país, sem garantias de preços que viabilizem renda ou remuneração compatível com os investimentos necessários na agricultura atual. Outro fator que interfere nesse resultado é o tamanho das áreas rurais, sendo grande parte formada por pequenas propriedades. Os agricultores que possuem uma base sólida, com infraestrutura mínima, conseguem se manter no campo, porém, para quem precisa começar na atividade, adquirir a terra, o maquinário e os equipamentos torna-se cada vez mais inviável.

De acordo com Strate e Conterato (2019), em pesquisa realizada em propriedades de pequeno porte no Vale do Taquari - RS, as políticas públicas de fomento à implantação e ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais são estratégias necessárias para fortalecer a agricultura familiar, na medida em que muitos jovens não permanecem no campo por não visualizarem um crescimento do setor, nem perceberem incentivos para o investimento na infraestrutura das propriedades rurais. Assim, o jovem pode optar por permanecer na propriedade, ao lado da família, gerando renda na terra que a eles pertence. Ainda em relação ao que foi destacado por Strade e Conterato (2019), percebem-se muitos benefícios referentes ao aumento de políticas públicas voltadas aos incentivos produtivos para as áreas agrícolas, pois contribui para diminuir o êxodo das populações rurais para os grandes centros urbanos.

De acordo com os dados do perfil socioeconômico do COREDE Missões, no período entre 2000 e 2010, houve redução dos domicílios permanentes rurais, passando de 26.794 domicílios em 2000, para 23.842 domicílios em 2010, o que representa queda de 11%,

(correspondendo a 3 mil domicílios rurais a menos). Esse dado confirma a tendência de esvaziamento da população rural. Entre os fatores que contribuem para isso, pode-se citar a concentração fundiária, a dificuldade em estabelecer a sucessão familiar rural, o envelhecimento da populacional rural e sua migração para as áreas urbanas, a queda da taxa de natalidade e a indisponibilidade de infraestrutura rural adequada (SEPLAN, 2015a). Para finalizar a descrição das variáveis relativas ao perfil dos participantes, a Tabela 6 apresenta as variáveis que descrevem a distância das propriedades até a sede dos municípios, a quantidade de prestadores de serviços eventuais e a forma e o número de anos desde a aquisição da propriedade rural.

Tabela 6 – Perfil: Características da Propriedade

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Há quantos prestadores de serviços eventuais na propriedade	1 pessoa	52	19,8
	2 pessoas	12	4,6
	3 pessoas	2	0,8
	Mais de 3 pessoas	3	1,1
	Nenhum	192	73
	Não responderam	2	0,8
Forma de aquisição da propriedade	Comprando	183	69,6
	Herança	141	53,6
	Reforma Agrária	11	4,2
	Outra forma	8	3
	Não é proprietário (a)	17	6,5
	Não é proprietário	8	3
Tempo que a propriedade pertence à família	De 1 a 5 anos	9	3,4
	De 6 a 15 anos	39	14,8
	De 16 a 30 anos	46	17,5
	Mais de 30 anos	161	61,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

* Percentual ultrapassa 100% pois os entrevistados podem marcar mais de uma alternativa.

Na variável relativa à distância da propriedade até a sede do município, 29,7% dos respondentes moram a até 5 quilômetros, 30,4% entre 5 e 10 quilômetros e 28,9% entre 10 e 20 quilômetros. Alguns municípios possuem áreas maiores, e para 6,1% dos respondentes essa distância fica entre 20 e 30 quilômetros, já para 4,2% fica a mais de 30 quilômetros. Essa variável é importante para caracterizar os municípios que compõem essa região, pois a maior

parte possui áreas pequenas, sendo que as propriedades rurais são também minifúndios.

De acordo com os dados apresentados no plano estratégico de desenvolvimento da região das Missões (WBATUBA et al., 2017), há alguns municípios na região com extensões de terra maiores, estando estes situados no Centro-sul, Leste e Sudoeste da região missioneira. Com as maiores áreas, podem ser citados os municípios de Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, Giruá e Garruchos. Os demais municípios, localizados no Centro-norte e Noroeste da região, possuem áreas territoriais médias e pequenas. A densidade demográfica média dessa população distribuída nos 25 municípios é de 19,40 habitantes/km², em uma área total de 12.844,10 km².

Percebe-se a presença de médias e grandes propriedades, com predomínio da baixa densidade populacional nos municípios localizados ao Sul e Sudeste da região, como Garruchos com 4,0 hab./km², Bossoroca com 4,3 hab./km², São Miguel das Missões com 6,0 hab./km², Santo Antônio das Missões com 6,6 hab./km², Eugênio de Castro 6,7 hab./km², Rolador 8,6 hab./km² e Pirapó com 9,5 hab./km². Já outros municípios são mais densamente povoados, muito acima da média regional, como Santo Ângelo com 112,2 hab./km², Cerro Largo com 74,8 hab./km², e Porto Xavier com 37,6 hab./km².

Esse contraste na densidade demográfica dos municípios da região pode ser observado ao analisar a concentração da população em poucas cidades, pois Santo Ângelo concentra 30,75% da população da região, São Luiz Gonzaga 13,93%, Giruá 6,88% e Cerro Largo 5,35% do total. A população desses quatro municípios somados representava, em 2010, aproximadamente 57% do total regional. Assim, nos 21 municípios restantes, concentravam-se em torno de 43% da população do COREDE Missões.

Com relação ao número de prestadores de serviços eventuais nas propriedades rurais, 73% dos respondentes informaram que não possuem prestadores de serviços, o trabalho é realizado unicamente pelos integrantes da família. Ainda, 19,8% recebem a ajuda de um prestador de serviços, 4,6% têm dois prestadores de serviços eventuais e 1,1% dos respondentes recebem ajuda de 3 ou mais pessoas. Esses prestadores de serviços eventuais geralmente atuam nos períodos de safra ou plantio, auxiliando com mão de obra ou maquinário.

Na variável referente à forma de aquisição da propriedade rural, 69,6% dos respondentes compraram a área, 53,6% relatam que foi herança, 4,2% por meio da reforma agrária e 3% alegam outras formas de aquisição. Em muitos casos, há mais de uma forma de aquisição, pois herdaram uma parte da área e compraram o restante. Além destes, 6,5% não são proprietários das áreas, nestes casos, ou arrendam a área, ou ainda estão pagando e não têm a propriedade definitiva, ou, além disso, a propriedade pertence à família (pais ou avós).

Ao analisar o tempo que a propriedade pertence à família, para 61,2% dos respondentes, esse tempo é superior a 30 anos, para 17,5% dos respondentes é de 16 a 30 anos e para 14,8% de 6 a 15 anos. Apenas 3,4% informam tempo de 1 a 5 anos, e 3% que não são proprietários. Por meio das análises apresentadas, é possível identificar um perfil específico de indivíduos, que, mesmo morando em municípios com peculiaridades únicas, apresentam características comuns. Dadas essas características, na próxima etapa analisar-se-á a importância do Pronaf para a região, identificando onde os recursos do programa são essenciais para a manutenção e a melhoria na qualidade de vida da população rural.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA

A finalidade do Pronaf é financiar a implantação, a ampliação ou a modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços nos estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando estimular a geração de renda e a melhoria do uso da mão de obra familiar.

Posteriormente, apresenta-se a análise das linhas de créditos mais usadas na região, bem como os impactos percebidos pelos beneficiários. Na Tabela 7, são apresentadas as variáveis relacionadas com as características do programa, linhas de crédito Pronaf utilizadas pelos participantes da pesquisa, além dos períodos de contratação.

Segundo o Banco Central do Brasil, os créditos destinados ao Pronaf podem ter a finalidade de custeio e investimento, com suas subdivisões de acordo com sua destinação de cada linha de crédito.

- O crédito para custeio tem a finalidade cobrir despesas normais dos ciclos produtivos. Classifica-se como agrícola, pecuário, de beneficiamento ou industrialização.
- O crédito para investimento destina-se para aplicação em bens ou serviços em que os resultados ocorrem em vários períodos de produção. O Pronaf investimento permite aplicar em benfeitorias na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de animais, formação de lavouras permanentes, obras de irrigação e drenagem, recuperação de solo e pastagens, eletrificação, possui também um prazo para pagamento maior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Tabela 7 – Características e Linhas de Crédito utilizadas, Períodos de contratação do Pronaf

Variáveis	Alternativas	Frequência	Porcentagem
Linhas de crédito Pronaf que os entrevistados possuem no momento	P. Custeio	70	26,60%
	P. Investimento	49	18,60%
	P. Custeio e P. Investimento (Simultâneo)	144	55%
	P. Agroindústria	3	1,10%
	P. Eco	1	0,40%
Ano de contratação do último crédito Pronaf?	Em 2019	201	76,4
	Em 2018	25	9,5
	Em 2017	7	2,7
	Em 2016 ou anos anteriores	30	11,4
Tempo de utilização do crédito rural Pronaf?	Há um ano.	5	1,9
	Há dois anos	6	2,3
	Há três anos	9	3,4
	Há quatro ou mais anos	243	92,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na análise dos resultados, verifica-se que a maior parte dos respondentes possui mais de uma linha de crédito ativa. No caso, 55% das pessoas contam com Contratos de Investimento e Custeio simultaneamente, enquanto 26,6% têm apenas Custeio e 18,6% têm unicamente o contrato de Investimento ativo. Entre os participantes, há três agricultores que possuem a Linha de crédito Pronaf Agroindústria (1,1%), e um que possui o Pronaf Eco (0,4%). Não houve citação das demais linhas de crédito Pronaf entre os respondentes.

Com relação ao ano de contratação do último crédito Pronaf, a maioria (76,4%) contratou o crédito em 2019, sendo que em 2018 foram 9,5%, no ano de 2017 o percentual foi de 2,7% e, em 2016 ou anos anteriores, foi de 11,4%. Os contratos anteriores a 2019 são referentes a créditos relativos às operações de investimento. Entre os participantes da pesquisa, 92,4% fazem uso do Pronaf há quatro anos ou mais, e 7,6% acessam as linhas de crédito há três anos ou menos.

Esses resultados demonstram que o Programa já está incorporado ao sistema produtivo na região. Um resultado semelhante foi destacado por Silva (2016), indicando que o Programa já está arraigado no cotidiano dos agricultores catarinenses por ele investigados, tendo em vista que aproximadamente 80% da sua amostra utilizaram o crédito de custeio cinco ou mais vezes, sendo que alguns o utilizam anualmente.

Assim, é importante detalhar quais os principais itens, culturas e atividades são

financiados nos municípios da região. A Tabela 8 apresenta as principais formas de utilização do Crédito Pronaf nos últimos 15 anos, com os itens financiados pelo Pronaf Investimento, bem como as culturas e atividades financiadas através das linhas de Custeio.

Tabela 8 – Principais formas de utilização do Crédito Pronaf nos últimos 15 anos

Variáveis	Alternativas	Porcentagem
Formas de utilização do Crédito Pronaf nos últimos 15 anos	Custeio Agrícola	79,8
	Custeio Pecuário	34,6
	Investimento para aquisição de animais.	21,3
	Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares.	47,1
	Investimento para aquisição de veículo	2,3
	PRONAF utilizado de outras formas (não especificadas)	5,7
Variáveis	Culturas	Porcentagem
Custeio Agrícola:	Soja	57,8
	Milho	30,8
	Trigo	19,8
	Aveia	0,8
	Canola	0,8
	Cana de Açúcar	0,4
	Feijão	0,4
	Forageira	0,4
	Hortaliças	0,4
	Não informaram a cultura	33,8
Variáveis	Atividades	Porcentagem
Custeio Pecuário:	Gado de Leite	19,8
	Gado de Corte	4,6
	Pastagens	1,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nos últimos 15 anos, as principais formas de utilização do Crédito Pronaf foram o Custeio Agrícola, usado por 79,8% dos respondentes e o Custeio Pecuário, por 34,6% dos agricultores. Nas linhas de investimento, foram citados os investimentos para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares (47,1%), seguido pelo investimento para aquisição de animais (21,3%), outras formas não especificadas (5,7%), e o investimento para aquisição de veículos, citado por 2,3% dos participantes.

As principais culturas financiadas pelas Linhas de Crédito Custeio são a soja, cultivada por 57,8% dos respondentes, o milho, presente em 30,8% das propriedades e o trigo com participação em 19,8% das lavouras da região. Além destas, na região ocorre o cultivo, com menor participação, de aveia, cana-de-açúcar, canola, feijão, forrageiras e hortaliças.

A produção leiteira é a principal atividade financiada pelo Custeio Pecuário, sendo apontada por 19,8% dos respondentes. Em seguida, a criação de Gado de Corte, com 4,6%, e o cultivo de pastagens com 1,9% são as atividades mais citadas pelos agricultores participantes da pesquisa.

Nesse sentido, ressalta-se a importância das diferentes linhas de crédito viabilizadas pelo programa. Assim, a Tabela 9 retrata as principais melhorias proporcionadas pelas Linhas de Investimento e de Custeio.

Tabela 9 – Percepção das melhorias proporcionadas pelo Crédito Pronaf

Variáveis	Alternativas	Porcentagem
Melhorias com Pronaf Investimento	Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).	37,1
	Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.	46,0
	Tanques de expansão, resfriadores, ordenhadeiras, etc.	21,7
	Animais de alto padrão genético.	23,2
	Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias.	22,4
	Outras melhorias (não especificado).	22,1
Melhorias com Pronaf Custeio	Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.	54,0
	Aquisição de sementes transgênicas.	54,8
	Aquisição de insumos para correção de solo e aumento de produtividade.	69,6
	Aquisição de insumos que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.	6,5
	Outras melhorias.	12,9
	Não propiciou melhorias ou nunca contratei.	2,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Entre as melhorias percebidas com a utilização do Pronaf Investimento, a principal é a aquisição de tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares. Do total de respondentes, 46% já utilizaram o crédito para compra de alguns desses itens. Além disso, 37,1% dos respondentes investiram na compra de implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.). Os demais itens apresentam percentuais semelhantes no que se refere à utilização dos créditos: financiamento para aquisição de tanques de expansão, resfriadores, ordenhadeiras, 21,7%; animais de alto padrão genético, 23,2%. A construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias foi usada por 22,4%. E, outras melhorias

não especificadas são citadas por 22,10% dos respondentes.

Com relação às melhorias percebidas com a utilização do Pronaf Custeio, 69,6% dos respondentes usaram essa linha de crédito na aquisição de insumos para correção de solo e aumento de produtividade. Ademais, a aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação representa 54,0% e a aquisição de sementes transgênicas equivale a 54,8% das contratações dos respondentes. A aquisição de insumos, tais como vacinas, vermífugos e minerais, que permitam a qualidade da saúde dos animais, preservando sua produtividade, corresponde a 6,5% das contratações. Além destas, 12,9% dos agricultores participantes citam outras melhorias, e 2,7% informam que não perceberam melhorias ou nunca contrataram a linha de Pronaf Custeio.

Torna-se importante ressaltar a declaração de muitos beneficiários que informam que não teriam acesso a novas tecnologias, máquinas e equipamentos, se não houvesse a possibilidade de financiamento desses itens. Assim, a Tabela 10 exibe a percepção dos beneficiários em relação aos Impactos do Pronaf no Sistema Produtivo.

Tabela 10 – Percepção dos beneficiários em relação aos Impactos no Sistema Produtivo após acesso ao Pronaf

Variáveis	Alternativas	Frequência	Porcentual
O crédito rural impulsionou a produção na propriedade rural	Não	8	3
	Sim	255	97
Comparado ao período em que vocês não tinham o crédito rural, em quanto você acredita que a produção aumentou a partir da utilização do Pronaf?	Aumentou de 10 a 25%	29	12,1
	Aumentou de 30 a 45%	67	27,9
	Aumentou 50%	68	28,3
	Aumentou de 60 a 75%	34	14,2
	Aumentou de 80 a 100%	37	15,4
	Aumentou mais de 100%	5	2,1
	Não Responderam ou Pronaf não contribui.	23	8,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao abordar a percepção dos beneficiários em relação aos impactos no sistema produtivo após acesso ao Pronaf, 97% responderam que o crédito rural impulsionou sim a produção na propriedade rural, sendo que 3% responderam que o crédito não interfere nesse fator.

Na comparação com o período em que não tinham o crédito rural, os respondentes informaram os percentuais de aumento na produção a partir da utilização do Pronaf (como cada respondente informava um valor aberto, optou-se por usar intervalos de valores). Assim, 12,1% dos agricultores participantes da pesquisa perceberam aumento de 10 a 25% na produção da

propriedade; 56,2% citaram aumentos entre 30 a 50% e do total de respondentes 29,6% perceberam aumento de 60 a 100%. Esses impactos positivos nos resultados na produção se confirmam, pois, do total de participantes da pesquisa, 91,3% informaram algum percentual de aumento produtivo, sendo que para 2,1% este aumento foi superior a 100%.

Apenas 8,7% dos participantes não responderam essa pergunta (por não saber precisar o percentual de aumento ou por acreditar que o acesso ao crédito não interfere no aumento da produção. De acordo com o BNDES (2020), o Pronaf é um financiamento que visa custear os investimentos na agricultura, como modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rurais em áreas comunitárias rurais próximas, visando ao aumento de renda e de mão de obra familiar.

O Pronaf objetiva garantir o acesso ao crédito, com condições especiais aos agricultores de pequeno porte, oferecendo o suporte de assistência técnica e o desenvolvimento de infraestrutura. Com isso, propicia o aumento da capacidade da produção, com a inovação tecnológica, o que implica não só a aquisição de insumos modernos, mas também a gestão do conhecimento incorporado às tecnologias, do gerenciamento produtivo dos agricultores (VIEIRA FILHO; SILVEIRA, 2016).

4.3 GERENCIAMENTO FINANCEIRO

O adequado gerenciamento financeiro na agricultura familiar, com a utilização de ferramentas que viabilizem a análise financeira para auxiliar na definição do fluxo de caixa, contribui para o planejamento das necessidades de investimento e operações ao longo do tempo. Na Tabela 11 são apresentadas as variáveis relacionadas à Gestão financeira, às práticas e experiências e à alocação dos recursos Pronaf.

A variável que analisa o percentual de alimentos consumidos pela família que são produzidos na propriedade influencia diretamente na qualidade e segurança alimentar das famílias investigadas. Neste sentido, verifica-se que em 44,5% dos casos o percentual de alimentos que são produzidos na propriedade é superior a 50% do que é consumido. Do total dos respondentes, 29,3% afirmam que produzem de 25 a 50% do que é consumido e 26,2% produzem até 25% dos alimentos que consomem.

Tabela 11 – Gestão financeira, as práticas e experiências, alocação dos recursos Pronaf

Variáveis	Alternativas	Percentual
Percentual de alimentos consumidos pela família que são produzidos na propriedade	Até 25% (cerca de um quarto do que é consumido).	26,2
	De 25% a 50% (cerca de metade do que é consumido).	29,3
	De 50% a 75% (cerca de três quartos do que é consumido).	30,8
	De 75% a 100% (quase a totalidade do que é consumido).	13,7
Cultura ou atividade - principal fonte de renda	Produção de grãos (arroz, milho, soja, outros).	38
	Produção de carne ou derivados (gado, frangos, ovos, suínos, etc.).	5,3
	Produção de leite e derivados (leite in natura, queijos, etc.)	19
	Produção de hortaliças (alface, couve, cenoura, tomate, etc.)	1,1
	Produção de frutas (laranja, mexerica, banana, acerola, etc.)	0,4
	Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade).	36,1
Comercialização da produção	Entregando em cooperativas ou associações.	66,9
	Em feiras livres ou vendendo para o comércio em geral.	28,5
	PAA (Programa Aquisição de Alimentos)	0,8
	PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	1,9
	Demais formas	14,1
Atualmente faz parte de alguma associação ou cooperativa de produção?	Sim	72,2
	Não	27,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Além de saber a origem desses alimentos, há também a importância econômica, pois a produção de alimentos para o autoconsumo é paralela à atividade da agricultura comercial na propriedade. Ao observar os aspectos sociais e econômicos das famílias, o direcionamento para produção visando ao autoconsumo procura manter a lógica da preservação do grupo familiar, muitas vezes considerada mais importante que a produtividade e os ganhos econômicos. As necessidades mensais maiores são custeadas por outras rendas, como as de aposentadorias. A produção para o autoconsumo, especialmente carne (de elevado valor comercial), hortaliças, frutas e a agroindústria caseira, permite que as famílias fiquem períodos maiores sem comercializar sua produção. Com a inclusão do valor da produção para o autoconsumo como renda, a rentabilidade das propriedades aumenta, pois haveria um gasto significativo com a compra de produtos para alimentação se não houvesse essa produção para o consumo (FONTOURA, 2012).

Seguindo nessa linha de estruturação da agricultura familiar atual, que permanece com

alguns traços da agricultura de subsistência, a agricultura comercial vem ganhando espaço na maioria das propriedades. A produção de grãos é apontada como a principal fonte de renda para a maioria dos agricultores. Além disso, a produção leiteira em maior escala tem demonstrado ser a alternativa viável para as famílias que possuem áreas menores.

A heterogeneidade da agricultura familiar foi observada por Amaral et al (2018) ao analisar sua inserção nos mercados agroalimentares do Rio Grande do Norte. Os autores citam o surgimento de novas oportunidades de mercado, com a valorização da produção agroecológica, o fortalecimento do comércio de produtos artesanais, o que gera renda para os agricultores e o desenvolvimento sustentável da região. Entre as opções de comercialização, são citados os programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No caminho inverso desses novos mercados, permanecem as opções tradicionais, com a venda para produtoras de commodities, sendo um desafio conseguir o equilíbrio nessa relação.

A cultura ou a atividade apontada como principal fonte de renda para 38% dos respondentes é a produção de grãos, para 19% é a produção de leite e derivados, e para 5,3% é a produção de carne ou derivados. É importante destacar o misto de culturas, quando várias atividades são desenvolvidas na propriedade, citada por 36,1% dos respondentes como principal fonte de renda. Esta é uma característica que destaca a agricultura familiar perante a agricultura comercial, pois nesses casos o produtor não depende exclusivamente de uma atividade ou cultura como fonte de renda. A produção e a comercialização de hortaliças e frutas também foram citadas, mas em percentual menor. Além disso, algumas atividades não constavam no questionário, mas foram apontadas por agricultores como fonte de renda principal, como o caso da cana-de-açúcar, no município de Porto Xavier, e do cultivo da alfafa no município de Dezesseis de Novembro.

Não há informações individuais sobre todas as culturas da produção vegetal específicas da agricultura familiar no estado, de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE. Sabe-se que algumas atividades são dependentes da agricultura familiar, como o cultivo do fumo, de hortaliças e de frutas. Além disso, na produção de alimentos básicos para a população, como leite, aves, suínos, feijão, milho e mandioca, a agricultura familiar é essencial. Observa-se também que, entre as atividades tradicionais da agricultura empresarial, como a produção de soja e trigo e a bovinocultura, a agricultura familiar tem obtido resultados expressivos. A opção por atuar em vários tipos de culturas ocorre na maioria das propriedades. Para agregar valor à produção, muitos agricultores optam pelas agroindústrias familiares. Essas agroindústrias

podem estar localizadas em qualquer região do estado, mas a concentração maior ocorre em regiões com mais pessoas ocupadas na agricultura familiar (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019).

Com relação à comercialização da produção, 70% dos respondentes entregam a produção para cooperativas ou associações, 28,5% vendem para o comércio em geral e 14% comercializam de outras formas. Entre os participantes da pesquisa, houve pouca representatividade da comercialização para os Programas direcionados para compras da agricultura familiar (PAA com 0,8% e PNAE com 1,9%).

De acordo com Schneider e Gazolla (2017), a venda direta dos alimentos produzidos pela agricultura familiar tem ganhado destaque nos últimos anos, objetivando aproximar o agricultor do consumidor. Essas cadeias curtas de comercialização podem ser definidas como vendas diretas ao consumidor, podendo ocorrer diretamente nas propriedades, em feiras, vendas de porta em porta, com a colheita e aquisição dos alimentos no local em que são produzidos. O incentivo à produção de alimentos tradicionais da agricultura familiar a serem comercializados por meio de cadeias curtas busca diversificar as atividades econômicas, valorizar os aspectos culturais, socioeconômicos, ambientais e as potencialidades de cada região, bem como da família produtora. Além disso, resgata a importância de conhecer a origem dos alimentos consumidos, da segurança alimentar, e contribui economicamente para famílias com pouca área para o cultivo, pois amplia o valor final da venda desses alimentos. Daí a necessidade de políticas públicas com o objetivo de promover a inserção dos agricultores familiares nos circuitos diretos de venda.

Entre os fatores importantes para viabilidade e o êxito da agricultura familiar, a variável relativa a fazer parte de alguma associação ou cooperativa de produção apontou resposta positiva em 72,2% dos casos, e apenas 27,8% não fazem parte deste tipo de entidades.

Nesse ponto, vale mencionar a força do associativismo para o desenvolvimento dos municípios e o fortalecimento da agricultura familiar. Na maioria dos municípios da região sul, essa característica está bastante acentuada e indica uma via de debate importante no meio rural. A união ou associação torna mais forte cada membro desses grupos e busca atender aos seus anseios e necessidades coletivas.

Ao analisar os processos de um projeto que reúne agricultores familiares ligados à produção agroecológica no COREDE Central/RS, Fernandes e Karnopp (2015) concluem que a organização coletiva dos agricultores familiares e as formas associativas de trabalho permitem melhorar a capacidade produtiva e aumentar seus espaços de comercialização no mercado. Atuando coletivamente é mais fácil para os agricultores aumentar a escala de produção, com a diversificação dos produtos a serem ofertados em feiras e outros pontos de distribuição dos

alimentos que são produzidos em suas propriedades. Quanto melhores forem a organização da unidade produtiva e a ação coletiva, tanto de parcerias quanto de associações ou cooperativas, mais fortes passam a ser os processos organizativos de produção e de comercialização desses agricultores familiares. Com isso, há reflexos positivos nos resultados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo para o desenvolvimento regional. Para Fagotti (2017), as associações podem ser consideradas como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas. Muitos pequenos produtores da agricultura familiar não possuem todo o maquinário e toda a estrutura para o desenvolvimento de sua propriedade. Essa realidade reforça a importância de organizações, como associações e cooperativas entre produtores, para aquisição conjunta dos meios para a geração de renda nas propriedades.

A participação do cooperativismo no agronegócio e na economia brasileira é bastante elevada, especialmente em municípios pequenos, contribuindo para a ampliação dos mercados consumidores e o fortalecimento da agricultura familiar. Em estudo sobre os impactos gerados pelo cooperativismo produtivo no desenvolvimento econômico local e regional, Fuzinato et al. (2019) fizeram um comparativo entre dois pequenos municípios, um com a presença de cooperativa e outro sem (Centenário/RS e Planalto Alegre/SC). Na análise, concluiu-se que o cooperativismo tem alto grau de participação e importância no desenvolvimento de pequenos municípios, pois promove fortes impactos econômicos locais e regionais.

As cooperativas possuem um importante papel na organização da sociedade civil, promovendo a cidadania dos seus membros por meio da democracia, da autonomia, da liberdade e da participação. Mas, para que ocorra concretamente, é fundamental a participação efetiva de seus membros. Em estudo sobre a forma de gestão que prevalece em cooperativas da agricultura familiar, se estratégica ou social, Martim et al. (2019) demonstraram a coexistência de gestão na cooperativa analisada e a falta conhecimento técnico dos seus membros sobre gestão. Os aspectos da Gestão Social foram percebidos mediante o diálogo informal entre os membros, da realização de assembleias e da eleição para cargos diretivos. A Gestão Estratégica foi percebida na maior parte das situações, com a centralização dos processos decisórios na pessoa do presidente, a ausência de participação dos associados, da preocupação dos membros apenas com o aspecto econômico, da hierarquia e da prevalência do interesse individual sobre o coletivo. Na conclusão, a ausência de conhecimentos adequados de gestão, a falta de sentimento de pertencimento e de identidade com a cooperativa foram considerados como fatores responsáveis pelo baixo nível de participação dos membros em cooperativas de agricultura familiar.

No questionamento sobre a inadimplência perante o Pronaf, 99,2% dos respondentes relataram que não estão com empréstimo de crédito rural em atraso. Como esse fator interfere diretamente na permanência do acesso ao programa, a maioria dos agricultores procura manter a regularidade dos pagamentos e evita a inadimplência.

Na análise dos processos de acesso ao crédito Pronaf, na questão relativa às orientações contidas no projeto elaborado pelo EMATER, Sindicato ou Cooperativa, apresentado junto à instituição financeira, quando da solicitação do crédito, 97% dos participantes responderam que essas orientações são atendidas totalmente ou na maioria. A importância da assistência técnica nas propriedades rurais é destacada por Milhomem et al. (2017). Os serviços de assistência técnica e extensão rural são essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, pois viabilizam as práticas agroecológicas, beneficiando sua produção de forma sustentável.

De acordo com a legislação que rege o Pronaf, a assistência técnica é facultativa para os financiamentos de custeio ou de investimento, cabendo à instituição financeira, sempre que julgar necessária, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Além disso, as informações corretas sobre as características do tipo de financiamento, juros e prazos para pagamento são essenciais para obter resultados positivos na atividade rural. A Tabela 12 detalha a percepção dos beneficiários em relação às informações que recebem sobre o Programa, as práticas e experiências, e a percepção sobre resultados após acesso ao Pronaf.

Tabela 12 – Gestão financeira, as práticas e experiências, percepção sobre resultados após acesso ao Pronaf

(continua)

Variáveis	Média**	Desvio padrão	Discordo totalmente	Porcentagem válida			Concordo totalmente
				Discordo	Indiferente	Concordo	
As informações fornecidas sobre o PRONAF quando da concessão do financiamento são adequadas.	3,762	0,712	0,4	8,8	11,2	73,5	6,2

Tabela 12 – Gestão financeira, as práticas e experiências, percepção sobre resultados após acesso ao Pronaf

(continuação)

Após o acesso ao crédito, houve melhoria no nível de bem-estar dos agricultores familiares.	4,068	0,497	0,4	0,4	5,7	79,1	14,4
Com o desenvolvimento proporcionado pelo PRONAF, os jovens se sentiram mais motivados a permanecer no campo.	3,308	0,989	2,3	22,1	27,4	39,2	9,1
A possibilidade de financiar a produção aumenta a expectativa dos beneficiários em relação ao futuro do empreendimento.	3,939	0,563		1,5	14,4	72,6	11,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

** Quanto maior a média das respostas melhor o fator analisado.

Na análise da percepção dos beneficiários com relação às melhorias que o Pronaf proporciona, verifica-se que há uma média das variáveis acima de três, que evidencia a importância do Programa para o desenvolvimento das propriedades da região. A média mais alta e o desvio padrão menor que um ($\bar{X}4,068$ e $S=0,497$) referem-se à variável “Após o acesso ao crédito, houve melhoria no nível de bem-estar dos agricultores familiares”, sendo que 93,5% dos participantes concordam ou concordam totalmente com a afirmação. No caso, como o desvio padrão é menor que um, denota que a maioria dos respondentes apresentou respostas semelhantes para essa variável. Essa percepção positiva relativa às melhorias nas propriedades, reflete diretamente nos resultados econômicos para a localidade ou região em que estão inseridos.

Stamm e Avelar (2019), ao avaliar os efeitos do Pronaf na região Oeste do Paraná, verificaram resultados no crescimento do produto, na geração de renda, no emprego e na receita tributária, com uma relação positiva entre o volume de créditos do programa e o crescimento econômico da região estudada, promovendo impactos positivos para a economia dos municípios. Também sobre a possibilidade de que financiar a produção aumenta a expectativa dos beneficiários em relação ao futuro do empreendimento, 84% dos respondentes concordam com isso, com média de ($\bar{X} 3,939$ e $S=0,563$). A maioria dos participantes da pesquisa (79,7%) concorda que recebe informações adequadas sobre o funcionamento e as características do Pronaf quando da concessão do financiamento, com média de ($\bar{X} 3,762$ e $S=0,712$). A variável que apresentou média mais baixa ($\bar{X}3,308$ e $S=0,989$) foi a “com o desenvolvimento proporcionado pelo Pronaf, os jovens se sentiram mais motivados a permanecer no campo”.

Dos participantes, 51,8% discordam ou consideram indiferente esse fator, de que apenas o fato de poder financiar a atividade irá motivar o jovem a permanecer no campo. É necessário haver garantia de preços para os produtos agrícolas que permita renda digna para os produtores.

Esses fatores evidenciam o papel das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à distribuição de renda, pois muitos desses agricultores não teriam acesso às novas tecnologias, se não houvesse a possibilidade de financiar máquinas e equipamentos, sementes com melhor qualidade e a própria terra em que produzem. Sem essa qualificação, não conseguiriam competir em um mercado altamente produtivo (CUNHA, 2018).

Diante da importância econômica e social da obtenção de bons resultados na atividade que se desempenha, torna-se essencial o adequado gerenciamento financeiro, tanto dos recursos do Pronaf quanto das demais entradas e saídas de capital. As decisões envolvendo os projetos e a alocação correta dos recursos são os mecanismos para o sucesso produtivo na propriedade. Em continuidade à análise descritiva, investigaram-se os aspectos referentes ao gerenciamento financeiro, conforme apresentado na Tabela 13.

Tabela 13 – Gerenciamento de Recursos, práticas e experiências financeiras

(continua)

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentagem
Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito ou carnê de crediário?	Não	116	44,1
	Sim, eu tenho	131	49,8
	Sim, outra pessoa tem.	12	4,6
	Não sei	4	1,5
Você ou alguém que mora na sua casa possui dívidas além do Pronaf?	Não	192	73,0
	Sim, eu tenho.	54	20,5
	Sim, outra pessoa tem.	12	4,6
	Não sei	5	1,9
Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasto mais do que ganho.	16	6,1
	Gasto igual ao que ganho.	100	38,0
	Gasto menos do que ganho.	147	55,9
Em sua casa, quem decide como vai ser gasto o dinheiro?	Você	35	13,3
	Seu cônjuge	2	,8
	Você e seu cônjuge	196	74,5
	Seus pais	3	1,1
	Outros. Quem? Família em conjunto	27	10,3
Como descreve o controle dos gastos regulares	Não costuma controlar os gastos.	3	1,1
	Há um controle pequeno sobre os gastos.	65	24,7
	Não há um controle escrito, mas controlo os gastos.	140	53,2
	Há um sistema escrito para manter o controle sobre os gastos.	55	20,9
No geral, qual o grau de satisfação com sua situação financeira?	Totalmente insatisfeito.	3	1,1

Tabela 13 – Recursos de práticas e experiências financeiras

(continuação)

	Insatisfeito	27	10,3
	Indiferente	64	24,4
	Satisfeito	162	61,8
	Totalmente satisfeito.	6	2,3
Você faz algum tipo de poupança, guarda dinheiro?	Não	70	26,6
	Sim, em dinheiro	74	28,1
	Sim, em animais, sementes, invisto no negócio da propriedade	114	43,3
	Sim, outros.	5	1,9
O que você faz quando não tem dinheiro e surge algum imprevisto?	Compra fiado	76	29,1
	Pede dinheiro emprestado para amigo ou familiar.	41	15,7
	Pede dinheiro emprestado ao banco ou financeira	57	21,8
	Outros. Quais formas?	87	33,3
Outras formas	Crédito Comércio/Banco	1	,4
	Diversos	1	,4
	Familiar ou banco	3	1,1
	Familiar ou C. Crediário	1	,4
	Não gasta	7	2,7
	Não ocorre	11	4,2
	Negociar c/fornecedor	4	1,5
	Poupança	13	5,0
Você já teve ou tem seu nome ligado ao cadastro negativo?	Venda animais	16	6,2
	Não	208	79,4
	Sim, já esteve	54	20,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na análise do gerenciamento financeiro, constatou-se que, na maioria dos casos (54,4%), alguém da família possui cartão de crédito ou carnê de crediário e 44,1% dos respondentes não possuem ou não usam. Destaca-se que o fato de possuir cartão de crédito ou carnê em lojas não é considerado um fator negativo, se houver um controle para a utilização correta desses meios de crédito. Se bem usados, eles são positivos, pois podem contribuir para melhoria do fluxo de caixa, com o aumento dos prazos para pagamento, até a entrada dos recursos em caixa. Mas, se não forem bem utilizados, podem se tornar vilões do orçamento, com a inclusão de juros muito elevados (FRAGA, 2017).

Na sequência, quando questionados se alguém que mora na sua casa possui dívidas além do Pronaf, 73% relataram que não, 20,5% relataram que possuem dívidas e 4,6% informaram que outra pessoa que mora na casa possui dívidas. De acordo com relatos durante as entrevistas, não são dívidas em atraso, e, sim, compras ou investimentos rotineiros, que estão incluídos no orçamento da família.

Para reforçar a importância do controle financeiro, pode-se analisar a pesquisa realizada pela Confederação do Comércio, que revela o nível de endividamento das famílias brasileiras

em janeiro de 2020, quando apresentou percentual de 65,3% do total. Já o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso foi de 24,5%, e o percentual que relatou não ter condições de pagar suas contas em atraso passou a 9,6% do total. O tipo de endividamento mais citado pelas famílias brasileiras foi o cartão de crédito, seguido por carnês e crédito pessoal.

De acordo com Marques e Frade (2004), salienta-se que as dívidas são compromissos financeiros, compras efetuadas a serem pagas posteriormente, ou seja, não apenas as contas com atraso nos pagamentos são consideradas dívidas. Portanto, há casos em que o endividamento pode ser considerado positivo, especialmente quando for feito para comprar ou investir em bens de longa duração e que propiciem melhorias (MARQUES et al., 2000).

Com relação aos gastos, constatou-se que a maioria (93,90%) gasta menos ou igual ao que ganha, o que demonstra que existe equidade entre as receitas e despesas da maior parte dos respondentes. Essa característica é muito importante para o equilíbrio financeiro, e, segundo Campara (2016), as famílias devem analisar cuidadosamente as fontes de renda e as prioridades de gastos ou investimentos. Com isso, evita-se que seja gasto mais do que se tem disponível, considerando ainda que podem ocorrer imprevistos.

No item relativo à decisão sobre como vai ser gasto o dinheiro, para 74,5% dos respondentes é o casal que decide, 13,3% decidem individualmente e para 10,3% essa decisão é feita com a família em conjunto, entre todos os moradores da casa.

Quanto ao controle dos gastos regulares, 53,2% dos participantes da pesquisa relataram que não fazem um controle escrito, mas que controlam os gastos. Há um controle pequeno sobre os gastos é a resposta de 24,7% dos respondentes, e 20,9% declararam possuir um sistema escrito para manter o controle sobre os gastos. Observa-se esse aspecto positivo na gestão financeira dos participantes, de forma a manter um controle sobre as movimentações financeiras da família. Para Leal e Nascimento (2012), a gestão do fluxo de caixa, com controle de entradas e saídas, é uma ferramenta importante para aprimorar o uso do dinheiro. Fazer anotações por escrito, mesmo que de forma simples, interfere diretamente nos resultados financeiros das pessoas. O controle financeiro é um aliado na busca de uma gestão positiva dos recursos (BRAIDO, 2014).

Para o grau de satisfação com sua situação financeira, 64,1% dos entrevistados relataram estarem satisfeitos ou totalmente satisfeitos, 11,4% estão insatisfeitos e para 24,4% esse fator é indiferente. Quando questionados sobre guardar dinheiro ou fazer algum tipo de poupança, 43,5% dos agricultores informam que investem no negócio da propriedade, em animais ou grãos. Outros 28,1% guardam as economias em dinheiro, depositando em contas bancárias de poupança ou outros investimentos. Já 26,6% alegam que não fazem qualquer tipo de reserva, e

1,9% investem as economias de outras formas. O resultado demonstra que os agricultores familiares valorizam a propriedade, pois a maioria reinveste as economias na atividade que pode trazer melhores resultados para a família (ou que não sobra muito em suas atividades, de modo que tudo precisa ser aproveitado para tentar garantir maiores ganhos futuros). Entre os que fazem suas reservas em dinheiro, boa parte declara possuir caderneta de poupança (28,1%), o que se explica pelo fato de a poupança ser vista pelos brasileiros como a mais segura e tradicional forma de investimento, apesar do retorno ser pequeno (CNC, 2020).

Em resposta ao questionamento sobre o que você faz quando não tem dinheiro e surge algum imprevisto, as respostas foram bastante diversificadas, sendo a opção “outras formas” a mais citada por 33,3% do total. Outros 29,1% compram “fiado”, 21,8% informam que pediriam empréstimo em bancos e 15,7% pediriam para familiares ou amigos. Dos que relataram “outras formas”, as opções mais citadas são usar as reservas de poupança ou venda de animais ou outros bens (11,2% do total); a opção de que não iriam gastar (2,7%) ou que isso não ocorre pois há um controle sobre todas as despesas (4,2%). Esses resultados demonstram que o público participante da pesquisa tem um perfil com forte valorização da segurança financeira e busca evitar os riscos de inadimplência (o “ter o nome limpo”).

Tratando-se de possuir o nome ligado ao cadastro negativo, a maior parte (79,4%) afirmou que nunca teve o nome em cadastro negativo, enquanto 20,6% já estiveram ou estão atualmente. Entre aqueles que já tiveram o nome ligado ao cadastro negativo, muitos informam que isso ocorreu em função de terem avalizado compras ou empréstimos para outras pessoas, e estas não realizarem o pagamento em dia.

4.4 BEM-ESTAR FINANCEIRO

Após analisar o gerenciamento dos recursos, bem como as práticas e experiências financeiras dos agricultores, foi elaborada a Tabela 14, com o objetivo de identificar o bem-estar financeiro dos respondentes.

Na análise do Bem-estar Financeiro, verificou-se que a maioria das médias ficou próxima de 3, o que revela um nível intermediário de Bem-estar Financeiro dos respondentes. O desvio padrão foi inferior ou em torno de 1,000 e demonstra uniformidade no conjunto de dados. A variável que indica maior sensação de satisfação financeira foi: “Eu tenho a tendência de viver hoje e deixar o amanhã cuidar de si”. De modo nenhum foi a resposta de 61,2% dos entrevistados, e 32,3% responderam “muito pouco” ou “um pouco” para a afirmação dessa variável (\bar{X} 4,319 e $S=1,036$). Nessa variável, evidencia-se essa característica desses

agricultores familiares, com uma preocupação constante de manter os compromissos financeiros em dia e trabalhar para que no futuro tenham condições melhores para suas famílias.

Tabela 14 – Percepção dos beneficiários com relação ao Bem-estar Financeiro

Variáveis	Porcentagem válida						
	Média	Desvio padrão	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Estou satisfeito com minha atual situação financeira.	3,475	0,868	1,9	13,7	25,1	53,6	5,7
Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.	3,118	0,940	2,7	25,9	33,5	33,1	4,9
*Neste momento eu possuo muitas dívidas.	3,456	1,062	15,6	40,3	20,5	21,3	2,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

*Variável invertida.

*Resultados das questões: Precisa melhorar (de 1 até 2,9); regular (3 até 3,9); boa (4 até 4,9) e muito boa (5).

A variável “por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida” é a segunda maior média relativa ao indicador de Bem-estar Financeiro (\bar{X} 3,875 e $S=0,994$), sendo que 34,2% afirmaram de modo nenhum, e 61,6% muito pouco ou um pouco; esses percentuais indicam que eles sentem que terão as coisas que querem na vida.

Já a variável “Estou apenas sobrevivendo financeiramente” também resultou em média intermediária (\bar{X} 3,504 e $S=1,141$), mas a maioria dos entrevistados (45,30%) citou “de modo nenhum” ou “muito pouco” ter essa sensação. Pode-se perceber com isso que, mesmo com as dificuldades para conseguir sobras ou maiores lucros em suas atividades, os respondentes estão conseguindo comprar e investir em itens importantes para suas vidas, sem o sentimento de que estão apenas sobrevivendo financeiramente. Mas é importante relatar que para 33,20% há “um pouco” desse sentimento, demonstrando que, para alguns, boa parte dos recursos são direcionados à manutenção dos gastos mensais.

Outra variável com percepção de bem-estar com média regular foi “Neste momento, eu possuo muitas dívidas” (\bar{X} 3,456 e $S=1,062$), com 55% dos respondentes que discordam ou discordam totalmente da afirmação, 20,5% relatam estar indiferentes e 21,3% concordam que possuem muitas dívidas. Percebe-se que outra variável com média intermediária (\bar{X} 3,475 e $S=0,868$) é a que indica o grau de satisfação com a sua atual situação financeira, pois 59,3% concordam ou concordam totalmente com a afirmação, ou seja, estão satisfeitos com sua

situação financeira. No entanto, alguns relataram que “discordam” (13,7%) pois estão insatisfeitos com a situação financeira, ou que estão “indiferentes” (25,1%), isto é, não estão satisfeitos nem insatisfeitos e alegam que é preciso buscar melhorar sempre.

Com a variável “Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim” também ocorreu uma média intermediária de percepção de BEF (\bar{X} 3,118 e $S=0,940$). Do total, 28,50% dos respondentes discordam e 38% concordam que a situação financeira é fator limitante para a realização de coisas importantes; para 33,50%, esse fator é indiferente.

A percepção de bem-estar financeiro mais desfavorável foi demonstrada na variável “Eu tenho a tendência de me preocupar em pagar minhas despesas do dia-a-dia” (\bar{X} 1,418 e $S=0,757$), em que 72,6% relataram que sempre se preocupam em pagar as despesas do dia a dia, 14,80% frequentemente e 10,60% às vezes têm preocupação com esse fator.

A variável “As finanças controlam sua vida” não apresentou boa média de percepção de bem-estar financeiro (\bar{X} 2,540 e $S=1,006$). Para o maior percentual de respondentes (46,80%), isso ocorre sempre ou frequentemente, e 38,40% relatam que às vezes as finanças controlam suas vidas. Essa situação pode demonstrar que o trabalho e os compromissos financeiros constantes acabam exercendo um controle sobre a vida das pessoas. O correto seria as pessoas controlarem esses fatores, e não o contrário. O trabalho e uma adequada relação com as finanças configuram aspectos importantes na vida de cada indivíduo. Em algumas atividades, os agricultores familiares relatam que a rotina é desgastante (como, por exemplo, na atividade de produção leiteira, com rotinas diárias longas e cansativas, sem folga semanal, nem férias anuais). Como é apenas a família que é responsável pelas atividades, não se pode “faltar” nem um dia, caso contrário, é prejuízo certo. Se ficarem um dia sem vender o leite, os custos serão os mesmos, e a renda daquele dia fará falta no final do mês.

De acordo com CFPB (2015), o bem-estar financeiro das pessoas ocorre a partir do controle sobre as finanças, ser capaz de pagar as contas em dia, ter reservas financeiras e poder “aproveitar a vida”, com um planejamento financeiro que permita tirar férias, viajar, trabalhar menos e usufruir mais do tempo em família.

Com relação à variável “Ter dinheiro sobrando no fim do mês”, a percepção de BEF é intermediária, com média e desvio padrão (\bar{X} 3,019 e $S=0,863$), sendo que o maior percentual de respondentes relata que isso ocorre às vezes (55,50%) e, de acordo com 22,40%, sempre ou frequentemente há dinheiro sobrando no final do mês. Para 22,10% dos entrevistados, raramente ou nunca sobra dinheiro no final do mês.

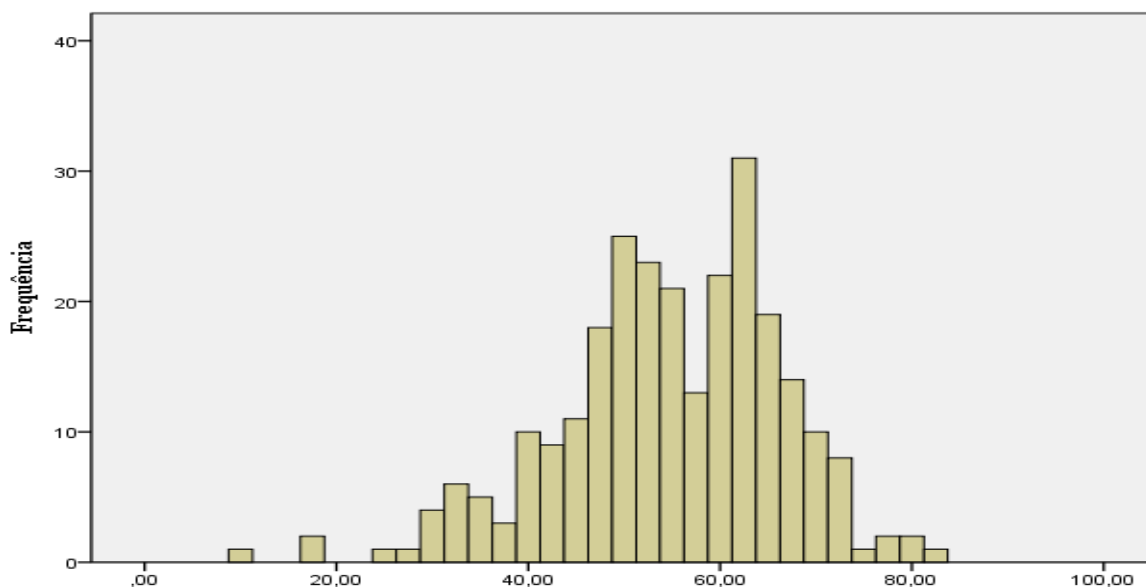
De modo geral, esse panorama revela que os beneficiários do Pronaf pesquisados

apresentam nível de bem-estar financeiro intermediário. Essa característica é apresentada em resultados de outros estudos. Em pesquisa sobre a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no Bem-estar Financeiro, realizada na cidade de São Luiz, no estado do Maranhão, 629 participantes relataram estar insatisfeitos financeiramente, pensar e preocupar-se com as dívidas e acreditar que no futuro não terão contas com o cartão de crédito, sendo que os aspectos relacionados ao investimento e à poupança apresentaram influências positivas (DINIZ et al., 2015).

Nesse sentido, o planejamento aliado ao controle financeiro contribui para que haja sobra de recursos no final do mês, permitindo maior tranquilidade no caso do surgimento de despesas inesperadas ou imprevistos. Vale ressaltar a importância da gestão financeira adequada, e essa orientação é válida para indivíduos de todas as classes sociais e faixas de renda, pois proporciona o bem-estar financeiro e a melhoria da qualidade de vida (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003).

Em seguida, buscou-se analisar o nível de bem-estar financeiro. Numa escala de zero a cem, a resposta média foi 54,69, indicando uma percepção apenas intermediária em relação ao seu nível de bem-estar financeiro. A Figura 2 apresenta a distribuição de frequência da escala

Figura 2 – Histograma do Bem-Estar Financeiro



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observa-se, na Figura 2, que a maioria das respostas se encontra no intervalo entre 50 e 70. Destaca-se ainda o fato de que o valor máximo foi 82,5 pontos, indicando que nenhum beneficiário se considera em um alto nível de bem-estar financeiro. As questões com piores avaliações indicam que os beneficiários frequentemente tendem a se preocupar com o pagamento das despesas do dia a dia e às vezes percebem que as finanças controlam as suas vidas. Diante do perfil dos beneficiários analisados, torna-se necessário verificar os pontos de melhorias que possam ser implementados em termos de políticas públicas para aumentar os níveis de bem-estar financeiro.

Em estudo sobre o bem-estar financeiro do consumidor idoso de baixa renda e o uso de instituições bancárias, Ribeiro Neto (2018) observa que, embora os idosos de baixa renda possuam algum conhecimento sobre finanças, ele é limitado em comparação com o conceito apontado pelas teorias. Esse fato aumenta a vulnerabilidade dos consumidores, pois o processo de construção do conhecimento é bastante informal, o que compromete os aspectos relativos ao bem-estar financeiro, como a segurança e a liberdade de escolha. Além disso, a necessidade aprimorar o conhecimento e de atitudes que promovam o bem-estar financeiro são essenciais para o futuro, diante de um cenário com uma mudança na composição da população brasileira e mundial prevista para 2050, quando os idosos passarão a ser em maior número do que os jovens, devido a fatores como o aumento da expectativa de vida e a queda do número de filhos por família. Assim, isso denota a importância da promoção de programas de educação financeira e o uso de ferramentas tecnológicas que tornem o cidadão menos vulnerável e capaz de realizar seu planejamento e sua gestão financeira.

O bem-estar financeiro é fator importante para a melhoria da qualidade de vida da população em geral. Por isso, é fundamental a implementação de programas ou políticas direcionadas para essa área. Ao analisar o tema, Ramalho e Forte (2017) concluem que o aumento da alfabetização financeira dos indivíduos pode impactar diretamente o seu bem-estar financeiro. Daí a importância de promover programas de educação financeira que possibilitem o aumento do conhecimento financeiro, pois podem desenvolver e melhorar as atitudes e os comportamentos financeiros.

4.5 QUALIDADE DE VIDA

A abrangência do conceito de qualidade de vida é muito ampla, podendo ser associado tanto a fatores individuais como também aos socioambientais, englobando saúde física e mental, relações sociais e com o meio ambiente, bem-estar pessoal, alimentação, habitação,

educação, trabalho, lazer, objetivos e perspectivas de vida. O conceito de qualidade de vida pode ser definido como a percepção de completo bem-estar, mental e social, na definição de saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde.

4.5.1 Avaliação da Qualidade de Vida

Com o objetivo de mensurar a Qualidade de Vida, foram desenvolvidos diversos instrumentos, como o WHOQOL-Bref, desenvolvido pelo WHOQOL Group (*World Health Organization Quality of Life Group*). O módulo WHOQOL-Bref é constituído de 26 perguntas, com respostas que seguem uma escala de *Likert* (de 1 a 5, quanto maior a pontuação, melhor a qualidade de vida).

Nesse instrumento de avaliação, as duas primeiras perguntas são sobre a qualidade de vida geral e a satisfação com a própria saúde, e as demais 24 facetas compõem os domínios Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente. Assim, os instrumentos que mensuram a qualidade de vida podem avaliar aspectos relacionados com capacidade funcional, vitalidade, estado geral de saúde, dor, aspectos sociais, emocionais e saúde mental.

As análises da sequência avaliam a percepção dos beneficiários quanto à qualidade de vida, com um quadro-resumo dos quatro domínios analisados. A Tabela 15 e a Figura 3 apresentam as estatísticas descritivas e o histograma dos domínios da qualidade de vida, os quais foram calculados conforme a metodologia proposta por Harper e Power (2013).

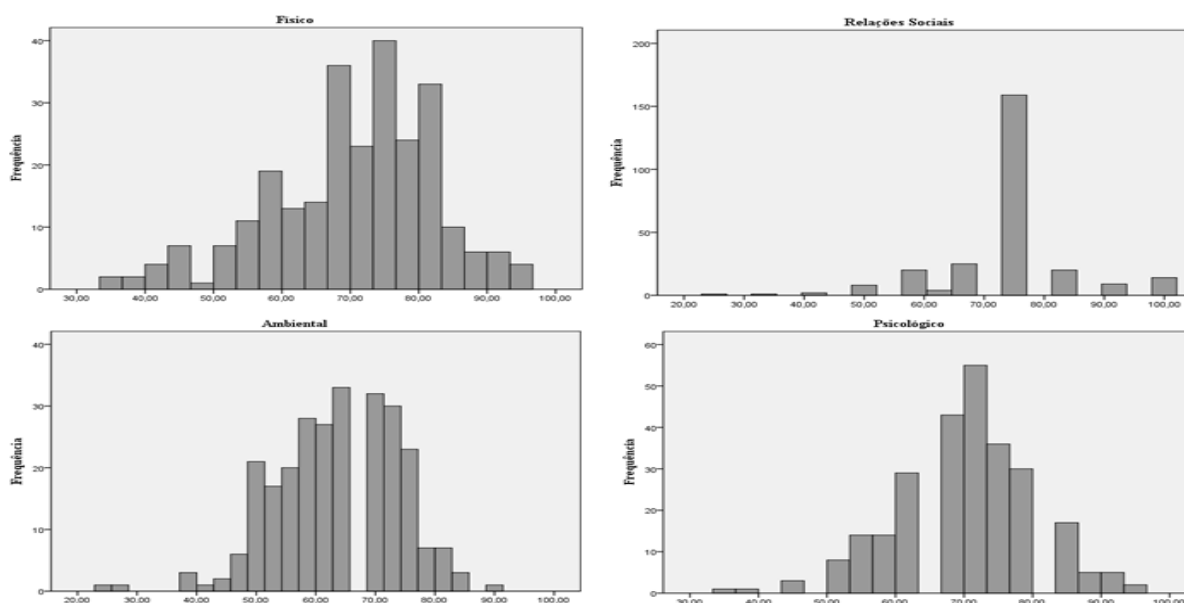
Tabela 15 – Estatística descritiva dos Domínios da escala de Qualidade de Vida

Domínio	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Físico	70.44	71.43	12.57	35.71	100.00
Psicológico	69.71	70.83	10.07	33.33	95.83
Relações Sociais	73.92	75.00	11.00	25.00	100.00
Ambiental	63.52	65.63	10.14	25.00	90.63

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Estando os domínios numa escala de 0 a 100, identifica-se que os beneficiários possuem, em média, uma percepção positiva da qualidade de vida. Os domínios físicos e relações sociais apresentam as maiores médias, com resultados positivos das variáveis desses fatores, enquanto que o domínio ambiental é o de pior desempenho.

Figura 3 – Histogramas dos domínios da escala de qualidade de vida



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na Figura 3, destaca-se o comportamento do domínio relações sociais, com uma frequência expressiva na faixa entre 70 e 80%. Nos demais, as maiores frequências concentram-se nas faixas em torno de 50 a 80%. Posteriormente, cada um dos domínios será detalhado individualmente.

Entre as publicações no Brasil, com a utilização do método de avaliação da qualidade de vida WHOQOL-Bref, não relacionadas especificamente à área da saúde, cita-se o estudo de caso sobre qualidade de vida na cidade de Curitiba/PR (FERENTZ, 2017). Em estudos sobre o Pronaf, o método WHOQOL-Bref foi utilizado por Gouveia (2010) em uma pesquisa sobre a avaliação dos impactos do programa na qualidade de vida de jovens agricultores paraibanos. O instrumento foi utilizado também por Carvalho et.al (2012) para avaliar a qualidade de vida de produtores vinculados a associações rurais no Estado de Rondônia.

Com o objetivo de identificar a percepção de qualidade de vida dos participantes da pesquisa, foram elaboradas tabelas para avaliar cada um dos domínios citados. Na Tabela 16, apresentam-se as variáveis de Domínio Geral, com a percepção de qualidade de vida e saúde dos agricultores participantes da pesquisa.

Tabela 16 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Geral

Domínio Geral.							
Variáveis	Média	Desvio padrão	Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
Como você avaliaria sua qualidade de vida?	3,844	0,562	0,4	0,8	20,2	71,5	7,2
Variáveis	Média	Desvio padrão	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Quão satisfeito (a) você está com a sua saúde?	3,711	0,654	0,4	3,8	26,2	63,5	6,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As avaliações relativas às variáveis do Domínio Geral foram positivas. A percepção de qualidade de vida apresentou média e desvio padrão adequados (\bar{X} 3,844 e $S=0,562$), sendo a variável considerada boa ou muito boa para 78,7% dos respondentes. Além disso, 69,6% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a própria saúde (\bar{X} 3,711 e $S=0,654$).

Na Tabela 17, analisam-se as variáveis do Domínio Físico, que visam identificar a percepção dos participantes relativas a dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos, e capacidade de trabalho.

Os questionamentos do Domínio Físico visam avaliar os aspectos relativos a dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos, e capacidade de trabalho.

As avaliações das variáveis relativas a esse domínio apresentaram médias boas, sendo as melhores para “capacidade de locomoção” (\bar{X} 4,099 e $S=0,579$) e “capacidade de desempenhar as atividades diárias” (\bar{X} 3,882 e $S=0,597$). Os aspectos relativos à dor física e à energia suficiente para seu dia a dia apresentaram médias um pouco mais baixas.

Tabela 14 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Físico

Domínio Físico							
Variáveis	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
*Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	3,574	0,950	17,9	35,7	33,1	12,5	,8
*O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	3,821	1,001	29,3	35,7	24,0	9,9	1,1
Variável	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
Você tem energia suficiente para seu dia a dia?	3,662	0,707		4,6	33,8	52,5	9,1
Variável	Média	Desvio padrão		Ruim	Nem ruim nem boa	Bom	Muito bom
Quão bem você é capaz de se locomover?	4,099	0,579		1,1	8,8	69,1	21,0
Variável	Média	Desvio padrão	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	3,814	0,746	0,4	5,7	19,4	61,2	13,3
Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?	3,882	0,597		2,7	16,3	71,1	9,9
Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	3,872	0,650	0,4	3,4	14,8	71,1	10,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

*Variável invertida.

Já as variáveis de Domínio Psicológico são apresentadas na Tabela 18 e objetivam analisar a percepção referentes aos sentimentos positivos, pensar, aprender, memória e concentração, autoestima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, e espiritualidade, religião, crenças pessoais.

As avaliações das variáveis relativas a esse domínio apresentaram médias boas, sendo a melhor para “frequência de sentimentos negativos” com (\bar{X} 4,115 e $S=0,726$), seguida pela “Satisfação consigo mesmo” com (\bar{X} 3,970 e $S=0,545$). A variável com menor média foi a referente a “O quanto você aproveita a vida?”, com (\bar{X} 3,376 e $S=0,665$), em que a opção “mais ou menos” foi citada por 48,70% dos respondentes, e 8% responderam que aproveitam muito pouco a vida.

Tabela 18 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Psicológico

Domínio Psicológico							
Variáveis	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
O quanto você aproveitou a vida?	3,376	0,665		8,0	48,7	41,1	2,3
Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	3,867	0,683		0,8	28,5	54,0	16,7
O quanto você conseguiu se concentrar?	3,510	0,687	0,4	7,2	36,1	53,6	2,7
Variável	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
Você é capaz de aceitar sua aparência física?	3,897	0,797	0,4	5,3	19,0	54,8	20,5
Variável	Média	Desvio padrão	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Quão satisfeito (a) você está consigo mesmo?	3,970	0,545		1,1	12,9	73,8	12,2
Variável	Média	Desvio padrão	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
*Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau-humor, desespero, ansiedade, depressão?	4,115	0,726	29,2	56,2	11,9	2,3	0,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

*Variável invertida.

Seguindo a análise, na Tabela 19 são apresentadas as variáveis do Domínio Relações Sociais, que visam verificar a percepção referente a relações pessoais, suporte (apoio) social e atividade sexual.

Nos resultados das questões do Domínio Relações Sociais, todas as avaliações das variáveis relativas foram positivas, com a melhor média para “Satisfação com as relações pessoais” com (\bar{X} 4,011 e S=0, 549).

Os questionamentos do Domínio Meio Ambiente são apresentados na Tabela 20 e objetivam analisar fatores relacionados a segurança física e proteção, ambiente, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade, acesso a novas informações e habilidades, participação e oportunidades de recreação ou lazer, ambiente físico: poluição, ruído, trânsito, clima, e transporte.

Tabela 19 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Relações Sociais

Variável	Domínio Relações Sociais						
	Média	Desvio padrão	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Quão satisfeito (a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	4,011	0,549		1,1	11,0	73,4	14,4
Quão satisfeito (a) você está com sua vida sexual?	3,957	0,553		1,9	11,6	75,2	11,2
Quão satisfeito (a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	3,908	0,517		1,5	13,7	77,1	7,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As avaliações das variáveis relativas a esse domínio apresentaram médias regulares, sendo que a variável “Satisfação com as condições do local onde mora” apresentou média boa, com (\bar{X} 4,027 e $S=0,570$). A “satisfação com o seu meio de transporte” apresentou a segunda melhor média, com 81,70% dos respondentes relatando que estão satisfeitos ou muito satisfeitos. Mas nessa variável é importante levar em conta as respostas à questão de número 75, em que 94,7% dos respondentes informam que utilizam veículo próprio como meio de transporte.

Vale destacar as avaliações positivas nos aspectos relativos a segurança, qualidade do ambiente físico e acesso aos serviços de saúde. Como os municípios pesquisados são pequenos, na maioria dos casos, há maior facilidade de propiciar bons resultados nestes fatores. A menor média avaliativa foi referente a “Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer” (\bar{X} 3,076 e $S=0,792$), em que 22,40% responderam “muito pouco” e 46% “mais ou menos” para essa variável. Os agricultores informam que até há algumas oportunidades de lazer, mas a participação é pequena devido à rotina do trabalho ou ao manejo dos animais na propriedade, que dificultam a saída por maiores períodos de tempo.

Tabela 20 – Percepção dos beneficiários - Variáveis do Domínio Meio Ambiente

Domínio Meio Ambiente							
Variáveis	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extrema mente
Quão seguro (a) você se sente em sua vida diária?	3,615	0,649	0,8	3,4	32,8	59,5	3,4
Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	3,473	0,761	1,1	10,3	31,3	54,6	2,7
Variável	Média	Desvio padrão	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	3,282	0,730	0,4	10,7	53,8	30,5	4,6
Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia a dia?	3,412	0,648	0,8	4,2	50,4	42,4	2,3
Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	3,076	0,792	1,1	22,4	46,0	28,5	1,9
Variável	Média	Desvio padrão	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Quão satisfeito (a) você está com as condições do local onde mora?	4,027	0,570	0,4	1,1	9,2	74,0	15,3
Quão satisfeito (a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	3,552	0,776	0,8	10,0	28,0	55,9	5,4
Quão satisfeito (a) você está com o seu meio de transporte?	3,889	0,643		4,2	14,1	70,2	11,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Resultados das questões: Necessita melhorar (quando for 1 até 2,9); regular (3 até 3,9); boa (4 até 4,9) e muito boa (5).

Historicamente coube ao rural a função da produção agropecuária, do alimento e do fornecimento da matéria-prima para a indústria, pois os projetos para agricultura tinham enfoque produtivo e econômico, com a inclusão recente das áreas de preservação ambientais. O lazer e as práticas de atividades recreativas foram considerados ações secundárias no meio rural, sendo este classificado apenas como um lugar para trabalhar e produzir, sem analisar a perspectiva humana e social, ou seja, a qualidade de vida dos agricultores (MAZIERO et al., 2019).

Como destacado por Maziero et al. (2019), observa-se a importância da compreensão da influência dos ambientes de convívio e lazer no meio rural, bem como na qualidade de vida dos seus moradores, estando vinculado ao conceito de acesso a saúde, educação, comunicação,

esporte, lazer e outros, no seu local de moradia e comunidade. O lazer é algo necessário e formador do bem-estar e da saúde das populações, tanto urbanas quanto rurais, devendo ser percebido como prática da manutenção do convívio social, da saúde e do exercício da cidadania. O rural precisa ser visto como um local de moradia e relações sociais, sendo fundamental a criação de políticas públicas e projetos que visem atender a qualidade de vida pelo viés do lazer. A ausência de estruturas de lazer pode contribuir para um novo esvaziamento das áreas rurais (MAZIERO et al., 2019).

4.5.2 Características Qualidade de Vida

A qualidade de vida possui diversas dimensões e conceitos e há vários estudos que objetivam analisar e avaliar seus indicadores. De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 13), a definição de qualidade de vida é muito ampla, mas pode ser usada para definir um elevado padrão de bem-estar, que pode ser tanto na ordem econômica, social quanto na emocional. Como ainda não há um conceito definido sobre o tema, a qualidade de vida aparece associada à saúde, à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação saudável, entre outros. Mas todas as definições têm em comum fatores que levam a uma percepção positiva de bem-estar.

Nesse sentido, dando sequência às análises de fatores relacionados aos aspectos do âmbito social do grupo familiar dos entrevistados, foi elaborada a Tabela 21, que retrata as características da alimentação, condições de moradia, saneamento, acesso à saúde, tecnologias, transporte.

Entre os hábitos relativos aos alimentos consumidos diariamente pelas famílias analisadas, o consumo de carnes foi o item mais citado (99,20%); na sequência os grãos, hortaliças e frutas, todos com boas médias de consumo. O consumo de doces é feito em quantidades menores na maioria das famílias, pois em apenas em 27,80% dos casos o consumo é diário. Além da variedade, cabe ressaltar a importância da origem desses alimentos, pois, em muitos casos, são produzidos na própria propriedade (em 44,50% dos respondentes informam que produzem mais de 50% dos alimentos consumidos, conforme Tabela 11).

Tabela 21 – Características da alimentação, condições de moradia, saneamento, acesso à saúde, tecnologias, transporte

(continua)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Porcentagem
Alimentos que você e sua família consomem diariamente? (Pode ser marcada mais de uma opção).	Grãos como arroz, feijão, milho etc.	256	97,3
	Hortaliças como alface, cenoura, tomate, etc.	238	90,5
	Frutas como laranja, mamão, abacate, mexerica, etc.	209	79,5
	Carnes como gado, frango, porco, ovos e leite.	261	99,2
	Doces como chocolate, balas, bolachas, etc.	73	27,8
Há quanto tempo sua propriedade possui energia elétrica?	Não possuímos eletrificação rural.	2	0,8
	Entre 1 e 5 anos.	4	1,5
	Entre 6 e 10 anos	6	2,3
	Mais de 10 anos.	251	95,4
Condições de Moradia	Casa de alvenaria, com reboco e piso.	185	70,3
	Casa de tijolos.	16	6,1
	Casa de madeira.	31	11,8
	Outros. Qual - Casa Mista	31	11,8
Acesso à água para consumo humano	Água de poço, cacimba, açude (sem tratamento).	35	13,3
	Água da rede pública, com tratamento.	191	72,6
	Água com tratamento (filtrada, fervida...).	37	14,1
	Lixo doméstico é jogado nas superfícies.	2	0,8
Destinação do lixo doméstico	Lixo doméstico é enterrado ou queimado.	137	52,1
	Lixo doméstico é recolhido por carros da prefeitura.	124	47,1
	Não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa.	5	1,9
Instalações sanitárias	Possui fossa, privada e água de poço.	22	8,4
	Possui fossa, banheiro e água encanada.	92	35,1
	Possui fossa, banheiro e água da rede pública.	143	54,6
	Não respondeu	1	
	Sem atendimento médico na comunidade.	7	2,7
Acesso à Saúde	Atendimento por agente de saúde.	175	66,5
	Posto de Saúde	179	68,1
	Hospital da rede pública.	95	36,1
	Possui Plano de Saúde Particular ou Outros.	12	4,6
	Não houve alteração.	43	16,4
Nos últimos 20 anos como classifica seu acesso à saúde?	Melhorou, pois, nossos tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente por nós.	36	13,7
	Melhorou, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou.	162	61,8
	Piorou, pois não dispomos de recursos para despesas médicas e a saúde pública é ruim.	21	8
	Energia elétrica.	80	30,4

Tabela 21 – Características da alimentação, condições de moradia, saneamento, acesso à saúde, tecnologias, transporte

(continuação)			
Qual a principal tecnologia implantada em sua propriedade nos últimos 20 anos, para o aumento da produtividade?	Tratores, plantadeiras e colheitadeiras	105	39,9
	Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.	61	23,2
	Internet	10	3,8
	Outras: Plantio Direto, Tecnologia em Sementes, Conjunto das Tecnologias	7	2,7
	Não possuímos acesso à internet.	59	22,4
Há quanto tempo sua propriedade possui acesso à Internet?	Há menos de 1 ano.	36	13,7
	Entre 1 e 5 anos	106	40,3
	Entre 6 e 10 anos.	48	18,3
	Mais de 10 anos	14	5,3
	Não há acesso a transporte público.	3	1,1
Acesso ao Transporte	Utiliza veículo próprio.	249	94,7
	Transporte público passa na propriedade (ônibus).	11	4,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação às condições de moradia, a maioria mora em casa de alvenaria (70,30%), com energia elétrica há mais de 10 anos (95,40%). O acesso à água para consumo humano em 72,60% das casas ocorre através de rede pública, em 14,10% há o acesso a água com tratamento (poços artesianos comunitários), e em 13,30% das casas a água para consumo é sem tratamento. Já as instalações sanitárias de 54,60% das casas possuem banheiro e água da rede pública, e em 35,10% há banheiro com água encanada.

No item referente à destinação do lixo doméstico, em 47,10% das propriedades, ele é recolhido por carros da prefeitura, e em 52,10% o lixo é enterrado ou queimado (na maioria dos municípios, no interior há apenas o recolhimento mensal do lixo seco, por isso a necessidade de dar destinação ao restante do lixo produzido).

O acesso à saúde ocorre por meio dos postos de saúde para 68,10% dos respondentes, por intermédio do atendimento de agentes de saúde para 66,50% dos casos, e em Hospital da rede pública para 36,10% dos agricultores. Outros 4,60% relatam que possuem plano de saúde ou pagam pelos atendimentos ou procedimentos médicos. Nessa variável, pode ocorrer mais de uma alternativa simultaneamente. Já sobre a forma de classificação do acesso à saúde nos últimos 20 anos, 61,80% dos respondentes acreditam que houve melhora, pois a qualidade da

saúde pública e gratuita também melhorou. Para 13,70% a melhora ocorreu porque os tratamentos médicos são pagos ou por intermédio de planos de saúde. Não houve alteração para 16,40% dos respondentes, e para 8% o acesso à saúde piorou, pois não possuem recursos para as despesas médicas e a saúde pública é ruim.

Os serviços de saúde na região COREDE Missões são disponibilizados em 11 (onze) hospitais situados em 10 (dez) cidades. Os hospitais que são referência, como centros regionais de alta complexidade, estão localizados nos municípios de Santo Ângelo (02 hospitais), Giruá e São Luiz Gonzaga. Todos os municípios da região contam com atendimento básico de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Como já analisado na Tabela 1, o indicador IDESE Saúde da região apresenta a média mais alta (0,811), sendo que o indicador estadual é de 0,819. Vale ressaltar que a região conta com grande número da população em idade avançada, provocando uma mudança relativa ao tipo de atendimentos hospitalares e de atenção básica em saúde (WBATUBA et al., 2017).

Nessa área, Baptistini e Figueiredo (2014) destacam o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, profissionais que atuam em atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, com ações educativas individuais e coletivas, mediante visitas domiciliares e na comunidade. Geralmente os agentes de saúde residem na comunidade em que desempenham o seu trabalho e, por vivenciar os problemas, se envolvem com as questões que afetam a saúde e o bem-estar das famílias residentes na sua área de atuação. Entre os desafios, principalmente para aqueles que trabalham em zonas rurais, está o acesso aos domicílios rurais, distantes ou com muitos obstáculos.

O Agente de Saúde permanece em contato com a comunidade, e une dois universos culturais distintos, o científico e o popular, contribuindo para o trabalho de vigilância e a promoção da saúde, além de desenvolver ações para a integração entre as equipes de saúde e a população. Em muitos casos, é a única presença de política pública percebida pelos residentes em áreas rurais. A população atendida reconhece a importância das atividades destes profissionais, estando satisfeita com seu trabalho. Os agentes são vistos como elementos que facilitam a ligação entre a comunidade e os serviços de saúde, as relações entre indivíduos, famílias, comunidade com o sistema local de saúde (BORGES et al., 2016).

Quando convidados a responder ao questionamento sobre qual a tecnologia (implantada na propriedade nos últimos 20 anos) que mais contribuiu para o aumento da produtividade, a maioria dos participantes queria marcar mais que uma ou todas as alternativas. Como a pergunta pedia a escolha de uma principal tecnologia, as máquinas agrícolas, como tratores, plantadeiras e colheitadeiras foi a opção escolhida por 39,90% dos respondentes. Em segundo lugar, a

energia elétrica foi apontada por 30,40% do total, e o melhoramento genético de animais e as técnicas de manejo por 23,20% dos agricultores.

Com relação ao tempo em que a propriedade possui acesso à internet, a maior parte das propriedades (40,30%) tem acesso à internet entre 1 e 5 anos, enquanto 23,60% acessa há mais de 6 anos. Além disso, 22,40% dos respondentes não possuem acesso à internet em suas propriedades. O acesso ao transporte é feito com a utilização de veículo próprio por 94,70% dos respondentes, e apenas 4,20% relatam que o transporte público passa na propriedade.

Entende-se que, em termos de qualidade de vida, os beneficiários estão satisfeitos com suas relações pessoais, o apoio social e a suas atividades sexuais, bem como com seus níveis de energia e sono e suas atividades da vida cotidiana. Por outro lado, apresentam menores níveis de satisfação quanto aos aspectos relacionados a segurança física e proteção, recursos financeiros, oportunidade de adquirir novas informações e habilidades, atividades de recreação e lazer. Ainda em relação à qualidade de vida, quando questionados sobre o nível de satisfação geral, 71,5% dos respondentes a classificaram como boa.

Na sequência, com o objetivo identificar possíveis diferenças de percepção relativa a cada uma das variáveis examinadas, a Análise de *Clusters* visa classificar os beneficiários em grupos com características semelhantes.

4.6 ANÁLISE DE *CLUSTERS*

Após a construção das escalas de qualidade de vida e bem-estar financeiro, as mesmas foram utilizadas como variáveis de entrada para a análise de *cluster*. A Tabela 22 apresenta os resultados da análise, bem como uma análise de variância (Anova) para identificação de possíveis diferenças entre os *clusters*.

A análise resultou em três *clusters* distintos. O *cluster* 1 é composto por um grupo de 29 beneficiários que apresentam as piores percepções para os quatro domínios da qualidade de vida e para o bem-estar financeiro. No *cluster* 2, o maior grupo (123 beneficiários), predominam as percepções intermediárias. Ao passo que no *cluster* 3 tem-se os indivíduos com as melhores percepções médias. A Anova e o testes *post hoc* (não reportados na tabela) indicam que, para as quatro dimensões da qualidade de vida, as diferenças entre os três grupos são significativas.

Tabela 22 – Média, desvio padrão, e anova dos *clusters* formados pelo método de *Ward*

Escala/Domínio	Cluster 1 (n=29)		Cluster 2 (n=123)		Cluster 3 (n=111)		Anova
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	
Físico	54.19	8.59	65.43	9.65	80.25	7.70	139.63*
Psicológico	54.80	8.04	67.68	8.23	75.86	6.98	93.86*
Relações Sociais	55.03	10.17	74.25	8.11	78.49	8.59	64.64* ^a
Ambiental	50.22	8.14	60.77	8.15	70.04	7.50	86.83*
Bem-Estar Financeiro	53.02	8,72	53.25	12.88	56.71	10.83	2,91

* Significativo a 1; a Teste F robusto de Welch devido à ausência de homogeneidade das variâncias.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Já para a escala de bem-estar financeiro, a Anova não foi significativa, indicando que os grupos apresentam percepções semelhantes de bem-estar financeiro. O *cluster 1* caracteriza-se por uma certa indiferença em relação à qualidade de vida (em torno de 55 pontos), já o grupo 3 percebe-se, em média, como uma boa qualidade de vida. Do mesmo modo que na análise geral, em todos os grupos, o domínio com as piores percepções é o ambiental. Em todos os grupos, o bem-estar financeiro apresenta os valores médios mais baixos, todos em torno de 50%, indicando que, em todos os três grupos, a percepção de bem-estar financeiro é pior do que a de qualidade de vida.

Buscou-se avaliar se os diferentes grupos são distintos quanto a outras variáveis relativas a suas características sociodemográficas, financeiras e da sua propriedade. A Tabela 23 apresenta os resultados do teste *qui-quadrado* e do *V de Cramer*, os quais avaliam associação entre os *clusters* e as demais variáveis analisadas.

Os resultados indicam que todas as associações são significativas e baixas. O *cluster 1*, com as piores percepções de qualidade de vida, é também o *cluster* com maior percentual de propriedades mais distantes (acima de 20 km), com mais beneficiários que não possuem cartão de crédito e que gastam igual ou mais do que ganham. Além disso é o *cluster* com mais baixo nível educacional e com menores rendas. Também apresenta o menor percentual de entrevistados associados a cooperativas e satisfeitos com sua situação financeira. Por outro lado, o *cluster 3*, de melhor qualidade de vida, também é o *cluster* onde predominam propriedades mais próximas dos municípios, mais associados a cooperativas e associações. Seus integrantes possuem maiores níveis de renda, de educação, mais acesso a cartão de crédito, conseguem gastar menos do que ganham e também a maioria está satisfeita com a sua situação financeira.

Tabela 23 – *Qui* quadrado e *V* de *Cramer* para a associação entre os *clusters* e as demais variáveis

Variável	Categorias	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	<i>Qui-Quadrado</i>	<i>V de Cramer</i>
Distância da Propriedade	Até 5km	20.7%	21.5%	41.4%	20.779*	0.200*
	Entre 6Km e 10Km.	17.2%	37.2%	27.0%		
	Entre 11Km e 20 KM	37.9%	31.4%	24.3%		
	Acima de 20 km	24.1%	9.9%	7.2%		
Renda Bruta Mensal Familiar	Até R\$2000,00	58.6%	35.7%	23.3%	13.629*	0.167*
	De R\$2000,01 a R\$4000,00	24.1%	33.9%	43.7%		
	Acima de R\$4000,00	17.2%	30.4%	33.0%		
Nível Educacional	Até Ensino Fundamental	82.8%	71.5%	56.8%	9.582*	0.191*
	Ensino Médio ou Superior	17.2%	28.5%	43.2%		
Possui Cartão de Crédito	Não	69.0%	46.3%	38.7%	8.520*	0.180*
	Sim	31.0%	53.7%	61.3%		
Gastos	Gasta menos do que ganha	31.0%	50.4%	68.5%	15.890*	0.246*
	Gasta igual ou mais do que ganha	69.0%	49.6%	31.5%		
Faz parte de Associação ou Cooperativa	Sim	51.7%	70.7%	79.3%	8.970*	0.185*
	Não	48.3%	29.3%	20.7%		
Grau de Satisfação Financeira	Insatisfeito	13.8%	13.9%	8.1%	15.205*	0.170*
	Indiferente	41.4%	28.7%	15.3%		
	Satisfeito	44.8%	57.4%	76.6%		

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Esses resultados refletem a diversidade e a complexidade existentes na agricultura familiar e demonstram a importância das políticas públicas na área, como programas que possam contribuir para diminuir as desigualdades sociais ainda existentes. Apesar de o Pronaf viabilizar melhorias em várias áreas da agricultura familiar, há ainda muito a construir quando se verifica que grande parte dos estabelecimentos que estão na categoria familiar não consegue obter rendimentos suficientes na propriedade.

Cita-se alguns estudos que abordam essa temática. Em pesquisa com a utilização da análise de *clusters*, visando identificar grupos homogêneos de municípios e tendo por base a capacidade de geração de valor e a produtividade dos estabelecimentos agropecuários familiares, foi observada a existência de municípios com pouca produtividade em todas as regiões brasileiras. Entretanto, a maior parte dos *clusters* foi formada por municípios situados em regiões com distribuição menor de recursos do Pronaf. Mais da metade dos municípios da região Nordeste pertencem aos *clusters* mais vulneráveis, com captação menor de recursos do Pronaf. Já os municípios das regiões Sul e Sudeste estão inseridos nos *clusters* com maior capacidade de geração de valor econômico e possuem maior captação de recursos do Pronaf.

Essa diferenciação na distribuição dos recursos Pronaf contribui para ampliar o desequilíbrio socioeconômico regional na agricultura familiar brasileira. Diante dessa heterogeneidade na agricultura familiar, o estudo aponta a necessidade analisar a política pública devido à contradição existente entre a vulnerabilidade dos agricultores desses municípios e o direcionamento dos recursos do principal programa de fortalecimento da agricultura familiar do país (SILVA; CASTRO; PEREIRA, 2019).

Na análise da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul, ao avaliar o grau da diversificação produtiva, Menezes (2016) verificou a possibilidade de estabelecer a relação entre a evolução de liberações do PRONAF e o tipo dos estabelecimentos de agricultura familiar nas microrregiões gaúchas, e a formação de *clusters* na liberação do PRONAF. Foi apontada uma representatividade maior da agricultura familiar em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, sendo a agricultura não familiar mais representativa em relação à área ocupada. O maior percentual de recursos Pronaf liberados não ocorre nas microrregiões com maior concentração de agricultores familiares, pois as microrregiões com menor diversificação produtiva são as que mais recebem custeio agrícola. A política pública do PRONAF deve ser reavaliada e melhorada constantemente, para assim facilitar e garantir o acesso ao crédito, diminuir a vulnerabilidade e a pobreza no meio rural e, por meio da diversificação produtiva, estimular o desenvolvimento multidimensional dos agricultores familiares (MENEZES, 2016).

Comprovou-se que os resultados gerais com o Pronaf na região analisada são satisfatórios, havendo necessidades de alguns ajustes para que o programa contribua ainda mais para o desenvolvimento da agricultura familiar. As percepções dos beneficiários são positivas com relação à qualidade de vida e intermediárias no que se refere ao bem-estar financeiro. No capítulo seguinte, são apresentadas as considerações finais sobre o estudo, as limitações da pesquisa e sugestões de trabalhos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a agropecuária cumpre importante papel no crescimento da economia, com a produção de alimentos e insumos para diversas áreas, tanto no mercado interno quanto no externo. Devido a essa relevância histórica, a área agrícola passou a exigir políticas creditícias específicas para o financiamento da produção. O segmento da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento econômico regional e durante muito tempo não obteve destaque na elaboração das políticas públicas direcionadas para esse grupo específico. Com a criação do Pronaf, na década de 1990, o país passa a ter uma política pública de financiamento para os agricultores de pequeno porte, visando ao aumento da capacidade produtiva, à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida. O fortalecimento da agricultura familiar pode ser visto como essencial para uma sociedade mais eficiente economicamente e socialmente mais justa.

Entender as características históricas que envolvem a agricultura familiar no Brasil contribui para a compreensão do seu contexto atual. Um país, com uma área imensa, com uma grande diversidade cultural, clima e solos diferentes em todas as regiões, apresenta também uma evidente desigualdade social, tanto na distribuição de renda quanto na de terras. Na agricultura, têm-se as áreas com extrema pobreza, outras de médio porte e também a agricultura empresarial, com todo capital para investimentos em tecnologias, que propiciam produtividade destacada mundialmente. Por se tratar de uma política pública com aporte elevado de recursos públicos, o Pronaf precisa ser avaliado continuamente, para verificar se a execução do programa tem atingido seus objetivos.

Assim, este estudo se propôs a analisar a percepção quanto ao gerenciamento e ao bem-estar financeiro, bem como à qualidade de vida de beneficiários do Pronaf residentes na região de abrangência do COREDE Missões/RS. Para isso, realizaram-se 263 entrevistas com beneficiários do programa residentes nos 25 municípios da região. Foram abordados aspectos relacionados às características do financiamento, às condições de produção e renda, e às dimensões habitacional, educacional, financeira, de saúde e de qualidade de vida.

Os resultados do estudo indicam que os recursos obtidos via Pronaf são utilizados tanto para custeio quanto para investimentos, tendo proporcionado aos agricultores as condições para aquisição dos insumos, equipamentos, máquinas e novas tecnologias que contribuem para melhoria do trabalho e da produtividade na propriedade. Com isso, é possível aumentar a capacidade produtiva, agregar valor à produção, gerar emprego e renda, bem como a profissionalização do trabalhador e a modernização do sistema produtivo. A maioria dos

agricultores utiliza o Pronaf há mais de cinco anos, demonstrando que ele já está incorporado ao sistema produtivo na região. Para muitos, devido aos elevados custos de aquisição e de produção, o acesso às novas tecnologias só é viável em virtude da possibilidade de financiamento desses itens.

A produção de grãos (principalmente soja, milho e trigo) é a atividade apontada como principal fonte de renda, seguida da produção de leite e derivados, além da produção de carne ou derivados. A maior parte da comercialização é realizada com a entrega da produção para cooperativas ou associações, além da venda para o comércio em geral. A comercialização para os programas públicos direcionados para compras da agricultura familiar (PAA, PNAE) é pouco representativa.

Vale ressaltar aqui a importância apontada para a variável relativa a fazer parte de alguma associação ou cooperativa, demonstrando a força do associativismo para o desenvolvimento dos municípios e o fortalecimento da agricultura familiar na região. As cooperativas ou associações de produtores buscam atender as necessidades coletivas, fortalecendo cada membro desses grupos. A união de vários produtores possibilita melhores resultados econômicos e sociais, sendo o trabalho coletivo fator fundamental para a viabilidade e o êxito na agricultura familiar. Outro fator importante citado é o destaque para o trabalho de assistência técnica e extensão rural. Essas orientações são essenciais para o manejo correto, com uso adequado, de produtos e recursos disponíveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Em síntese, os dados mostram que o acesso ao crédito propicia aos agricultores a aquisição de insumos adequados, a inovação tecnológica, o suporte técnico e o aumento da capacidade da produção. Na análise da percepção dos beneficiários com relação às melhorias que o Pronaf proporciona, os resultados evidenciam a importância do programa para o desenvolvimento das propriedades da região.

Ao analisar a infraestrutura, os resultados mostram que a maioria das propriedades beneficiadas possui uma estrutura básica adequada, com energia, água encanada, casas de alvenaria e com acesso a tecnologias. Com relação à dimensão habitacional, os beneficiários estão muito satisfeitos com o local onde moram, o que demonstra que os investimentos que estão sendo feitos em melhorias na propriedade têm trazido também benefícios importantes para as condições de vida diária.

Entre os pontos que apresentam alguma dificuldade, cita-se o recolhimento de lixo doméstico, indisponível ou com pouca frequência em alguns municípios, e o acesso ao transporte público, que precisa ser feito com o uso de veículo próprio na maioria dos

municípios. Com relação ao recolhimento do lixo doméstico, alguns municípios ainda não contam com uma estrutura adequada de recolhimento, enquanto, na maior parte dos municípios, o recolhimento é feito regularmente. Os fatores relativos ao saneamento básico são importantes para promover a qualidade de vida. Por isso, cada município precisa dar especial atenção ao atendimento desse âmbito também nas áreas rurais, pois é fundamental para a permanência do agricultor no campo e o bem-estar da população.

A qualidade de vida e saúde no geral é percebida pela maioria dos entrevistados como boa ou muito boa. O acesso aos serviços de saúde acontece, principalmente, através de agentes e postos de saúde, e a maior parte dos participantes utiliza o sistema de saúde público e gratuito. Os beneficiários percebem que o acesso à saúde tem melhorado ao longo dos anos e estão satisfeitos com a sua saúde.

Com relação à análise da qualidade de vida, por meio da escala *WHOQOL-Bref*, os resultados indicam uma percepção geral positiva, sendo as dimensões mais significativas as dos domínios físico e de relações sociais, enquanto o ambiental é o que apresentou o pior desempenho. Portanto, há alguns aspectos do domínio ambiental que necessitam ser melhorados, como os relativos a participação e oportunidades de recreação ou lazer. Os resultados apontam que há poucas opções, dificuldades de acesso ou pouco tempo disponível para as atividades de lazer. Em síntese, quanto à qualidade de vida, há percepções muito satisfatórias nas dimensões saúde, habitação e relações pessoais, com alguns aspectos do domínio ambiental que necessitam ser melhorados

Quanto ao bem-estar financeiro, verificou-se que grande parte possui bons hábitos financeiros, gastando menos ou igual ao que ganha, com o controle dos gastos regulares, não possuindo dívidas além do Pronaf e guardando dinheiro para casos de necessidade ou emergências. Os beneficiários tendem a se preocupar com o pagamento das despesas do dia a dia, sendo que o pagamento do crédito Pronaf pode estar entre as despesas relevantes para esse contexto. Nesse sentido, enfatiza-se a sugestão de medidas governamentais, como a ampliação dos prazos de financiamento, a diminuição dos juros, sem a inclusão de produtos ou cobrança de taxas abusivas pelos agentes financeiros, as quais são formas efetivas de redução do impacto da dívida na vida financeira dos beneficiários. Percebe-se também a necessidade de orientação ou suporte educacional nas áreas de planejamento e gestão financeira, contribuindo para uma eficiente alocação dos recursos recebidos e controle dos custos da propriedade.

Em síntese, os resultados confirmam que o programa tem conseguido atingir o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos beneficiários, com algumas dimensões que impactam na qualidade de vida ainda apresentando sinais de que existem desafios a serem superados. Quanto

à percepção financeira, apesar de a maioria estar satisfeita com a sua situação, existe uma parcela considerável que está insatisfeita ou é indiferente. Tais resultados podem indicar que, apesar do aumento da renda devido à elevação da produção, alguns beneficiários ainda não conseguiram organizar sua vida financeira. Em geral, os beneficiários estão satisfeitos com a situação financeira e apresentam nível de bem-estar financeiro intermediário.

Quando os indivíduos são analisados em grupos, com a formação dos *clusters*, observou-se que, dos três *clusters* formados, o que possui os integrantes com as melhores percepções de qualidade de vida tem percentual superior de integrantes com maiores níveis de renda, de educação e satisfação com a situação financeira, ao passo que o cluster que possui os componentes com as piores percepções de qualidade de vida e de bem-estar financeiro é composto por aqueles que gastam igual ou mais do que ganham, possuem menor nível educacional e de renda.

Esses resultados refletem a diversidade e a complexidade existente na agricultura familiar e demonstram a importância das políticas públicas na área, como programas que possam contribuir para diminuir as desigualdades sociais e regionais ainda existentes. Apesar de o Pronaf viabilizar melhorias em várias áreas da agricultura familiar, há ainda muito a construir, quando se verifica que muitos dos estabelecimentos que estão na categoria familiar não conseguem obter rendimentos suficientes na propriedade e não têm acesso às linhas de crédito públicas.

Como contribuições do estudo para a gestão pública, destaca-se a necessidade de maiores investimentos do governo federal em defesa do programa, não permitindo que as instituições bancárias façam a cobrança de taxas ou a venda de produtos que impactam nos custos do crédito para os pequenos agricultores. Ainda, deve-se promover mudanças para uma política mais voltada ao desenvolvimento rural sustentável, considerando as necessidades dos agricultores familiares (acessível a todos), e que contribua para a permanência dos jovens no campo.

Com relação à região, destaca-se que a maioria dos municípios está bem estruturada, promovendo ações para melhoria da qualidade de vida para seus cidadãos, porém, em alguns, há carência de investimentos nas áreas de infraestrutura, acesso à saúde e ao lazer. Muitas vezes, ações simples propiciam grandes benefícios para sociedade. São ações ligadas a integração social, atividades esportivas, promoção da autoestima e do bem-estar físico e psicológico, cursos e palestras sobre aperfeiçoamento e valorização do trabalhador rural, entre outras. Cita-se a importância dessas atividades desenvolvidas pelas secretarias de saúde e ação social dos municípios, pelos agentes comunitários de saúde, órgãos de extensão rural e

sindicatos de trabalhadores rurais. Cada município poderia se estruturar para oferecer esses benefícios à sua população.

Além disso, dado que grande parte dos beneficiários possui até o ensino fundamental, seria interessante a utilização de cursos de gestão de propriedades agrícolas. A oferta de outros cursos, tais como empreendedorismo, alfabetização financeira, planejamento do orçamento e gestão financeira, pode contribuir para um maior entendimento dos contratos, melhorar os comportamentos financeiros e promover a gestão adequada do empreendimento rural. Tais cursos poderiam ser oferecidos ou intermediados pelas cooperativas e associações das quais a maioria dos beneficiários faz parte, órgãos de assistência técnica, entidades como SENAR, ou com a realização de projetos de extensão de universidades que atuam na região. E, entre as estratégias para a melhoria da situação educacional, entende-se que políticas públicas que levem o ensino ao campo podem proporcionar avanços importantes. Um caminho possível seria a utilização de toda a estrutura de ensino a distância já desenvolvida pelo governo, para oferecimento de cursos de ensino médio e tecnológicos voltados a esse público.

Como contribuições do estudo para a gestão pública local, destaca-se que, na maior parte das variáveis analisadas, os resultados positivos são obtidos por meio do trabalho integrado dos diversos agentes ou setores responsáveis pelo funcionamento dos programas ligados à agricultura. Dessa forma, as melhorias a serem implementadas dependem desses mesmos agentes, pois os resultados serão percebidos por todos os envolvidos. Daí a importância do trabalho conjunto entre agricultores, órgãos e entidades de assistência técnica, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras municipais e os agentes financeiros. A avaliação das políticas públicas faz parte do processo de melhoria do programa, sendo um instrumento relevante para o fomento de ações do poder público. Conhecer as características dos programas governamentais e os resultados produzidos na economia das comunidades regionais pode contribuir para a melhor alocação desses recursos públicos, produzindo melhores resultados para todos os envolvidos.

Este estudo empreendeu muitos esforços para a obtenção de dados em todos os vinte e cinco municípios do COREDE Missões, tornando a amostra representativa dessa região. Entretanto, como limitação, cita-se a impossibilidade de generalização dos resultados para as demais regiões brasileiras, abrindo, assim, espaço para que a pesquisa possa ser replicada em outras localidades.

Sem ter a pretensão de esgotar a temática, o estudo inova por avaliar o bem-estar financeiro dos pronaianos e também a qualidade de vida em uma região ainda não pesquisada.

Como contribuições futuras, sugere-se a realização de estudos que permitam ampliar a avaliação da política pública nesses temas, uma vez que contribuem para a elaboração políticas públicas ajustadas às reais necessidades do agricultor familiar, proporcionando crescimento econômico com desenvolvimento local e regional. No campo financeiro, analisar quais recursos contribuem na composição da renda das famílias, como elas priorizam os gastos, quais os principais itens consumidos e os impactos na renda mensal, como é realizado o controle dos custos e pagamento da dívida, quanto representa o custo das taxas e produtos bancários indiretos no montante do valor contratado, os resultados monetários com a atividade produtiva financiada pelo programa são questões ainda por investigar. Já em termos de qualidade de vida, um estudo longitudinal das famílias que contratam o Pronaf sucessivamente poderia revelar o impacto de longo prazo do Programa na melhoria da vida dos beneficiários.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, April 14-16, 2010, New Delhi, India.
- ALEIXO, C. E. M. et al. Impactos do PRONAF nos indicadores de qualidade de vida de seus beneficiados no assentamento Santana-CE. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO - CSBSP**, 7, Fortaleza. Anais..., Fortaleza, p. 1-11, 2007.
- ALMEIDA, M.A.B.; GUTIERREZ, G.L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012. 141 p.
- AMARAL, L. S. et al. Como a Agricultura Familiar se Insere nos Mercados Agroalimentares? Uma Análise de Experiências no Estado do Rio Grande do Norte. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 15, n. 2, p. 33-53, 2018.
- ANNES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: Lógicas Diferentes? *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 23, n. 2, p. 112-134, 2018.
- ARBER, S.; FENN, K.; MEADOWS, R. **Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain**. *Social Science & Medicine*, v. 100, p. 12-20, 2014.
- AZEVEDO, R. M. M.; RODRIGUES, C. G. O. Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 15, n. 2, p. 131-145, 2015.
- BAKER, M. J. Selecting a research methodology. *The Marketing Review*. **Westburn Publishers Ltda**, v. 1, p. 373-397, 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de crédito rural (MCR): Atualização MCR 668**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019.
- _____. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- _____. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- _____. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO – BNDES. **Pronaf - Itens Financiáveis**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-itens-financiaveis>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BAPTISTINI, R.A.; FIGUEIREDO, T.A.M. Agente comunitário de saúde: desafios do trabalho na zona rural. **Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 17, 2014. p. 3-70. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200005>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BARBE, L. C.; VIANA, H. S. As condições de vida no projeto de assentamento tabuleiro no Município de Unaí-MG: o acesso ao crédito para o desenvolvimento rural. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 14931-14948, 2019.

BATAGLIN, J. C. **A gestão do Pronaf e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, 2012.

BATISTA, H. R.; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 147-166, 2014.

BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para discussão, n. 2028).

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BIELINSKI, M.; OLIVEIRA, M. O. R.; FLORES, S. A. M. O Uso do Cartão de Crédito no Comportamento de Compra Impulsiva de Jovens Universitários. **International Journal of Business & Marketing**, v. 2, n. 2, p. 55-55, 2017.

BINDER, M.; COAD, A. Heterogeneity in the relationship between unemployment and subjective well-being: a quantile approach. **Levy Economics Institute, Working Papers Series**, n. 808, 2014.

BORGES F.A. et al. Gerenciamento em saúde: o olhar de trabalhadores da saúde da família rural. **Cienc Cuid Saude**. v. 15, n. 3, 2016; p. 466-73.

BOTH, B. et al. Análise do desenvolvimento sócio-econômico: um estudo Dos municípios do Corede Missões – RS. In: JORNADA DE PESQUISA, 12, SALÃO DO CONHECIMENTO, UNIJUÍ, 2017, Ijuí. **Anais...** Ijuí: UNIJUÍ, 2017. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7772/6509>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRASIL. **Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 28 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

_____. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONAF**. Brasília, [s.d.]. (Seção de página eletrônica). Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Resolução n. 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2013. Seção 1, p. 7.

_____. **Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018**. Diário Oficial [da] União [da] República Federativa do Brasil, Casa Civil, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, Edição 165, Seção 1, p. 4. Disponível em: <http://www.impresnacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397>. Acesso em 20 nov. 2019.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 2, n. 2, Maio/Ago. 2014.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 29, p. 9, 2017.

CAMPARA, J. P. **Beneficiários do Programa Bolsa Família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CARNEIRO, M. J.; EUSÉBIO, C. Segmentation of the tourism market using the impact of tourism on quality of life. **Tourism & Management Studies**, n.1, v. 7, p. 91-100, 2011.

CARVALHO et al. Qualidade de Vida de Produtores Vinculados a Associações Rurais. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2012. Disponível em: <<https://www.inovarse.org/filebrowser/download/15861>> Acesso em: 15 mar. 2020.

CASTRO, F. J. A.; CAMPOS, R. T. Os Impactos do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar na qualidade de vida dos beneficiários no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista de Desenvolvimento do Ceará**, n. 1, Nov., 2010. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/revista/artigos_nov/OS_IMPACTOS_DO_PROGRAMA_NACIONAL_DE_FORTALECIMENTO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_06.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para discussão, n. 1974).

CELESTE FILHO, M. A educação rural concebida por organismos internacionais e suas repercussões no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, e 240055, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100237&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHAN, K.Y. K.; CHAN, S. F.; CHAU, A. W. L. Financial knowledge and aptitudes: impact on college students' financial well-being. **College Student Journal**, v. 46, n. 1, p. 114, 2012.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

COLLETA, B. K. D. et al. Instrumentos de gestão financeira utilizados pelos produtores de grãos de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul. **Revista Agrarian**. v. 6, p. 346-357, 2013.

COLLINS, D. et al. **Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on \$2 a Day Hardcover**. 1. ed. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)** - janeiro 2020. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-1>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2015). **Financial Well-Being: the Goal of Financial Education. Washington DC: Consumer Financial Protection Bureau**, 2015. Disponível em: <https://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2017). **Financial Well-Being Scale Scale development technical report**. Disponível em: <https://files.consumerfinance.gov/f/documents/201705_cfpb_financial-well-being-scale-technical-report.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018

COUTO, F. F.; CARRIERI, A. P.; CKAGNAZAROFF, I. B. Participação na Avaliação de Políticas Públicas: A Pesquisa Construtivista e a Quarta Geração de Avaliação. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 20, n. 1, p. 36-55, 2019

CUI, C.; I –JUN, C.; YAN, G. Family Resource Management Style and Life Adjustment of Low-Income Single Mothers in China. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v. 40, n. 6, p. 959-970, 2012.

CUNHA, C.G.S. da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Seplag-RS, 12. ed, dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298/4056>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DALCIN, D. et al. A captação de recursos e contratos do PRONAF no Rio Grande do Sul: um estudo dos COREDES (2013–2016). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais...** 2017.

- D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Análise de Impacto 'ex ante' de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 87-113, 2019.
- DELAFROOZ, N.; PAIM, L. H. Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 24, p. 10.092-10.100, 2011.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.P.P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DIENER, E.; LUCAS, R. E.; OISHI, S. **Subjectivewell-being. Handbookof positive psychology**, p. 63-73, 2002.
- DINIZ, A. P. C. et al. Bem-Estar Financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, p. 186-202, dez. 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/6317>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. EnglewoodCliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.
- FAGOTTI, L.N. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 9, n. 1 e 2. 2017.
- FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019. Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019.
- FERENTZ, L.M.S. Análise da qualidade de vida pelo método WHOQOL-BREF: Estudo de caso na cidade de Curitiba, Paraná. **Revista Estudo & Debate**, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2017. ISSN 1983-036X. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1359>>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- FERNANDES, D. M.; KARNOPP, E. O cooperativismo como indutor da inclusão social no território: casos no Brasil e na Argentina. **Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13273/2435>>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- FIELD, A. **Descobrimdo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLECK, M. P. de A. et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista Saúde Pública**, v. 34, n. 2 São Paulo, abr. 2000.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FONSECA, M.H. da. **Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de Ponta Grossa**. 2018. 84 f.: il.

FONTOURA, A. F. (2012). **A produção para autoconsumo: característica e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS**. Dissertação (Mestrado Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria: UFSM. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Dissertacao_Andreia_Furtado_da_Fontoura.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FORTINI, R. M.; SILVEIRA, S. F. R.; MOREIRA, V. de S. O impacto do Pronaf B sobre a satisfação dos agricultores familiares de Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 4, p. 86-103, 2017.

FRAGA, L. S. **Programa Minha Casa Minha Vida: Uma análise do endividamento e de fatores comportamentais**. 2017, 207 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

FREUND, J. E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **PIB Municipal**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/seriehistorica/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

FUZINATTO, N. M. et al. Os Impactos do Cooperativismo de Produção no Desenvolvimento de Pequenos Municípios. **Gestão e Sociedade**, v. 13, n. 35, p. 2901-2929, 2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, Brasília, Jan./Mar. 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, J.R.A.A.; HAMANN, E.M.; GUTIERREZ, M.M.U. Aplicação do WHOQOL-BREF em segmento da comunidade como subsídio para ações de promoção da saúde. **Revista brasileira de epidemiologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 495-551, abr./jun. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental - Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2018.

GOUVEIA, C. N. N. A. (2010). **Análise do impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qualidade de vida de jovens agricultores paraibanos**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7000/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf Dez Anos Depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

GUANZIROLI, C. E., BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUANZIROLI, C.E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Garamond. Rio de Janeiro. 2001. 284 p.

GUEDES, A. C.; GAZELLA, A. A. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 4, p. 1249-1261, out./dez. 2019.

HAGERTY, M. R.; VEENHOVEN, R. **Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness**. Social indicators research, v. 64, n. 1, p. 1-27, 2003.

HAIR JUNIOR, et al. **Multivariate data analyses**. 7. ed. Nova Jersey: Pearson, 2010.

HERCULANO, S.C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.F.de S; FREITAS, C.M. (orgs.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: EDUFF, p. 23-24, 334p., 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018. Fonte: Censo Agropecuário 2006 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

_____. **IBGE Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

JOO, S. Personal financial wellness. In: XIAO, J. J. (Ed.). **Handbook of consumer finance research**. New York: Springe, 2008, p. 21–34.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

KIM, J.; GARMAN, E. T.; SORHAINDO, B. (2003). Relationships among credit-counseling clients' financial wellbeing, financial behaviors, financial stressor events, and health. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 14(2), 75-87.

KLUTHCOVSKY, A. C. G.C.; KLUTHCOVSKY, F. A. O *WHOQOL-bref*, um instrumento para avaliar qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 31, n. 3 supl, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v31n3s0/v31n3a07s1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 50, p. 169 - 182, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LANDEIRO, G. M. B. et al. Revisão sistemática dos estudos sobre qualidade de vida indexados na base de dados SciELO. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4257-4266, Out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001100031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LASWELL, H. D. **Politics: Who GetsWhat, When, How**. Cleveland: MeridianBooks. 1936/1958.

LEAL, C. M. da S. **Reavaliar o conceito de qualidade de vida. Portugal**: Universidade dos Açores, 2008.

LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista de Ciência Gerenciais**, v. 15, n. 22, p. 163-183, 2012.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIZOTE, S. A. et al. Finanças Pessoais: Um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de Uma Instituição de Ensino Superior. **Revista da Unifebe**, Brusque, v. 1, n. 19, p.71-85, set. 2016.

LOWN, J. M.; JU, I. S. A model of credit use and financial satisfaction. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, p. 105-125, 1992.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MALONE, K. et al. Perceptions of financial well-being among american women in diverse families. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 1, p. 63-81, 2010.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. Cidade: Unicentro, 2016.

MARQUES, M. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

MARQUES, M. M. L. et al. **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

MARTIN, D. G. et al. Cooperativismo e Participação: Dicotomia entre Gestão Social e Estratégica. **Desafio Online**, v. 7, n. 3, p. 417-434, 2019.

MARTINS, G.A. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 45, Londrina, 2007. **Anais...** Londrina, 2007.

MAZIERO, C.; GODOY M.T.; CAMPOS, J.R da R.; MELLO, N.A. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, **PR. INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 509-522, abr./jun. 2019.

MEAD, L. M. “**PublicPolicy: Vision, Potential, Limits**”. Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENEZES, F.R. **O Pronaf e o grau de diversificação na Agricultura Familiar nas Microrregiões do Rio Grande do Sul**. (Dissertação - Mestrado em Economia e Desenvolvimento) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6633>>. Acesso em 18 jan. 2020.

MEIRELLES, B.H.S. et al. Percepções da qualidade de vida de pessoas com HIV/AIDS. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste - Rene**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 68-76, jul./set. 2010.

MELLO, M; SILVEIRA, S; SILVA, F. Avaliação dos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Vida das Mulheres beneficiárias: *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) de Casos em Municípios de Minas Gerais. In: **EnANPAD**, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2017.

MILHOMEM, J. P. L. et al. **A Influência da Assistência Técnica na Agricultura Familiar**. Enfoque no Assentamento de Maringá, Araguatins-TO. II Congresso Internacional de Ciências Agrárias COINTER-PDVAgro 2017.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-17, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-pronaf>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sobre o Programa**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397-408, Dez. 2016.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA S. F. R.; MOTTER, K. Z. Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38. Rio de Janeiro, 2014. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ANPAD, 2014.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. Modelo de Avaliação de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 28, p. 53-92, 2018.

NORVILITIS, J. M.; SZABLICKI, P. B.; WILSON, S. D. Factors influencing levels of credit card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 33, n. 5, p. 935-947, 2003.

OLIVEIRA, H. A.. **Crédito Rural e geração de renda no município de Morrinhos GO: O caso do Pronaf**. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2015.

OLIVEIRA, L. R.; PASSADOR, C. S. Ensaio Teórico sobre as Avaliações de Políticas Públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 2, p. 324-337, 2019.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida**. Programa de Saúde Mental. Genebra: Grupo Whoqol, 1994. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. OECD Publishing, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária**. Debates CPDA, Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 1, set. 1997.

PEREIRA E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, São Paulo, 2012.

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do PRONAF sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 139-156, 2014.

PESSOA, Y.S.R.Q.; ALCHIERI, J.C. Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 34, n. 2, p. 330-343, June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun.2020.

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PIRES, M. J. S. **Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010**. Brasília: Ipea, 2013.

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, p. 45-64, 2011.

PRAWITZ, A. D. et al. In Charge financial distress/financial well-being scale: Development, administration, and score interpretation. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 17, n. 1, 2006.

RAMALHO, T. B.; FORTE, D. **Proposta de Modelo Estrutural de Bem-Estar Financeiro a Partir de Reflexão Cognitiva e Alfabetização Financeira** (2017). Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/322749980>> Proposta_de_Modelo_Estrutural_de_Bem-Estar_Financeiro_a_Partir_de_Reflexao_Cognitiva_e_Alfabetizacao_Financeira. Acesso em 12 jan. 2020.

RIBEIRO NETO, J. C. **Bem-estar financeiro do consumidor idoso de baixa renda e o uso de instituições bancárias**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <[doi:10.11606/D.12.2019.tde-20122018-121759](https://doi.org/10.11606/D.12.2019.tde-20122018-121759)>. Acesso em: 19 jun.2020.

RÖHNELT, P. B. C., SALAMONI, G. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010

SANTOS, D. B. et al. Predictors of credit card use and perceived financial well-being in female college students: a Brazil-United States comparative study. **International journal of consumer studies**, v. 40, n. 2, p. 133-142, 2016.

SANTOS, L. R. Mulheres que trabalham fora e mulheres que não trabalham fora: existe diferença no gerenciamento financeiro dos dois grupos? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 4, n. 2, p. 95-107, 2010.

SANTOS, P. et al. Os efeitos do PRONAF na renda *per capita* dos municípios mineiros: uma análise a partir de regressões quantílicas. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA

MINEIRA, 16, 2014, Diamantina. **Anais...** Diamantina, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M; MORUZZI-MARQUES, P. E. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 21-51.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. cap.1, p. 09-26.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 404p.

SENA, J. et al. Recursos Financeiros do PRONAF: Um Estudo do Planejamento e Controle Realizados pelos Agricultores Familiares das Associações Comunitárias do Vale do Bananal. In: EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

SEPLAN. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2015a.

SERAFIM, M.P; DIAS, R.D.B. **Análise de política: uma revisão da literatura**. Caderno Gestão Soc., 2012; 3(1), p.121-134.

SILVA, A. F. et al. Finanças pessoais: um estudo sobre a utilização do orçamento pelos alunos graduandos em Ciências Contábeis da FSG. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 07, v. 4, n. 2, p. 361-379, 2014. **Anais...** 2014.

SILVA, R. P. da; CASTRO, N. R.; PEREIRA, F. de O. Geração de valor econômico na agricultura familiar: diferentes retratos do produtor rural brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 17, n. 1, p. 56-80, 22 ago. 2019.

SILVA, R. A. da. **Impactos do PRONAF em municípios selecionados de Santa Catarina**. 2016. 267 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2016.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. **Impactos Econômicos do PRONAF em Territórios Rurais: um estudo para o médio Jequitinhonha - MG**. Revista Econômica do Nordeste, p. 481-498, 2009.

SILVEIRA NETO, R.M.; MENEZES, T. A. de. Preferência revelada e arbitragem espacial: determinando um *ranking* de qualidade de vida para as regiões metropolitanas do Brasil.

Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p. 361–380, out/ dez. 2008.

SOARES JUNIOR, D. et al.. Aspectos da Heterogeneidade nas Agriculturas Familiares da Microrregião de Toledo/PR e do Território Norte Pioneiro Paranaense. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 283-300, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas. In: HOCHMAN, G. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

STAMM, C.; AVELAR, F.M. Agricultura familiar: efeitos do PRONAF na região Oeste do Paraná. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 359-394, jul. 2019. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p359/40935>>. Acesso em: 19 maio 2020.

STRATE, M.F.D.; CONTERATO, M.A. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 24, n.1, p. 227-245, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13052>>. Acesso em: 22 maio 2019.

SUMARWAN, U. **A Managerial System Approach to Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status**. 1990. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.

TOLEDO, E. N. B. **O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito**. 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. A. Análise das Barreiras que Dificultam a Transformação do Agricultor Familiar em Empreendedor Rural no Contexto Brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, v. 13, n. 3, Jul./Set., 2014.

TROIAN, A.; MACHADO, E.. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.109-128>>. Acesso em: 19 maio 2020.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SILVEIRA, J. M. F. J. da. Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura: o paradoxo de Prebisch. **Revista Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 599-629, 2016.

WBATUBA, B.B. R., et al. (Org.). **Plano estratégico de desenvolvimento da região das Missões. Santo Ângelo**: FuRI, 2017. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09152209-plano-missoes.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2020

WIGGINS, S. **Can the Small holder model deliver pover tyr eduction and food security for rapidly growing population in Africa?** FAC, Working Paper N° 08, Overseas Development Department, London, 2009.

WHO. WHOQOL: **Measuring Quality of Life**. Division of Mental Health and Prevention of Substance Abuse, World Health Organization, Geneva, 1997.

WHOQOL GROUP. The development of the/ World Health Organization quality of life assessment instrument (WHOQOL). In: ORLEY, J; KUYKEN, W. (Ed.). **Quality of life assessment: international perspectives**. Heidelberg: Springer Verlag, 1994, p. 41-60.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Sociais e Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Título do projeto: Impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região do COREDE Missões/RS - Uma análise a partir da percepção dos beneficiários.

Pesquisadores responsáveis: Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Todas os 25 municípios do COREDE Missões/RS

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidada(o) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é identificar como os agricultores familiares da região de abrangência do COREDE Missões/RS gerenciam os recursos do PRONAF e quais os impactos produtivos e na percepção de bem-estar financeiro e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Como benefícios, tem-se que através dos resultados poderão ser desenvolvidas ações objetivando a melhoria do gerenciamento financeiro de recursos dos programas de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Do ponto de vista governamental, estes dados podem contribuir para o conhecimento da percepção dos beneficiários do PRONAF sobre a real situação do programa, além da implementação de melhorias, caso sejam necessárias.

É possível que aconteça algum desconforto ao responder as perguntas. Caso você sinta incômodo ou constrangimento com as perguntas, você poderá preferir não responder a algumas questões ou desistir de participar a qualquer momento. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

_____ (cidade), _____ de _____ de 2019.

Assinatura


 Prof.ª Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, PRIVACIDADE E SEGURANÇA DOS DADOS



Termo de Confidencialidade
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Título do projeto: Impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região do COREDE Missões/RS - Uma análise a partir da percepção dos beneficiários

Pesquisador responsável: Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira

Endereço do responsável: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 4212, Centro de Ciências Sociais e Humanas, CEP 97105-900 - Santa Maria – RS.

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Todas os 25 municípios do COREDE Missões/RS

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados através de um questionário estruturado aplicado em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Departamento de Ciências Administrativas, situado na Av. Roraima n^o. 1000, Prédio 74 C, sala 4212, CEP: 97.105-900, Cidade Universitária, UFSM. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Prof^ª. Dr^ª. Kelmara Mendes Vieira. Após esse período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'K. M. Vieira', is written over a horizontal line.

Prof^ª Kelmara Mendes Vieira

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Município:	Entrevistador:	Número:
------------	----------------	---------

1. Quais as linhas de crédito Pronaf você possui no momento?

- 1.01 () Pronaf Custeio.
- 1.02 () Pronaf Mais Alimentos-Investimento.
- 1.03 () Pronaf Agroindústria.
- 1.04 () Pronaf Agroecologia.
- 1.05 () Pronaf Eco.
- 1.06 () Pronaf Floresta.
- 1.07 () Pronaf Semiárido.
- 1.08 () Pronaf Mulher.
- 1.09 () Pronaf Jovem.
- 1.10 () Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.
- 1.11 () Pronaf Cota-Parte.
- 1.12 () Microcrédito Rural.

2. Qual o ano de contratação do último crédito Pronaf?

- 2.01 () Em 2018.
- 2.02 () Em 2017.
- 2.03 () Em 2016.
- 2.04 () Anterior a 2016.

3. Há quanto tempo você utiliza o crédito rural Pronaf?

- 3.01 () Há um ano.
- 3.02 () Há dois anos.
- 3.03 () Há três anos.
- 3.04 () Há quatro ou mais anos

4. Considerando os últimos 15 anos, qual foi a principal utilização do crédito rural Pronaf?

- 4.01 () Custeio agrícola (compreende do plantio a colheita e armazenamento).
- 4.02 () Custeio pecuário (compreende atividades no trato de animais).
- 4.03 () Investimento para aquisição de animais.
- 4.04 () Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares.
- 4.05 () Investimento para aquisição de veículo utilitário ou motocicletas.
- 4.06 () Outras.

5. Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf investimento propiciou para sua propriedade?

(pode marcar mais de uma alternativa).

- 5.01 () Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).
- 5.02 () Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.

- 5.03 () Tanques de expansão, resfriadores, ordenhadeiras, etc.
- 5.04 () Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).
- 5.05 () Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias.
- 5.06 () Outras melhorias.
- 5.07 () Não propiciou melhorias.

6. Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf custeio propiciou para sua propriedade?

- 6.01 () Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.
- 6.02 () Aquisição de sementes transgênicas.
- 6.03 () Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.
- 6.04 () Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.
- 6.05 () Outras melhorias.
- 6.06 () Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

7. Dos alimentos consumidos por você e sua família, o quanto você considera que é produzido em sua propriedade?

- 7.01 () até 25% (cerca de um quarto do que é consumido).
- 7.02 () de 25% a 50% (cerca de metade do que é consumido).
- 7.03 () de 50% a 75% (cerca de três quartos do que é consumido).
- 7.04 () de 75% a 100% (quase a totalidade do que é consumido).

8. De qual cultura/atividade vem sua principal fonte de renda?

- 8.01 () Produção de grãos (arroz, milho, soja, outros).
- 8.02 () Produção de carne ou derivados (gado, frangos, ovos, suínos, etc.).
- 8.03 () Produção de leite e derivados (leite in natura, queijos, etc.).
- 8.04 () Produção de hortaliças (alface, couve, cenoura, tomate, etc.).
- 8.05 () Produção de frutas (laranja, mexerica, banana, acerola, etc.).
- 8.06 () Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade).

9. Como comercializa sua produção?

- 9.01 () Entregando em cooperativas ou associações.
- 9.02 () Em feiras livres ou vendendo para o comércio em geral.
- 9.03 () CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (Programa Aquisição de Alimentos – PAA).
- 9.04 () Em programas municipais, para atender escolas, asilos, etc. (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).
- 9.05 () Outras formas.

10. Atualmente você faz parte de alguma associação ou cooperativa de produção?

- 10.01 () Sim.
- 10.02 () Não.

11. As orientações contidas no projeto elaborado pelo EMATER/Cooperativa apresentado junto à instituição financeira, quando da solicitação do crédito, são atendidas?

- 11.01 () Sim, totalmente.
- 11.02 () Sim, em sua maioria.
- 11.03 () Sim, mas a minoria.
- 11.04 () Não.

12. O crédito rural impulsionou a produção na propriedade rural?

12.01 () Não

12.02 () Sim

13. Comparado ao período em que vocês não tinham o crédito rural, em quanto você acredita que a produção aumentou a partir da utilização do Pronaf? _____%.

14. Você está com seu empréstimo de crédito rural em atraso?

14.01 () Sim. Há quantos meses? _____ 14.02 () Não

Marque com um “X” conforme seu MODO DE PENSAR, de acordo com a escala ao lado:	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
15. As informações fornecidas sobre o PRONAF quando da concessão do financiamento são adequadas.					
16. Após o acesso ao crédito, houve melhoria no nível de bem-estar dos agricultores familiares.					
17. Com o desenvolvimento proporcionado pelo PRONAF, os jovens se sentiram mais motivados a permanecer no campo.					
18. A possibilidade de financiar a produção aumenta a expectativa dos beneficiários em relação ao futuro do empreendimento.					
19. Estou satisfeito com minha atual situação financeira.					

20. Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.					
21. Neste momento, eu possuo muitas dívidas.					
Até que ponto essas afirmações descrevem você ou a sua situação? Marque "X" na opção mais adequada.	Completamente	Muito Bem	Um pouco	Muito pouco	De modo nenhum
22. Eu tenho a tendência de viver hoje e deixar o amanhã cuidar de si.					
23. Por causa da minha situação financeira, sinto que nunca terei as coisas que quero na minha vida.					
24. Estou preocupado que o meu dinheiro não vai durar.					
25. Eu estou apenas sobrevivendo financeiramente.					
O quão frequentemente essas afirmações se aplicam a você . Marque com "X" na opção mais adequada.	Sempre	Frequentemente	As vezes	Raramente	Nunca
26. Eu tenho a tendência de me preocupar em					

pagar minhas despesas do dia-a-dia.					
27. Minhas finanças controlam minha vida.					
28. Eu tenho dinheiro sobrando no fim do mês.					

29. Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito ou carnê de crediário?

- 29.01 () Não. 29.03 () Sim, outra pessoa tem. Quantos?
 29.02 () Sim, eu tenho. Quais? 29.04 () Não sei.

30. Você ou alguém que mora na sua casa possui dívidas além do PRONAF?

- 30.01 () Não. 30.03 () Sim, outra pessoa tem. Quais? _____
 30.02 () Sim, eu tenho. Quais? 30.04 () Não sei.

31. Com relação aos seus gastos, você diria que:

- 31.01 () Gasto mais do que ganho.
 31.02 () Gasto igual ao que ganho.
 31.03 () Gasto menos do que ganho.

32. Em sua casa, quem decide como vai ser gasto o dinheiro?

- 32.01 () Você 32.04 () Seus pais
 32.02 () Seu cônjuge 32.05 () Seus filhos ou netos
 32.03 () Você e seu cônjuge 32.06 () Outros. Quem? _____

33. Como descreve o controle dos gastos regulares

- 33.01 () Não costuma controlar os gastos.
 33.02 () Há um controle pequeno sobre os gastos.
 33.03 () Não há um controle escrito, mas controlo os gastos.
 33.04 () Há um sistema escrito para manter o controle sobre os gastos.

34. No geral, qual o grau de satisfação com sua situação financeira?

- 34.01 () Totalmente Insatisfeito. 34.04 () Satisfeito
 34.02 () Insatisfeito 34.05 () Totalmente Satisfeito
 34.03 () Indiferente

35. Você faz algum tipo de poupança, guarda dinheiro?

- 35.01 () Não
 35.02 () Sim, em dinheiro
 35.03 () Sim, em animais, sementes, invisto no negócio da propriedade.
 35.04 () Sim, outros. Em que? _____

36. O que você faz quando não tem dinheiro e surge algum imprevisto?

- 36.01 () Compra fiado
 36.02 () Pede dinheiro emprestado para amigo ou familiar.
 36.03 () Pede dinheiro emprestado ao banco ou financeira
 36.04 () Outros. Quais formas? _____

37. Você já teve ou tem seu nome ligado ao cadastro negativo?

37.01 () Não. 37.02 () Sim, já esteve. 37.03 () Sim, está atualmente.

As próximas questões são sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida.

	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
38. Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5
	Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
39. Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
40. Quão satisfeito (a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5
	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
41. Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
42. O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
43. O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
44. Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
45. O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
46. Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
47. Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5
	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
48. Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
49. Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
50. Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5

51. Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
52. Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5
	Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem bom	Bom	Muito bom
53. Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
54. Quão satisfeito (a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
55. Quão satisfeito (a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
56. Quão satisfeito (a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
57. Quão satisfeito (a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
58. Quão satisfeito (a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
59. Quão satisfeito (a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
60. Quão satisfeito (a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
61. Quão satisfeito (a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
62. Quão satisfeito (a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
63. Quão satisfeito (a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5
	Nunca sempre	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
64. Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau-humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

65. Quais dos alimentos abaixo você e sua família consomem diariamente? (pode ser marcada mais de uma opção).

- 65.01 () Grãos como arroz, feijão, milho etc.
65.02 () Hortaliças como alface, cenoura, tomate, etc.
65.03 () Frutas como laranja, mamão, abacate, mexerica, etc.
65.04 () Carnes como gado, frango, porco, ovos e leite.
65.05 () Doces como chocolate, balas, bolachas, etc.

66. Há quanto tempo sua propriedade possui energia elétrica?

- 66.01 () Não possuímos eletrificação rural. 66.04 () Entre 6 e 10 anos.
66.02 () Há menos de 1 ano. 66.05 () Mais de 10 anos.
66.03 () Entre 1 e 5 anos.

67. Condições de Moradia

- 67.01 () Casa de alvenaria, com reboco e piso
67.02 () Casa de tijolos
67.03 () Casa de madeira
67.04 () Galpão
67.05 () Outros. Qual _____

68. Acesso à água para consumo humano

- 68.01 () Água de poço, cacimba, açude (sem tratamento)
68.02 () Água da rede pública, com tratamento
68.03 () Água com tratamento (filtrada, fervida...)

69. Destinação do lixo doméstico

- 69.01 () Lixo doméstico é jogado superfícies.
69.02 () Lixo doméstico é enterrado ou queimado.
69.03 () Lixo doméstico é recolhido por carros da prefeitura.

70. Instalações sanitárias

- 70.01 () Não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa
70.02 () Possui fossa e privada
70.03 () Possui fossa, privada e banheiro
70.04 () Possui fossa, privada, banheiro e água encanada

71. Acesso à Saúde

- 71.01 () Sem atendimento médico na comunidade
71.02 () Atendimento por agente de saúde
71.03 () Posto de saúde
71.04 () Hospital da rede pública
71.05 () Possui Plano de Saúde Particular ou Outros

72. Nos últimos 15 anos como classifica seu acesso à saúde?

- 72.01 () Não houve alteração.
72.02 () Melhorou, pois nossos tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente por nós.
72.03 () Melhorou, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou.
72.04 () Piorou, pois não dispomos de recursos para despesas médicas e a saúde pública é ruim.

73. Das tecnologias implantadas em sua propriedade nos últimos 15 anos, qual a que você considera como a principal para o aumento da produtividade da propriedade?

- 73.01 () Energia elétrica.
 73.02 () Tratores, plantadeiras e colheitadeiras.
 73.03 () Georeferenciamento ou sensoriamento remoto.
 73.04 () Telefonia.
 73.05 () Internet.
 73.06 () Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.
 73.07 () Outras.

74. Há quanto tempo sua propriedade possui acesso à Internet?

- 74.01 () Não possuímos acesso à internet. 74.04 () Entre 6 e 10 anos.
 74.02 () Há menos de 1 ano. 74.05 () Mais de 10 anos.
 74.03 () Entre 1 e 5 anos.

75. Acesso ao Transporte

- 75.01 () Não há acesso a transporte público.
 75.02 () Utiliza veículo próprio.
 75.03 () Transporte público passa na propriedade (ônibus).
 75.04 () Outros. Qual _____

PERFIL

1. Gênero

- 1.01 () Masculino. 1.02 () Feminino. 1.03 () Prefiro não responder.

2. Idade _____ anos.

3. Estado civil

- 3.01 () Solteiro(a).
 3.02 () Casado(a).
 3.03 () Separado(a)/Divorciado(a).
 3.04 () Viúvo(a).
 3.05 () União estável.
 3.06 () Outro: Qual _____

4. Qual a sua ocupação, possui algum emprego formal?

- 4.01 () Agricultor(a). 4.04 () Vínculo empregatício.
 4.02 () Aposentado. 4.05 () Servidor público.
 4.03 () Autônomo (sem vínculo empregatício). 4.06 () Outros.

5. Quantas pessoas compõem o grupo familiar (incluindo você)?

- 5.01 () 1 pessoa - apenas você. 5.04 () 4 pessoas.
 5.02 () 2 pessoas. 5.05 () 5 pessoas ou mais.
 5.03 () 3 pessoas

6. Possui dependentes (filhos, enteados, menores, pais, outros)?

- 6.1 () Não. 6.2 () Sim. Quantos: _____.

7. Qual o seu nível de escolaridade:

- 7.01 () Não alfabetizado.
- 7.02 () Ensino Fundamental – de 1º a 4º série.
- 7.03 () Ensino Fundamental – de 5º a 9º série.
- 7.04 () Ensino Médio (2º grau).
- 7.05 () Ensino Superior.

8. Qual a renda bruta mensal média da família atualmente?

- 8.01 () Não possui renda.
- 8.02 () Até R\$ 1.000,00.
- 8.03 () De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00.
- 8.04 () De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00.
- 8.05 () De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00.
- 8.06 () Acima de R\$ 4.000,00.

9. Quantas pessoas do seu grupo familiar moram na propriedade rural? 9.01 () até 3 pessoas.

- 9.02 () de 3 até 5 pessoas.
- 9.03 () de 6 até 10 pessoas.
- 9.04 () mais de 10 pessoas.

10. Em sua opinião, qual seria o principal motivo de seus familiares não morarem na propriedade rural?

- 10.01 () Isso não aconteceu e todos os familiares moram na propriedade rural.
- 10.02 () Para estudar.
- 10.03 () Para trabalhar.
- 10.04 () Para ter acesso a itens de conforto como TV, Internet, diversão, entre outros.
- 10.05 () Por outros motivos. Quais: _____

11. Qual a distância da propriedade até a sede do município?

- 11.01 () Até 5 km.
- 11.02 () Entre 5 e 10 km.
- 11.03 () Entre 10 e 20 km.
- 11.04 () Entre 20 e 30 km
- 11.05 () Mais de 30 km

12. Quantos empregados (não pertencentes ao grupo familiar) você possui?

- 12.01 () 1 (um).
- 12.02 () 2 (dois).
- 12.03 () 3 (três)
- 12.04 () 4 (quatro).
- 12.05 () Mais de 4 (quatro) empregados.
- 12.06 () Nenhum.

13. Como você adquiriu sua propriedade rural

- 13.01 () Comprando.
- 13.02 () Herança.
- 13.03 () Reforma Agrária.
- 13.04 () De outra forma.

13.05 () Não é proprietário

14. Há quanto tempo a propriedade rural pertence à sua família?

14.01 () Não sou o proprietário.

14.02 () De 1 a 5 anos.

14.03 () De 6 a 15 anos.

14.04 () De 16 a 30 anos.

14.05 () Mais de 30 anos

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE D – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA ESCALA DE QUALIDADE DE VIDA E DE BEM-ESTAR FINANCEIRO

As respostas seguem uma escala de *Likert* (de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida ou bem-estar financeiro). As perguntas que abordam a Qualidade de Vida (vão da Q39 a Q64) e o Bem-Estar Financeiro (da 19 a 28).

Neste instrumento é necessário recodificar o valor das questões Q20 Q21 Q28 Q41 Q42 Q64, por serem questões invertidas:

Q20 Q21 Q28 Q41 Q42 Q64 = RECODE Q20 Q21 Q28 Q41 Q42 Q64 (1=5) (2=4) (3=3) (4=2) (5=1).

A escala de Qualidade de Vida tem 24 facetas que compõem os 4 Domínios, que são:

- Domínio FÍSICO:

- 41. Dor e desconforto
- 42. Energia e fadiga
- 48. Sono e repouso
- 53. Mobilidade
- 54. Atividades da vida cotidiana
- 55. Dependência de medicação ou de tratamentos
- 56. Capacidade de trabalho

Para calcular o domínio físico soma-se os valores das Facetas e dividi-se por 7. (Q41,Q42,Q48,Q53,Q54,Q55,Q56)/7.

- Domínio PSICOLÓGICO:

- 43. Sentimentos positivos
- 44. Pensar, aprender, memória e concentração
- 45. Auto-estima
- 49. Imagem corporal e aparência
- 57. Sentimentos negativos
- 64. Espiritualidade/religião/crenças pessoais

Para calcular o domínio psicológico soma-se os valores das Facetas e dividi-se por 6. (Q43,Q44,Q45,Q49,Q57,Q64)/6

- Domínio RELAÇÕES SOCIAIS:

Domínio 3 - Relações sociais

58. Relações pessoais

59. Suporte (Apoio) social

60. Atividade sexual

Para calcular o domínio relações sociais soma-se os valores Das facetas e dividi-se por 3. (Q58,Q59,Q60)/3

- Domínio MEIO AMBIENTE:

46. Segurança física e proteção

47 Ambiente no lar

50. Recursos financeiros

51. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade

52. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades

61. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer

62. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)

63. Transporte

Para calcular o Domínio Meio Ambiente soma-se os valores das facetas e dividi-se por 8. (Q46,Q47,Q50,Q51,Q52,Q61,Q62,Q63)/8

Para calcular o Instrumento de Bem-Estar Financeiro soma-se os valores das facetas e divid--se por 10. (Q19,Q20,Q21,Q22,Q23,Q24,Q25,Q26,Q27,Q28)/10.

Interpretação resumida das escalas:

Necessita melhorar (quando for 1 até 2,9);

Regular (3 até 3,9);

Boa (4 até 4,9);

Muito boa (5).

A transcrição textual da sintaxe do WHOQOL-bref é a seguinte:

- Verificar se todos os itens foram preenchidos com respostas entre 1 e 5

RECODE Q19 Q20 Q21 Q22 Q23 Q24 Q25 Q26 Q27 Q28 Q39 Q40 Q41 Q42 Q43 Q44 Q45
Q46 Q47 Q48 Q49 Q50 Q51 Q52 Q53 Q54 Q55 Q56 Q57 Q58 Q59 Q60 Q61 Q62 Q63 Q64
(1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5)

- Invertem-se todas as questões cuja escala de respostas é invertida;

RECODE Q41 Q42 Q66 Q20 Q21 Q28 (1=5) (2=4) (3=3) (4=2) (5=1)

- Calcular os escores dos domínios

Os escores dos domínios são calculados através da soma dos escores da média da “n” questões que compõem cada domínio. Nos domínios compostos por até sete questões, este será calculado somente se o número de facetas não calculadas não for igual ou superior a dois. Nos domínios compostos por mais de sete questões, este será calculado somente se o número de facetas não calculadas não for igual ou superior a três. O resultado é multiplicado por quatro, sendo representado em uma escala de 4 a 20;

COMPUTE FISICO=MEAN(Q41,Q42,Q48,Q53,Q54,Q55,Q56)*4

COMPUTE PSICOLOGICO=MEAN(Q43,Q44,Q45,Q49,Q57,Q64)*4

COMPUTE SOCIAL=MEAN(Q58,Q59,Q60)*4

COMPUTE AMBIENTAL=MEAN(Q46,Q47,Q50,Q51,Q52,Q61,Q62,Q63)*4

COMPUTE BEF=MEAN(Q19,Q20,Q21,Q22,Q23,Q24,Q25,Q26,Q27,Q28)*4

- Transformar os escores para uma escala de 0 a 100;

COMPUTE FISICO=(FISICO-4)*(100/16)

COMPUTE PSICOLOGICO=(PSICOLOGICO-4)*(100/16)

COMPUTE SOCIAL=(SOCIAL-4)*(100/16)

COMPUTE BEF=(BEF-4)*(100/16)

- Excluir os respondentes cujo número de itens não respondidos excedem 20% do total de itens. Os respondentes que deixaram de preencher ou preencheram incorretamente mais do que seis questões (80% do total de questões do instrumento) serão excluídas da amostra.

COUNT TOTAL=Q1 TO Q26 (1THRU 5).

SELECT IF (TOTAL>=21).

EXECUTE.